



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

TIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA

TOPÔNIMOS DOS POVOADOS RIBEIRINHOS DO RIO ITAPECURU,
ENTRE ROSÁRIO E ITAPECURU MIRIM, MUNICÍPIOS MARANHENSES.

São Luís

2023

TIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA

TOPÔNIMOS DOS POVOADOS RIBEIRINHOS DO RIO ITAPECURU,
ENTRE ROSÁRIO E ITAPECURU MIRIM, MUNICÍPIOS MARANHENSES.

Texto apresentado como requisito para a Defesa da Dissertação no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Letras – PPGLetras, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Linha de pesquisa: Descrição e Análise do Português Brasileiro.
Orientadora: Prof^o. Dr^a. Sonia Maria Correa Pereira Mugschl.

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

de Oliveira Ferreira, Tiago.
TOPÔNIMOS DOS POVOADOS RIBEIRINHOS DO RIO ITAPECURU :
ENTRE ROSÁRIO E ITAPECURU MIRIM, MUNICÍPIOS MARANHENSES /
Tiago de Oliveira Ferreira. - 2023.
186 p.

Orientador(a): Sonia Maria Correa Pereira Mugschl.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2023.

1. Estudo do léxico. 2. Toponímia do rio Itapecuru.
3. Toponímia dos povoados ribeirinhos. 4. Toponímia
maranhense. I. Maria Correa Pereira Mugschl, Sonia. II.
Título.

TIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA

TOPÔNIMOS DOS POVOADOS RIBEIRINHOS DO RIO ITAPECURU,
ENTRE ROSÁRIO E ITAPECURU MIRIM, MUNICÍPIOS MARANHENSES.

Texto apresentado como requisito para a Defesa da Dissertação no
Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Letras –
PPGLetras, da Universidade Federal do Maranhão.

Linha de pesquisa: Descrição e Análise do Português Brasileiro.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sonia Maria Correa Pereira Mugschl

Aprovada em: 26 / 06 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Sonia Maria Correa Pereira Mugschl
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Maria Goretti Cavalcante de Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Convidada Externa

Prof.^a. Dr.^a. Heloísa Reis Curvelo
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Convidada Interna

Prof.^a. Dr.^a. Ana Lúcia Rocha Silva
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Suplente

“Vim, vi e venci”.

Júlio Cesar

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Sonia Maria Correa Pereira Mugschl, a quem sou grato pelo privilégio de tê-la como orientadora, pelos ensinamentos. Muito grato de coração.

Às professoras Dr.^a. Maria Goretti Cavalcante de Carvalho, Dr.^a. Heloísa Reis Curvelo e Dr.^a. Ana Lúcia Rocha Silva por aceitarem estar na minha banca de defesa e contribuírem indistintamente para o meu trabalho de pesquisas, além de darem excelentes e necessárias observações.

À minha família: Valéria Gonçalves Ferreira, Fabrício F. de Melo Ferreira, Luís Fernando F. de Melo Ferreira, meus filhos, e Fabiana F. de Melo Ferreira, cônjuge, minhas razões de viver. À minha mãe Gracimar de Oliveira Ferreira e ao meu pai do coração Raimundo Nonato Alves. Aos meus tios da família Oliveira Ferreira, indistintamente, e aos meus avós (*in memória*), Francisco Gonçalves Ferreira e Antônia de Jesus de Oliveira Ferreira, de quem herdei a teimosia e coragem.

À amiga que muito contribuiu para os meus primeiros passos para o mestrado, a Prof.^a Dr.^a. Antônia da Silva Mota. Ao meu contador de histórias dos povoados predileto, o padrinho Raimundo Nicolau Matos.

Aos confrades da Academia Itapecuruense de Ciências Letras e Artes – AICLA, em especial: Jucey Santana, Inaldo Lisboa, João Carlos Pimentel, Gonçalo Amador, Junior Lopes e Josemar Lima.

A todos os meus professores da Educação Básica a Superior, que me proporcionaram um pouco dos seus conhecimentos e orientações, essa conquista não seria possível sem vocês.

A todas as pessoas que, pela quantidade, o trabalho não permite citar, mas que me orientaram e me conduziram pelos caminhos da pesquisa, do conhecimento e, o melhor, pelas águas do Itapecuru até o porto de cada povoado ribeirinho aqui citado.

RESUMO

Nesta pesquisa, objetiva-se investigar os fatores linguísticos e extralinguísticos, que influenciaram o processo de motivação dos nomes de 20 povoados ribeirinhos, que compõem a microtoponímia do Rio Itapecuru numa zona delimitada, entre o povoado Cachoeira, no município de Rosário, e a sede do município de Itapecuru Mirim. Essa análise linguística será feita com base em estudos na área da Onomástica, restringindo-se ao âmbito da Toponímia e dos estudos do Léxico, visto que é o ramo de investigação da nomeação dos lugares. Uma vez que, a designação do ambiente físico-geográfico não registra apenas a identificação da localidade, mas também aspectos históricos, geográficos, socioculturais, antropológicos e até da flora e fauna local no ato de nomear a referência, considerando a preservação da identidade e da memória cultural da comunidade. Logo, a leitura do fenômeno linguístico delimitado terá como fundamento as ideias dos principais pesquisadores que contribuíram com estudos da Toponímia, do Léxico, dos aspectos históricos, geográficos e culturais para este trabalho, tais como: Birdeman (1998), Carvalho (1987), Curvelo (2009), D'Abbeville (2002), Dick (1990), Isquerdo (2004), Maranhão (2012), Marques (2008), Sampaio (1901), Sapir (1969), respectivamente. No tocante, na metodologia foi seguida a linha proposta e aplicada por Dick (1990; 1994), tanto para as fichas lexicográficas-toponímica quanto para o modelo Toponímico Taxionômico. No entanto, ainda no que tange ao aspecto metodológico foi necessário a delimitação do *locus*, o catálogo das fontes, a escolha do método e metodologia, a tabulação das informações e formulação do corpus textual. Além disso, essa investigação contribuirá para os estudos lexicais na esfera dos topônimos maranhenses, valendo-se dos dados coletados bem como das análises feitas que estarão disponíveis não só especificamente para os estudos de Língua Portuguesa e suas articulações interdisciplinares com a sociedade em geral, para os habitantes dos 20 topônimos pesquisados, como também para o desenvolvimento de futuras investigações sobre essa temática.

Palavras-chave: Toponímia maranhense. Toponímia do rio Itapecuru. Toponímia dos povoados ribeirinhos. Estudo do léxico.

SUMMARY

In this research, the objective is to investigate the linguistic and extralinguistic factors that influenced the process of motivation of the names of 20 riverside villages, which make up the microtoponymy of the Itapecuru River in a delimited zone, between the village of Cachoeira, in the municipality of Rosário, and the seat from the municipality of Itapecuru Mirim. This linguistic analysis will be based on studies in the area of Onomastics, restricting itself to the scope of Toponymy and Lexicon studies, since it is the field of investigation of the naming of places. Since the designation of the physical-geographical environment not only registers the identification of the location, but also historical, geographic, socio-cultural, anthropological and even local flora and fauna aspects in the act of naming the reference, considering the preservation of identity and cultural memory of the community. Therefore, the reading of the delimited linguistic phenomenon will be based on the ideas of the main researchers who contributed with studies of Toponymy, Lexicon, historical, geographic and cultural aspects for this work, such as: Birdeman (1998), Carvalho (1987), Curvelo (2009), D'Abbeville (2002), Dick (1990), Isquerdo (2004), Maranhão (2012), Marques (2008), Sampaio (1901), Sapir (1969), respectively. Regarding the methodology, the line proposed and applied by Dick (1990; 1994) was followed, both for lexicographic-toponymic files and for the Taxonomic Toponymic model. However, even with regard to the methodological aspect, it was necessary to delimit the locus, the catalog of sources, the choice of method and methodology, the tabulation of information and the formulation of the textual corpus. In addition, this investigation will contribute to lexical studies in the sphere of toponyms from Maranhão, making use of the collected data as well as the analyzes carried out that will be available not only specifically for studies of the Portuguese language and its interdisciplinary articulations with society in general, to the inhabitants of the 20 toponyms surveyed, as well as for the development of future investigations on this topic.

Keywords: Maranhão toponymy. Toponymy of the Itapecuru River. Toponymy of riverside villages. Lexicon study.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa Geral sem Classificação Taxionômica dos povoados....	28
Figura 2: Mapa Geral com a Classificação Taxionômica dos povoados..	30
Figura 3: Mapa da Microtoponímia de Rosário.....	51
Figura 4: Mapa da Microtoponímia de Santa Rita.....	74
Figura 5: Mapa da Microtoponímia de Itapecuru Mirim.....	112
Foto 1: Nossa Senhora do Rosário.....	50
Foto 2: a Cachoeira do Itapecuru.....	53
Foto 3: povoado Itamirim.....	57
Foto 4: o povoado São Simão.....	58
Foto 5: povoado São Miguel.....	62
Foto 6: São Miguel Arcanjo.....	65
Foto 7: Santa Luzia.....	68
Foto 8: Praça Carlos Macieira.....	72
Foto 9: nativos preparando o Timbó.....	77
Foto 10: indígenas do Mato Grosso pescando com Timbó.....	78
Foto 11: leite do Igarapé Careminha.....	82
Foto 12: estação ferroviária do povoado Carema.....	83
Foto 13: Carta Geral da Província do Maranhão.....	87
Foto 14: São Roque.....	88
Foto 15: Igreja de São Sebastião em Areias.....	90
Foto 16: o rio Itapecuru visto a partir de Areias.....	90
Foto 17: Areias vista de cima com o rio Itapecuru ao fundo.....	94
Foto 18: chave da antiga senzala da fazenda Santa Rosa do Barão....	98
Foto 19: festejo em homenagem a Santa Rosa no povoado Santa Rosa do Barão.....	98
Foto 20: fazenda Santa Filomena início do século XX.....	100
Foto 21: início do povoado Santa Filomena.....	102
Foto 22: imagem de Santa Bárbara cultuada no povoado.....	103
Foto 23: o núcleo do povoado Santa Bárbara.....	104
Foto 24: cópia da lei de el. de Itapecuru Mirim à Categoria de cidade.	110
Foto 25: início do povoado Mandioca.....	114
Foto 26: agricultor torrando farinha seca.....	123

Foto 27: pubeiro em igarapé.....	124
Foto 28: início do povoado Pequi.....	125
Foto 29: Pequi com casca.....	128
Foto 30: Pequi, Piquizeiro, Pé de Pequi.....	129
Foto 31: Pequi sem casca pronto para ser cozido.....	131
Foto 32: povoado Barreira.....	133
Foto 33: início do povoado Barreira.....	134
Foto 34: suporte para forno de torrar farinha feito a partir do barro Amassado.....	136
Foto 35: início do povoado Barriguda.....	140
Foto 36: árvore Barriguda / Barrigudeira / Sumaúma.....	144
Foto 37: início do povoado Coqueiro.....	146
Foto 38: poção do coqueiro.....	147
Gráfico 1: porcentagem de Hagi-topônimos encontrados nos 20 povoados pesquisados.....	157
Gráfico 2: porcentagem de Fitotopônimos encontrados nos 20 povoados pesquisados.....	158
Gráfico 3: porcentagem de Hidrotopônimos encontrados nos 20 povoados pesquisados.....	159
Gráfico 4: porcentagem de Litotopônimos encontrados nos 20 povoados pesquisados.....	160
Quadro 1: ficha do topônimo rio Itapecuru.....	162
Quadro 2: ficha do topônimo cidade de Rosário.....	164
Quadro 3: ficha do topônimo povoado Cachoeira.....	165
Quadro 4: ficha do topônimo Itamirim.....	166
Quadro 5: ficha do topônimo São Simão.....	167
Quadro 6: ficha do topônimo São Miguel.....	167
Quadro 7: ficha do topônimo Santa Luzia.....	168
Quadro 8: ficha do topônimo Itaipu.....	168
Quadro 9: ficha do topônimo Santa Rita.....	169
Quadro 10: ficha do topônimo Timbotiba.....	169
Quadro 11: ficha do topônimo Careminha.....	170
Quadro 12: ficha do topônimo São Roque.....	170
Quadro 13: ficha do topônimo Areias.....	171

Quadro 14: ficha do topônimo Santa Rosa.....	172
Quadro 15: ficha do topônimo Santa Filomena.....	172
Quadro 16: ficha do topônimo Santa Bárbara.....	173
Quadro 17: ficha do topônimo Itapecuru Mirim.....	174
Quadro 18: ficha do topônimo Mandioca.....	174
Quadro 19: ficha do topônimo Pequi.....	175
Quadro 20: ficha do topônimo Barreiras.....	176
Quadro 21: ficha do topônimo Barriguda.....	177
Quadro 22: ficha do topônimo Coqueiro.....	177
Quadro 23: ficha do topônimo Bacabeira.....	178

SUMÁRIO

1. Introdução	14
2. O estudo do topônimo e a teoria Onomástica	23
3. A ocupação das margens do rio Itapecuru e os fatores extralinguísticos da motivação toponímica	26
3.1 O rio Itapecuru: características geográficas	26
3.2 O <i>Locus</i> da pesquisa	27
3.3 A nomeação dos povoados e os sesmeiros do Itapecuru.....	34
4. A Metodologia da Pesquisa	36
4.1 Método de Abordagem	38
4.2 Método de Procedimento	38
4.3 Técnicas para a coleta do <i>Corpus</i>	39
4.4 Delimitação do <i>Corpus</i>	40
4.5 Etapas para a coleta de dados	41
4.6 Identificação das fontes	41
4.7 Análise dos dados	42
5. A Taxonomia da Microtoponímia do <i>locus</i> da pesquisa	44
4.8 A microtoponímia de Rosário: descrição e análise	44
4.8.1 O Hidrotopônimo Cachoeira	52
4.8.2 O Hidrotopônimo Itamirim	54
4.8.3 O Hagiopônimo São Simão	57
4.8.4 O Hagiopônimo São Miguel	61
4.8.5 O Hagiopônimo Santa Luzia	66
4.8.6 O Hidrotopônimo Itaipu	69
4.9 A Microtoponímia de Santa Rita: descrição e análise	72
4.9.1 O Fitopônimo Timbotiba	75
4.9.2 O Hidrotopônimo Careminha	81
4.9.3 O Hagiopônimo São Roque	85
4.9.4 O Litopônimo Areias	89
4.9.5 O Hagiopônimo Santa Rosa	95
4.9.6 O Hagiopônimo Santa Filomena	99
4.9.7 O Hagiopônimo Santa Bárbara	103

4.10A Microtoponímia de Itapecuru Mirim: descrição e análise.....	107
4.10.1 O Fitotopônimo Mandioca	113
4.10.2 O Fitotopônimo Pequi	125
5.3.4 O Litotopônimo Barreira	132
5.3.5 O Fitotopônimo Barriguda	139
5.3.6 O Fitotopônimo Coqueiro	145
4.11A particularidade de Bacabeira: descrição e análise	151
6. Os dados extralinguísticos dos topônimos ribeirinhos de acordo com a sua motivação	153
7. Resultado da pesquisa: fichas Léxiográfico-Toponímicas da Microtoponímia dos povoados ribeirinhos das margens do Rio Itapecuru	162
Conclusão.....	179
Referências	

1. Introdução

Quando um determinado grupo de pessoas decide nomear um núcleo de habitação: povoado, cidade, estado, país ou, porventura, um acidente geográfico: igarapé, rio, oceano, morro, serra e outro similar, fica perceptível o modo como eles se relacionam com o meio em que vivem por meio de um olhar que revela as suas inferências sociais, políticas e até mesmo religiosas de mundo. Esses fatores são abordados nos estudos toponímicos como fator de identidade linguística que se mostram muito eficazes na busca pela motivação e perpetuação da nomeação daquele topônimo.

Assim, a presente dissertação tem como objetivo geral investigar quais foram os fatores linguísticos e extralinguísticos que motivaram a nomeação toponímica das 20 comunidades ribeirinhas das margens do Rio Itapecuru, entre os municípios de Rosário e Itapecuru Mirim para diagnosticar o que motivou a nomeação dos topônimos ribeirinhos e a manutenção das nomeações, mesmo em alguns casos já tendo se passado aproximadamente 400 anos da ocorrência. Para tanto, a teoria basilar da pesquisa é a Toponímia, área do conhecimento humano vinculada à Onomástica, ciência que estuda o ato de nomear, dar nomes.

Como fator principal da investigação, temos a busca documental, que organiza-se a partir de 04 taxonomias¹ propostas por Dick (1990): os fitotopônimos, topônimos relativos à vegetação local, por exemplo: Pequi, Mandioca; os hidrotopônimos, topônimos relativos a acidentes geográficos com referência a cursos d'água, em geral rios, lagoas, igarapés, olho d'água e praias: Careminha, Itapecuru Mirim; os hagiopônimos, nomes de santos (as), ou seja, topônimos relativos aos nomes do sagrado do hagiológico romano: São Simão, Santa Rosa, Santa Filomena e os litotopônimos, topônimos relativos à constituição do solo, pedras e rochas: Areias, Barreiras.

No que tange aos estudos deste campo da Linguística, ratifica-se que estudar a Toponímia tendo como foco a língua, a história, a geografia e a cultura de um povo é fazer um resgate do vocabulário antigo dos povos originários, do

¹ **Taxonomia** [cs] ta.xo.no.mia (s.f.) **1.** Ciência da classificação. **2.** (*Biol.*) Parte da Botânica e da Zoologia que se ocupa das classificações das plantas e dos animais. (BECHARA, 2011, p. 1224).

português brasileiro preexistente em um território, já que é possível conhecer nomes próprios deixados por grupos étnicos já extintos do Itapecuru, a saber: barbados, uruatis, guaxinarés; nomes ligados à mineração: Areias; nomes de propriedades rurais: fazenda Santa Rosa, São Roque, embasado nos estudos onomásticos.

Para se chegar aos resultados, é preciso observar os aspectos da linguagem local. Verificamos que para Lyons (2009, p. 7): “A linguagem, portanto, pode ser legitimamente considerada sob um ponto de vista comportamental (embora não necessariamente comportamentalista)”, isto é, para o autor ela tem a ver com as relações diárias que os falantes fazem entre o meio social a que pertencem e o conjunto de fatores que o cercam. Nessa linha de pensamento, a experimentação humana e os usos da fala no cotidiano são essenciais para o entendimento e embasamento dos fundamentos toponímicos.

Quanto a classificação detalhada das *taxes*² e os seus respectivos topônimos, é preciso frisar que elas serão apresentadas seguindo a ordem do processo cronológico e geográfico de ocupação das margens do rio Itapecuru, onde os sesmeiros foram se alocando a partir das terras próximas da foz do rio no município de Rosário, norte do Maranhão, em direção ao sul do estado, até chegarem ao município de Itapecuru Mirim.

O povoamento ou ocupação a partir da visão europeia de dominação ou eurocentrismo ocorreu *a priori* pelo processo da doação de terras por cartas de sesmarias e, posteriormente, por outras condicionantes sociais: rotas de comércio, produção agrícola, aberturas de estradas, ferrovias, festejos religiosos, áreas de exploração mineral ou vegetal.

Muitos ribeirinhos nascem, crescem e jamais se distanciam das margens do rio Itapecuru, convivendo por anos e se relacionando com todas as possibilidades que o ambiente pode proporcionar sem ao menos refletir ou questionar sobre o porquê ou como surgiram os nomes dos povoados e, até mesmo, do próprio rio.

Se considerarmos os mais de 50 municípios maranhenses que fazem parte da bacia hidrográfica desse rio, serão muitas as famílias que, além da água, dependem de muitos outros recursos que ele pode oferecer, mas serão poucos

² Dick (1990) elaborou um modelo com 27 taxionomias. Dessas, onze (11) se referem a nomes de natureza física e dezesseis, (16) a nomes de natureza antropocultural.

maranhenses desse grupo que saberão o que motivou a nomeação do rio como Itapecuru.

Dentro das possibilidades de nomeação dos povoados ribeirinhos, há fatores geográficos, históricos, culturais, biológicos e do cotidiano, como a construção de casas com a palha do babaçu, a retirada dos cipós, a escolha dos melhores locais de pesca ou de caça, a coleta de frutas e o preparo dos alimentos resultantes de todo o ecossistema que margeia o Itapecuru que influenciam na ação de nomear.

Com o cenário descrito, voltamos para o campo da toponímia, em que o signo linguístico está relacionado ao seu referente já nomeado e tem a função de identificar o seu referente, isso acontece de forma espontânea e sistemática, conforme explica Dauzat, (1928, p. 45):

A mudança espontânea se dá na língua após as invasões ou conquistas de um território; já a mudança sistemática independe de conquistas, evoca em geral o nome de um soberano ou autoridades de uma região e é imposta com o objetivo de homenagear alguém. (DAUZAT, 1928, p. 45).

Deste pensamento, deduzimos que estudar essas nomeações relativas ao rio Itapecuru, que perpassa vários municípios do Maranhão, é beber na fonte de uma linguagem ribeirinha e reconhecer um importante acervo linguístico-cultural, visto que é uma das mais antigas áreas de ocupação humana do Brasil, remontando ao século XVI, do ponto de vista europeu da colonização, pois quando o tema são os nativos sul-americanos, a presença humana remonta a milhares de anos.

Dentro da perspectiva dos nativos americanos, segundo historiadores como Marques (2008), vários indígenas falantes do ramo tupi-guarani habitavam a região, depois europeus começaram a se fixar em meados do século XVII e os primeiros africanos no final do mesmo século, todos esses povos transformaram o território num verdadeiro caldeirão de diversidade linguística e impactaram na toponímia dos lugares pesquisados. Careminha, Itaipu guardam as marcas linguísticas nativas; Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru Grande, Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim, Pai Simão da Boa Vida, a dos colonizadores. Assim, tomando como referência toda essa variedade lexical, percebemos que para Dick (1980, p. 288):

Do ato de nomear, realizado pelo homem, obtém-se o produto da nomeação, o nome próprio, que é objeto de estudo da Onomástica – ciência que estuda os nomes próprios em geral e biparte-se em duas áreas de investigação: a Antroponímia (estudo dos nomes próprios de pessoas) e a Toponímia (estudo dos nomes próprios de lugares) (DICK, 1980, p. 288).

Dessa maneira, partindo de uma relação subjetiva com o lugar, com sua variedade léxica, surgiu o interesse em pesquisar os topônimos do Rio Itapecuru, a fim de conhecer as motivações linguísticas e extralinguísticas pelas quais somos convidados a viajar pelo mundo de uma linguagem ribeirinha traduzida por uma atenção especial que esta pesquisa volta para tais escolhas de vocabulário.

Por essa perspectiva da investigação, acreditamos que a pesquisa possibilitará novas descobertas, visto que a área é muito rica em variedade linguística por causa de suas peculiaridades históricas, geográficas e culturais. Além disso, há poucos textos acadêmicos direcionados ao território que desenvolva este tipo de investigação científica. Assim, examinar e compreender a toponímia são ações que proporcionam ir além da história do nome, ir além das motivações, já que investigá-la é, sobretudo, uma espécie de oportunidade para passar a limpo toda uma existência e experiência de vida em meio à natureza, ao espaço geográfico e à cultura das localidades ribeirinhas.

Para os estudos toponímicos: “a) nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem” Dick (1990, p. 5), ou seja, pelo resultado das ações e comportamentos humanos e é notório que o nome de um lugar expressa a manifestação de um povo diante de fatores geográficos, históricos e memorialísticos. Deste modo, o sentido dos denominativos – a motivação apresentada pelo nome – é o ponto de partida da investigação, pois quando estamos procurando a compreensão da mentalidade do denominador e a relação do nome com essa mentalidade no momento do batismo do lugar, tocamos no cerne desta investigação toponímica.

Conforme a época ou período em que houve esse “batismo”, é possível notar tendências culturais presentes nas manifestações linguísticas que são os reflexos de vários atos sociais e por esse olhar percebemos que as indicações lexicais que estão entrelaçadas a termos toponímicos são referentes a um espaço geográfico, seja continente, país, estado, município, povoado, rios, igarapés, lagos, e revelam sua história, sua geografia, sua cultura, enfim, a

formação da comunidade, além de esclarecer vários aspectos relativos à língua falada na localidade e seus costumes. Trazendo esse contexto para o âmbito local e para a linguagem ribeirinha, percebe-se que é nessa realidade que o habitante interpreta o topônimo onde habita e se vincula a ele de maneira, inclusive, afetiva.

Sobre a concepção supracitada como exemplo, há o hidrotopônimo Itapecuru, grafia atual, que se refere apenas ao rio, mas que fora registrada no século no século XVII, colhido a partir da língua oral dos nativos que habitavam a outrora ilha de Upaon-Açu. Ele é o registro mais antigo que se conhece datado de 1612 feito pelo padre francês Claude D'Abbeville, em seus relatos sobre a *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão, e Suas Circunvizinhanças*. Vale lembrar que o catálogo deste termo tem a ver com a ideia francesa de conhecer para dominar e não em função de um registro linguístico, desta forma, ele se preocupou em ligar a palavra ao aspecto geográfico, isto é, de localização, onde encontramos a seguinte passagem: “O segundo, que está no centro, chama-se Tabucuru, tendo na sua foz meia légua, e de curso 400 a 500 léguas.” D'abbeville (2002, p. 182). A descrição francesa batizou todo o curso do rio, desprezando assim outras possíveis palavras dos nativos do sul do Maranhão que habitavam o mesmo rio, mas eram de etnias distintas.

Ressaltamos que apesar de o foco da dissertação ser os povoados ribeirinhos, é de suma necessidade compreender as origens do registro como o supracitado, pois ele se torna ainda mais importante porque essas informações foram transmitidas pelo cacique maior Japiaçu, líder das mais de 27 aldeias do ramo Tupi, que existiam somente na Ilha de São Luís, naquela época embrionária. Foi a partir da catalogação delas que os povos europeus puderam singrar o Itapecuru e, pelo ato de conquista, chegar à zona delimitada já citada neste texto, dando início à formação dos grafemas do léxico-cultural que serão levantados no processo de investigação, permitindo também fazer parâmetros linguísticos entre o primeiro registro do termo *tabucuru* com as outras variantes ao longo dos anos como: *tapucuru*, *itapucuru*, *Itapicuru* e a forma como a palavra se encontra atualmente, Itapecuru.

As referências análogas aos registros da língua dos aborígenes configuram um fator interessante de se observar, já que, ainda de acordo com Carvalho (1987, p. 6), “a influência do tupi no português falado no Brasil é

apreciável, dentro, porém, do critério de generalização do tupi da costa [...]”, ou seja, segundo o autor, estaria arraigado basicamente na zona costeira e fora introduzido no interior do país pelos colonizadores.

No que compete a área de estudos, eles estão atrelados a sociolinguística, e ainda que a Toponímia seja ciência que estuda os nomes próprios de lugares, ou seja, uma disciplina completa e acabada, com seu campo de estudos específicos, o topônimo, e possua um método próprio de trabalho, próprio da investigação científica, para Dick (1990, p.11), “sua principal característica é o caráter interdisciplinar, uma vez que aborda aspectos da Geografia, da História, da Etnolinguística, da Antropologia, dentre outras disciplinas”, no intuito de se encontrar as repostas que os pesquisadores se propõem, utilizando-se das leituras e das mais diversas áreas da linguagem humana.

Sendo um campo da linguística, com as literaturas consagradas sobre essa temática, é indiscutível que o lugar seja o espaço de experiência e vivência entre os indivíduos e, com esse olhar curioso, procuramos entender como a memória e a identidade são construídas a partir da linguagem, uma vez que essas pessoas vão dando significados para essa relação do homem com o ambiente e as coisas. Nesse ponto, chega-se à problemática dessa pesquisa, que é responder a seguinte pergunta: Qual é a motivação toponímica da nomeação dos povoados ribeirinhos do Rio Itapecuru, entre os municípios de Rosário e Itapecuru Mirim?

Para fundamentar teoricamente a pesquisa e encontrar os resultados esperados, teremos trabalhos de grande representatividade na área da toponímia e lexicologia, restringindo-se à Onomástica, tendo como foco a analogia das lexias, nomes próprios dos lugares investigados, da semântica/significado, como também nos demais subsistemas da língua, corroborado, necessariamente, na observação da etimologia e do léxico cultural e sua relação com as interfaces de outras áreas de conhecimento.

A priori alguns trabalhos já desenvolvidos dentro da mesma premissa servem de inspiração e até de consulta acadêmica, a fim de se conhecer e valorar os precursores destes estudos linguísticos tanto de terras maranhenses quanto de renome nacional. Desta feita, as pesquisas de Castro (2017), o “ATLAS TOPONÍMICO DO ESTADO DO MARANHÃO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA MACROTOPONÍMIA” (ATEMA); Curvelo (2009), TOPÔNIMOS MARANHENSES: testemunhos de uma passado ainda presente; Dick (1992), A motivação toponímica e o fato linguístico como recorte da realidade sociocultural;

Isquerdo (1996), *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Biderman (2001), *Dimensões da Palavra*, eles são exemplos de autores e seus respectivos estudos que corroboram na construção dessa investigação científica.

Dentro do contexto histórico e geográfico do Maranhão, há também autores fundamentais, como D'abbeville (2002) com *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão*; Maranhão (2002) com *Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão*; Marques (2008) com *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* e Meireles (1994) com *Rosário do Itapecuru-Grande*.

Ao termos acesso às essas leituras, percebemos que dentro do contexto da cognição humana, a língua possibilita inovações, pois é um sistema aberto, flexível, vivo, que acompanha as mudanças históricas e sociais, que de acordo com Sapir (1969, p. 44):

[...] Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte. (SAPIR, 1969, p. 44).

Esses fatores sociais, tais quais em outros lugares, também agiram na nomenclatura analisada por essa investigação linguística. Tanto que, quanto à concepção de topônimos, Dick (1990, p. 36): “[...] propõe o resgate da atitude do homem diante do meio, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares”. Logo, entendemos, então, que a localidade não é apenas um lugar de ocupação geográfica no espaço de algum território ribeirinho ou não, assim como o nome dessa localidade não tem a função unívoca apenas de identificar.

Neste prisma compreendemos que no nome vem a história, a cultura e a memória reflexiva de várias gerações de um povo e que conhecer a língua de um determinado grupo social ou região está intrinsecamente ligado ao conhecimento de sua cultura e de sua história, uma vez que é o que espelha a realidade invisível de um lugar que se materializa no ato de nomear. A criação lexical é indissociável dos espaços geográficos com todos os fatores que os constituem.

Dentro dessa análise observamos que o léxico absorve todas essas influências socioculturais que dão sustentação à criatividade lexical para além do sistema funcional da língua. Ainda sobre a concepção de léxico a ser adotada

nesta pesquisa, Biderman (2001, p. 179) infere que: “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades”, visto que se relaciona com o tempo e o espaço. Ademais, de todas as espécies existentes, o homem é o único que tem a inteligência de usar a língua para nomear um referente a partir de necessidades primárias que o ser humano possui, tendo como uma das principais o ato de se comunicar. Portanto, sobre a importância do estudo lexical, Isquerdo e Krieger declaram:

Na história das diferentes civilizações, a palavra sempre foi mensageira de valores pessoais e sociais que traduzem a visão de mundo do homem enquanto ser social; valendo-se dela o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exerce seu poder sobre o universo natural e antropológico, registra e perpetua a cultura. Assim, o léxico como repertório de palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades, definindo fatos no decurso da história, recortando realidades do mundo, razão por que estudar o léxico implica também resgatar a cultura (ISQUERDO; KRIEGER, 2004, p. 11).

Do pensamento das autoras, podemos inferir o léxico de qualquer língua como sendo inerente à história cultural do grupo social, podendo-se afirmar que o universo lexical é um organismo vivo, dinâmico, que acompanha o tempo, que se modela em várias formas conjunturais e possui vários significados e significantes. Nesse sentido, quanto ao processo de designar um referente, um ambiente, Sapir (1969, p. 44) provoca a reflexão:

[...] tratando-se da língua que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo ‘ambiente’ tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos como a Topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. (SAPIR, 1969, p. 44).

A exploração de algum desses recursos e até mesmo a sua relação de dependência de fatores aflora ao estudar uma região tão rica, onde os nomes toponímicos vão ficar expostos numa melhor compreensão da comunidade pertencente àquela localidade. Sobre este ramo da ciência, Dick (1990) já

delimitava a toponímia em duas extensões: a primeira refere-se ao espaço geográfico; a segunda, ao espaço temporal.

Dito isso, o foco desta pesquisa está na importância de analisar o fenômeno linguístico da toponímia, que a cada dia está mais enraizado no léxico regional e nas importantes contribuições para o campo de estudo da inovação lexical, principalmente na região pesquisada, que engloba três municípios maranhenses: Rosário, Santa Rita e Itapecuru Mirim.

Outra característica marcante de trabalhos que tratam de estudos toponímicos é o caráter interdisciplinar, pois, ao se estudar o léxico da Língua Portuguesa, é preciso analisar e considerar muitas variáveis, até mesmo consultar os mais diversos dicionários linguísticos, regionais e botânicos para se entender os empréstimos, a origem e a etimologia, as variedades e evoluções na grafia, pronúncia e valor semântico.

Quanto à organização e distribuição dos topônimos/povoados por municípios, os dados serão apresentados nos capítulos específicos de cada microtoponímia. E para tanto, o seguinte objetivo geral: investigar quais foram os fatores linguísticos e extralinguísticos que motivaram a nomeação toponímica das 20 ribeirinhas das margens do Rio Itapecuru.

Objetivos específicos:

- Realizar o levantamento dos nomes dos municípios e povoados que estão localizados na extensão entre o município de Rosário e de Itapecuru Mirim, a fim de classificá-los nas categorias toponímicas existentes;
- Realizar o levantamento de fontes primárias, livros, trabalhos acadêmicos e registros fotográficos que possam auxiliar na construção do texto;
- Analisar o processo de formação dos topônimos pertencentes a essas localidades, bem com a sua motivação/permanência e alteração em relação aos aspectos linguísticos e extralinguísticos de sua nomeação.

2. O estudo do topônimo e a teoria Onomástica

Os trabalhos em Toponímia são fundamentados essencialmente na ciência da linguagem humana adjetivada como Onomástica, que possui um outro ramo além do que estuda o topônimo, que é o da Antroponímia. Para Dick (2000, p. 218), a última é caracterizada por ser “um subsistema da Onomástica”, que tem como foco investigar o nome individual, aquele que funciona como uma forma linguística de distinção do indivíduo na sua comunidade”, isto é, como as pessoas se identificam e como identificam umas às outras por meio dos nomes de batismos.

De acordo com Vasconcellos (1931, p. 03), a Antroponímia é o “estudo dos nomes individuais, sobrenomes e apelidos”, suas análises sobre o tema tiveram início ainda no século XIX. O mesmo filólogo se debruçou em compreender e em difundir o outro ramo da Onomástica, a Toponímia. Vasconcellos (1931, p. 03) a conceitua como o “estudo dos nomes de sítios, de povoações, de nações, de rios, de montes, vales”. Sendo assim, a Toponímia é o principal campo de estudo que fundamenta esta dissertação de mestrado e que busca compreender a motivação por trás da nomeação dos povoados ribeirinhos do rio Itapecuru.

Como parâmetro mundial, o francês August Longnon é considerado um dos principais responsáveis pela difusão da ciência toponímica no meio acadêmico, com pesquisas desenvolvidas em meados dos anos 70 do século XIX. A disseminação no continente europeu começou na École Pratique des Hautes Études e no College de France, porém sua obra canônica *Les Noms de Lieu de La France* teve a sua publicação no ano de 1912, já com o autor falecido, sendo feita pelos seus ex-alunos. Ao buscarmos o que diz Dick (1992) sobre August Longnon, tanto a obra como os ideais defendidos por Longnon foram fundamentais para transformar a Toponímia numa disciplina acadêmica, que tem um campo e um objeto de estudo definido e tem fundamento em outras disciplinas e autores das ciências humanas.

Ainda nesta seara, há outro francês, Albert Dauzat, que colaborou a partir dos estudos de August Longnon para criar um conceito pormenorizado, que auxiliasse na classificação dos topônimos. Ele elaborou conceitos que investigavam a história do nome pelo viés lógico da motivação da nomeação, tendo como fundamentação o ponto de vista do nomeador.

Com o desenvolvimento em muitos países, os estudos toponímicos não se restringem somente aos bancos acadêmicos, eles fazem parte da administração do território dos Estados Unidos da América, Canadá, Argentina. Devido a isso ressaltamos que o Brasil, quanto a administração pública, foi o país que manifestou os primeiros documentos legais no intuito de criar uma legislação nacional a respeito dos nomes de lugares, ainda nos primeiros anos do século XX. Apesar disso, carecia de estudos científicos, de métodos e de uma regulamentação própria, para não haver dubiedade de nomeação em suas cidades e poder facilitar o gerenciamento do território nacional, um bom exemplo é a cidade de Colinas no Sul do Maranhão, que era conhecida como Picos antes de sua emancipação, mas que não pode ser elevada à cidade com esse nome por já haver Picos no Piauí com o título anterior de cidade.

No tocante às pesquisas propriamente ditas que influenciaram no surgimento de um chamado estudo sobre os topônimos brasileiros, fundamentalmente as que abordam os termos derivados da língua Tupi, é a de Sampaio (1901), *o Tupi na Geografia Nacional*, que marca uma nova era nesse campo de estudos. Na mesma linha de trabalho surgiram outros autores até o afloramento nas instituições acadêmicas de monografias, artigos científicos, dissertações e teses de doutoramentos na segunda metade do século XX. Essas pesquisas proporcionaram a expansão dos estudos nas academias em todo o território nacional com a temática focada em compreender os fatores Toponomásticos.

Dick, nos idos de 1975, propôs um modelo teórico-metodológico que contava com 19 taxionomias para atender as necessidades brasileiras, pois foi com os avanços das pesquisas, em 1992, que a mesma pesquisadora reformulou o modelo que é utilizado até os tempos atuais, contendo 27 taxes, sendo 11 de Taxionomias de Natureza Física e 16 que investigam os aspectos sociais, culturais, integrando as Taxionomias de Natureza Antropocultural.

No Maranhão, no campo da Onomástica, há pesquisas de destaque que fundamentam as que estão sendo desenvolvidas e as futuras. Deste nicho, podemos citar: *O Atlas Toponímico do Estado do Maranhão – ATEMA*; e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores(as) do gabarito de Curvelo (2009), *Topônimos Maranhenses: testemunhos de um passado ainda presente*; e do de Andrade (2021), *Comunidades Remanescentes Quilombolas de Anajatuba – MA: um estudo da microtoponímia*.

Há trabalhos que não foram publicados voltados para os estudos específicos da Toponímia, mas que em virtude do seu conteúdo geográfico, histórico, cultural, de fauna e flora são pilares para o desenvolvimento dos estudos locais nesta área do conhecimento humano, a saber: Marques (1870) *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*, que aborda, seguindo a ordem alfabética, pontos geográficos e fatos históricos do estado; a primeira versão foi publicada em 1870, sendo reeditada no ano de 2008 pela Academia Maranhense de Letras – AML; o trabalho de Maranhão (2012) *Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão*, datado do século XIX e relançado em 2012 pela AML, todos esses de consulta obrigatória para fins de estudos toponímicos em terras maranhenses.

Logicamente que as informações supracitadas não representam toda a realidade dos estudos toponímicos no Brasil ou Maranhão, pois elas têm a função somente de informar e nortear os rumos desta dissertação e fornecer aos leitores e examinadores os preceitos necessários para o bom entendimento dos resultados aqui almejados e os que foram alcançados.

3. A ocupação das margens do rio Itapecuru e os fatores extralinguísticos da motivação toponímica

Neste capítulo será apresentado o rio Itapecuru com ênfase no *locus* da pesquisa, onde estão alocadas as povoações a serem catalogadas dentro das quatro categorias toponímicas: hidrotopônimos, hagiopônimos, litotopônimos e os fitotopônimos, enfatizando as características lexicais, geográficas, históricas e culturais das localidades, já que, com o desenvolvimento das pesquisas *Onomásticas*, neste caso da *Toponímia* ou *Toponomástica*, a *Linguística Histórica* considera os estudos nas áreas fundamentais tanto para as investigações da Língua Portuguesa como para a cultura de um determinado grupo social no intuito de se chegar aos resultados esperados.

3.1 o rio Itapecuru: características geográficas

A bacia³ hidrográfica do Itapecuru abrange aproximadamente 52.540,06 km² - área maior do que alguns estados do Brasil, a saber: Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte. Seu curso, segundo medidas mais recentes, é de aproximadamente 897,24 km de comprimento, sendo este o maior rio em extensão do Maranhão. Nasce na região Sul do Maranhão, no município de Mirador, dentro do Parque Estadual do Mirador, criado pelo Decreto Governamental nº 7.641, de 4 junho de 1980, cuja área aproximada é de 766,781 ha. A sua mais longínqua nascente brota entre as serras da Crureira, Itapecuru e Alpercatas, numa altitude superior a 450 m em relação ao nível do mar.

Sobre a bacia hidrográfica, seu curso segue, inicialmente, a direção oeste-leste, depois percorre 50 km e tem seu leito direcionado para a confluência com o Alpercatas, no município de Colinas. A partir deste ponto, percorre no sentido sul – norte até desaguar no município de Rosário, onde as águas são lançadas na Baía do Arraial, a sudeste da Ilha de São Luís por dois braços denominados Tucha e Mojó.

Outra característica bem peculiar da bacia é que ela está inserida bem no meio de duas grandes bacias hidrográficas do estado, a do rio Munim e a do

³ Fonte – Plano Nascente: Itapecuru plano de preservação e recuperação de nascentes da bacia hidrográfica do rio Itapecuru / Organizadores: Leila Lopes Mota Alves Porto, Eduardo Jorge de Oliveira Motta, Camilo Cavalcante de Souza. - Brasília: Codevasf, 2019.

Mearim. Em alguns pontos, se for tomada como referência a cidade de Itapecuru Mirim e se por acaso o leitor seguir a estrada do Tingidor, na direção leste, encontrará o rio Munim a menos de 50km já no município de Presidente Vargas. Se o sentido for a direção Oeste, encontrará as águas da bacia do Mearim já no município de Anajatuba com praticamente a mesma distância.

Os detalhes de sua geografia transformam a bacia do Itapecuru em uma rota de passagem desde os primórdios da colonização maranhense, influenciando muito na motivação e nomeação toponímica ao carregar parte dos aspectos linguísticos dos aborígenes, europeus e africanos. Com o advento da povoação, vários caminhos foram sendo traçados entre as povoações ribeirinhas e nomes foram surgindo e outros se perpetuando. A explicação se justifica pautada no viés interdisciplinar da toponímia, que tem como viés entender a dinâmica da hidrografia e a abrangência do Itapecuru para facilitar a compreensão da propagação do nome no sentido norte-sul e de seus povoados.

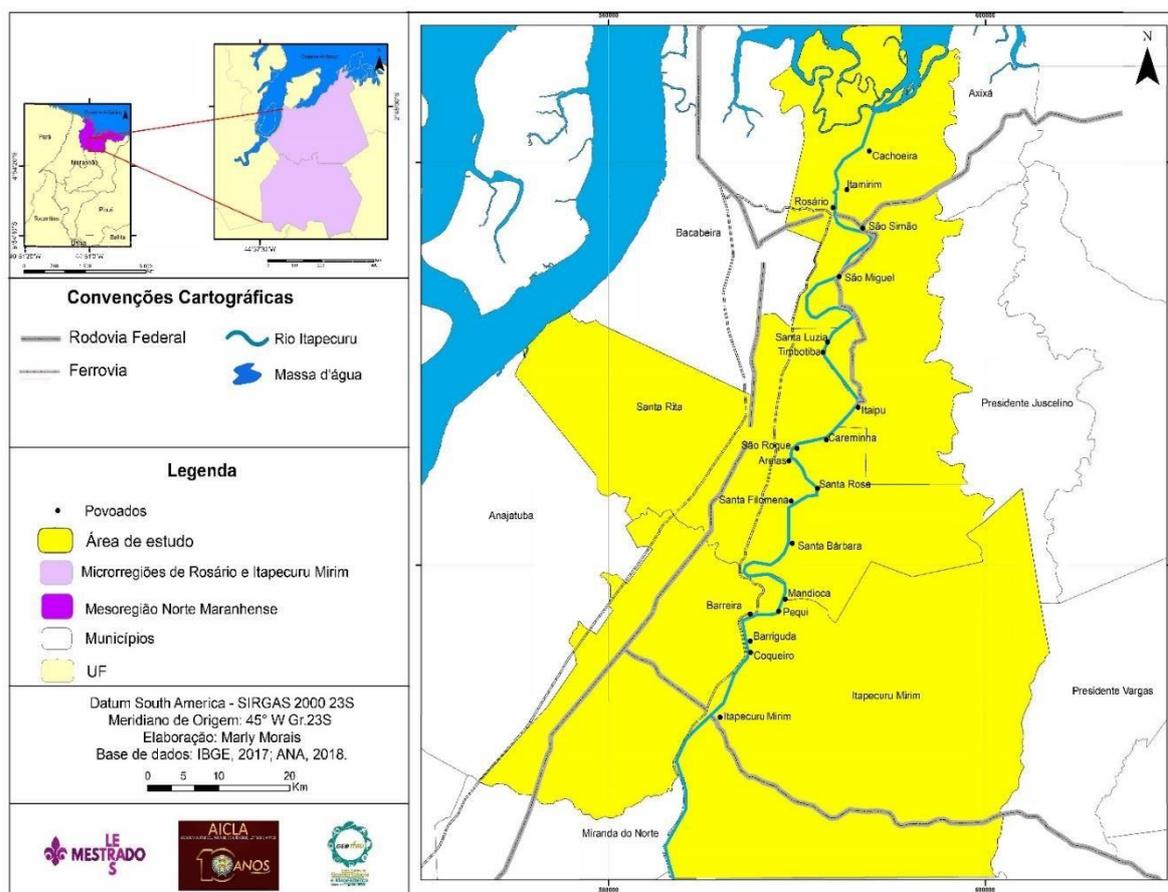
3.2 O *Locus* da pesquisa

Iniciaremos a caracterização da área de concentração da pesquisa no baixo curso do rio Itapecuru com a apresentação do Mapa Geral do *Locus* da Pesquisa sem a Classificação Taxonômica para que o leitor consiga se localizar no espaço geográfico delimitado como campo de estudo. Ele aborda uma das principais virtudes da toponímia, a sua veia interdisciplinar. Quanto às classificações taxonômicas dos topônimos, serão apresentadas nos próximos capítulos, assim como as suas motivações.

O mapa na Figura 1 detalha o curso do rio Itapecuru, os municípios pesquisados, a distribuição dos povoados, a localização no estado do Maranhão, vias secundárias de acesso aos locais investigados (ferrovias e BRs) e outras coordenadas geográficas facilitadoras do trabalho em toponímia proposto.

Os mapas toponímicos são fundamentais na construção de um conjunto de informações, que resgatam e demonstram a área de ocupação linguística de um determinado grupo humano, por meio de seus fatores linguísticos e extralinguísticos, além de fornecer parâmetros norteadores para próximas pesquisas toponímicas.

Figura 1 - Mapa Geral sem Classificação Taxionômica dos povoados



Organizador: FERREIRA, Tiago de Oliveira

Como ficou exposto na Figura 1, o *locus* da pesquisa se inicia na região da Fortaleza de Vera Cruz, nome dado pelos portugueses durante a sua construção em alusão a um dos maiores símbolos da fé cristã, a cruz, local do martírio de Jesus Cristo, configurando o desejo do povo conquistador em nomear os topônimos com a sua motivação a partir de sua fé.

Quando ocorreu a invasão holandesa no Maranhão, a fortificação foi tomada à força e rebatizada com o nome de Forte do Calvário, em memória de suas lutas, havendo por anos citações em documentos históricos, uma nova influência na linguagem local para o topônimo, até a expulsão holandesa.

A Fortaleza de Vera Cruz não serviu somente como guardião da entrada do rio Itapecuru e como proteção dos empreendimentos agrícolas que no seu entorno surgiram, teve além de tudo, para efeitos dos estudos linguísticos aqui propostos, papel decisivo na perpetuação da palavra Itapecuru e de todos os demais etnos de origem Tupi-guarani, assim como colaborou com a difusão do pensamento cristão por toda área da pesquisa.

Bem defronte na margem direita, encontramos o povoado Cachoeira, classificado como um hidrotopônimo ancorado nos estudos taxonômicos de Dick (1990), marcando assim o ponto de partida desta investigação acadêmica. Seguindo rio acima, teremos como zona limite deste estudo a sede do município de Itapecuru Mirim, na margem direita.

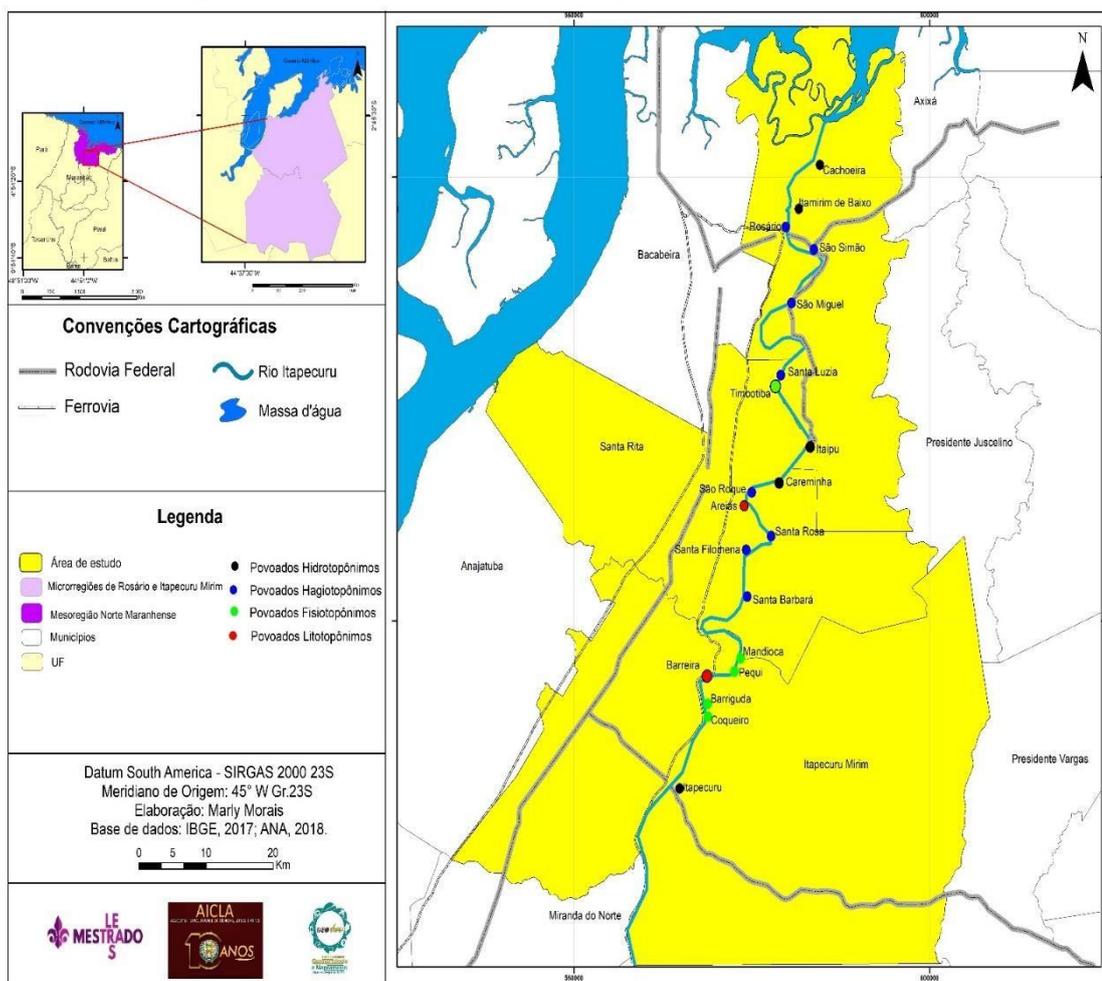
Lembramos que, para fins administrativos de várias gestões de governos maranhenses e, até mesmo, para alguns órgãos de pesquisa, geograficamente a região é caracterizada como Baixo Itapecuru, que se estende até o município de Caxias. Entretanto, ratificamos que a pesquisa compreende 03 municípios: Rosário, Santa Rita e Itapecuru Mirim.

Assim, o *locus* tem aproximadamente 150 quilômetros de extensão, isso contando o percurso via leito do rio, desconsiderando as vias terrestres que seguem paralelas ao seu curso. Por isso que delimitamos, dentro de um nicho de 27 taxonomias, somente 04, que usamos para catalogar 20 povoações/topônimos que se enquadram nas características qualificadas, seguindo a classificação taxonômica proposta por Dick (1990) e já apresentadas no capítulo de introdução, HIDROTOPÔNIMOS: relativos a acidentes hidrográficos em geral, rios, lagoas, igarapés, olhos d'água e praias; LITOTOPÔNIMOS: relativos à constituição do solo, pedras, rochas e as suas mais diversas formas de interação, até mesmo de exploração ou simplesmente constituição física; FITOTOPÔNIMOS: topônimos relativos à vegetação local e ao seu conhecimento popular na alimentação diária e outras relações empíricas; HAGIOTOPÔNIMOS: topônimos referentes aos nomes sagrados do hagiológico romano, que estão diretamente relacionados às manifestações religiosas do catolicismo, batismos, casamentos, promessas.

Para fins de organização didática e metodológica, foram postas neste compêndio as povoações que se encontram em até no máximo 250 m da margem do rio, configurando-os como ribeirinhos. Isso justifica o porquê de os hagiotopônimos Santa Filomena e Santa Bárbara fazerem parte do escopo do projeto e não constar os povoados São Tiago e Santa Joana que estão a aproximadamente 5 km das margens do Itapecuru.

Os arranjos pertinentes aos fatos elencados no parágrafo anterior foram detalhados na Figura 2, que vem a seguir como forma de fortalecer os pressupostos que serão detalhados ao longo da pesquisa.

Figura 2 - Mapa Geral com Classificação Taxionômica dos povoados



Organizador: FERREIRA, Tiago de Oliveira.

A Figura 2 esclarece visualmente a distribuição dos topônimos quanto a sua classificação taxionômica, a ocorrência por municípios e a abrangência de resultados. No tocante aos dados da linguagem estudada, torna-se mais um colaborador profícuo nessa discussão, quanto à motivação sociolinguística, percebe-se a grande presença de hagiopônimos nas proximidades da foz, o que denota a presença da linguagem da fé, em contrapartida, no município de Itapecuru Mirim, há maior presença do registro dos nativos.

Para entendermos esse contexto, é preciso voltar às primeiras narrativas sobre a história da colonização europeia em terras maranhenses, que do ponto vista do descobrimento/achamento ou colonização ainda é tema muito polêmico e até hoje divide as opiniões. Como esse não é o foco da dissertação, o abordaremos somente como referência do lapso temporal que marca o início da nomeação dos povoados pesquisados.

Sobre a presença europeia, como já é conhecido por todos, Pedro Álvares Cabral teria aportado em terras que futuramente seriam batizadas de Brasil em 1500, fato que veio influenciar diretamente a povoação pelos europeus das terras maranhenses, principalmente com a divisão das terras brasileiras em capitânicas hereditárias pelo rei Português D. João III, em que a história registra que João de Barros e Fernão Álvares de Andrade, nos anos 30 do século XVI, se associaram a Aires da Cunha, em 1535, o qual, à frente de uma frota de 10 navios, com 900 homens, rumaram para o Maranhão com o objetivo de colonizá-lo. Chegando ao seu destino, a esquadra desaparece em um naufrágio no golfo maranhense.

Da tripulação total, ficou consagrado que 300 marinheiros teriam sobrevivido e 200 formariam a povoação de Nazaré, de localização duvidosa se teria sido nas terras que hoje fazem parte da Ilha de Santana/Upaon-Mirim, Alcântara/Tapuitapera ou na Ilha de São Luís/Upaon-Açu. Passados três anos, os habitantes do povoado de Nazaré teriam voltado para Portugal.

As narrativas contam que aproximadamente 100 portugueses desse naufrágio adentraram no mato e, após viverem errantes, se miscigenaram com os Tapuyos da região da foz do Itapecuru e saíram por outras partes do Maranhão.

Da miscigenação surgiu os lendários “índios barbados”, que viviam principalmente às margens do Itapecuru. Eles tinham como ídolo um português do grupo de alcunha “Pedro ou Peró”, supostamente artesão, que produzia utensílios de ferro a partir dos destroços dos navios naufragados. A miscigenação não foi só no fator biológico, mas também no linguístico, na assimilação de palavras de dois mundos completamente distintos do ponto de vista gramatical, o europeu e o sul-americano.

O insucesso português no domínio das terras maranhenses deixou brecha para a chegada dos franceses comandados por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiére, em 26 de julho de 1612, à ilha de Upaon-Mirim, batizada futuramente de ilha de Saint’Anne/Santana e depois, Trindade. Já em 12 de agosto do mesmo ano, os franceses, passando a Upaon-Açu (Ilha-Grande/São Luís) rezaram a primeira missa. A fundação se confirma com a colocação da cruz, em 8 de setembro de 1612, marco inicial da França Equinocial no Maranhão. Passados três anos de presença francesa em terras maranhenses, os portugueses atacam os inimigos e conquistam a vitória na Batalha de

Guaxenduba, que forçou a rendição e expulsão dos franceses no dia 31 de setembro de 1615 do Maranhão.

A análise dos fatos que abordam a “conquista” com o olhar da linguística, mais especificamente da toponímia, permite entender como várias nomeações resistiram ao tempo, na língua oral e escrita, por terem feito parte das primeiras descrições sobre a geografia e cultura dos povos que aqui habitavam. A assertiva comunga com o pensamento de Dick (1990a, p. 44):

Relativamente ao Brasil, a cristalização semântica dos topônimos, ou seja, a sua persistência como signos geográficos, mesmo quando seus elementos componentes deixaram de ser facilmente identificáveis pela população local, adquire considerável importância. Isto ocorre principalmente quando se trata da reconstituição de falares indígenas já extintos [...]. (DICK, 1990a, p. 44).

A parte descritiva e ideológica do território era fundamental para a manutenção do povo conquistador sobre o conquistado como se pode extrair do contexto apresentado pela autora. Todavia, existiam ainda outros receios na fixação definitiva em terras maranhenses e no vale do Itapecuru: a resistência dos povos nativos, o medo iminente de novas invasões, o despovoamento português da região e as dificuldades na produção de alimentos. Diz Melo (2006, p. 14) sobre isso:

“[...] O problema alimentar agravou-se com a chegada em 1619 da primeira leva de colonos, duzentos (200) casais embarcados em Açores, de acordo com o contrato firmado entre a Coroa e Jorge de Lemos Bitencourt. (MELLO, 2016, p. 14)”.

Para a pesquisa aqui desenvolvida, o que mais interessa desse extrato apresentado por Mello (2016) é o choque cultural que houve na vinda de uma leva tão grande de imigrantes portugueses para o Maranhão e, fundamentalmente, para trabalhar nas terras férteis do vale do Itapecuru, onde surgiram os primeiros empreendimentos agrícolas. Os novos moradores trouxeram para o *locus* da pesquisa as mais variadas nomenclaturas para as doenças, para os alimentos, para os cultos da fé, para as habitações, para as embarcações, para os móveis, assim como, logicamente, precisaram assimilar o que já havia sido configurado pelos residentes no país, como os nomes das

plantas, dos animais, dos principais acidentes geográficos, dos eventos climáticos etc.

Como dito, alguns dos colonos liderados por Antônio Muniz Barreiros trabalharam na fundação dos primeiros engenhos encarregados de manufaturar a cana-de-açúcar depois da construção da Fortaleza de Vera Cruz. Os esclarecimentos sobre o tema estão presentes na obra de Melo (2016, p. 15):

“[...] era esta a situação da economia maranhense, quando em 1622 se levantaram na nossa terra os primeiros engenhos para o beneficiamento da Cana-de-açúcar. A honra deste empreendimento coube a Antônio Muniz Barreiros, que construiu dois, na Ribeira do Itapecuru, à sombra da Fortaleza de Vera Cruz. (MELLO, 2016, p. 15)”.

Duas décadas depois da consolidação da presença portuguesa na região do hoje município de Rosário, veio a invasão holandesa no Maranhão e o domínio daquele território. O contexto histórico é muito amplo e não implica em maiores observações para os rumos deste trabalho acadêmico, uma vez que não foi encontrado nenhum povoado que tenha a sua nomeação motivada pela língua batava, a não ser a tentativa de substituição do topônimo Fortaleza de Vera Cruz por Forte do Calvário. Porém, com a expulsão dos novos invasores do forte, em 1º de outubro de 1642 e definitivamente do Maranhão, em 28 de fevereiro de 1644, houve a permanência da toponimização portuguesa do forte.

Mesmo com a consolidação dos empreendimentos agrícolas, os embates entre os povoados conquistados e os conquistadores continuaram por mais de 200 anos. Vários foram os conflitos que culminaram em mortes para os dois lados, agravados pela visão expansionista do governo português, subsidiado pela Igreja Católica e suas ordens religiosas, que por meio das “Missões Volantes” tentavam a todo custo “pacificar” pela fé os povos livres que habitavam esta terra. Em 28 de agosto de 1649, os padres jesuítas Francisco Pires, Manuel Muniz e Gregório Fernandes foram mortos pelos Tapuyos-Uruatis nas proximidades do Engenho do Itapecuru Grande de propriedade de Antônio Muniz Barreiros, provavelmente o embate da linguagem da fé foi a válvula motriz do conflito.

No início do século XVIII, dado todas as adversidades locais, o povoamento português ainda era muito pequeno no Maranhão. Mota (2012, p. 22) registra:

No início do século XVIII, o crescimento populacional da Capitania do Maranhão era mínimo e se concentrava praticamente no litoral. Em 1720 contava apenas 854 moradores na cidade de São Luís, 332 na Vila de Santo Antônio de Alcântara e 54 na Vila de Santa Maria de Icatu. Adentrando o leito dos maiores rios, aglutinados em torno das poucas unidades produtivas, foram contados, na mesma época, 74 na Ribeira do Itapecuru [...]. (MOTA, 2012, p. 22).

Vale salientar que, a partir do que foi apresentado, a maior diversidade na toponímia maranhense já começava a concentrar os nomes ligados aos santos do sagrado romano, ou seja, os hagiotopônimos, em substituição aos de origem tupi, a exemplos de: Upaon-açu/São Luís, Icatu/Santa Maria de Icatu, Tapuitapera/Santo Antônio de Alcântara, Itapecuru/Rosário do Itapecuru Grande.

3.3 A nomeação dos povoados e os sesmeiros do Itapecuru

O espírito conquistador dos portugueses fatiou as terras do Itapecuru em pequenos lotes de terras denominados de sesmarias ou datas. Os primeiros lotes eram bem generosos, 1 légua de frente/6km, por 3 léguas de fundo/18km, e tinham a possibilidade de explorar madeiras, caças, peixes, possíveis recursos minerais e um solo fértil, configurando um atrativo a mais para a vinda de novos senhores de Portugal e aventureiros espanhóis, franceses, ingleses, irlandeses etc.

No capítulo próprio de cada topônimo, serão apresentados os registros históricos e documentais que comprovarão ou ajudarão no entendimento de onde partiu a motivação toponímica (influenciado por esses homens do velho mundo) de cada povoado ribeirinho objeto da pesquisa.

Tirando os poucos povoados que guardaram em seu nome a origem e a presença das nações que já habitavam anteriormente a região, absolutamente todas as demais pesquisadas são originárias dessas antigas possessões, principalmente os hagiotopônimos. Os primeiros povoadores não influenciaram apenas na nomeação dos povoados, contribuíram igualmente na propagação de sobrenomes que se tornaram característicos de cada município e respectivamente dos seus povoados.

Por isso, é muito comum a presença dos nomes Muniz e Launé nas cidades de Rosário, Bacabeira, Santa Rita e povoações ribeirinhas da região, pois além de terem deixado muitos descendentes, os africanos e os indígenas,

ao serem batizados pela lei das desobrigas da época, deveriam receber como segundo nome um de cunho religioso, como dos Santos, Bispo, dos Anjos e o terceiro referia-se ao seu proprietário ou local de nascimento (Muniz, Belfort, Melo, Cantanhede, Leal). Como exemplo, poderíamos construir o seguinte nome: Tiago dos Santos Muniz. No entanto, ressaltamos que estes fatores foram influenciados pela imposição da língua do povo dominador, porém não fez com que os topônimos de origem indígena fossem completamente apagados da toponímia brasileira/maranhense.

4. A Metodologia da Pesquisa

A escolha dos procedimentos metodológicos desta pesquisa científica está alinhada com os principais métodos e técnicas que contribuirão para o alcance do *corpus* da coleta e para a análise e organização dos dados desejados. Logo, dado as peculiaridades de uma pesquisa documental em Toponímia, resolvemos adotar o Método Indutivo de abordagem corroborado com o Tipológico, que foi utilizado para os procedimentos da investigação linguística. Ressaltamos que a metodologia tem a função de organizar a produção do conhecimento científico, sendo ela necessária para que se encontre, de maneira acadêmica, os resultados almejados pelos objetivos geral e específicos.

Tendo em vista o interesse em estudar os fatores linguísticos, históricos, geográficos, antropológicos, sociais, culturais e da flora que influenciaram o processo de nomeação, pautado nos estudos toponímicos e da lexicografia, faremos uma pesquisa documental de caráter qualitativo e multidisciplinar, ancorada em textos históricos que remontam ao século XVII, textos atuais, registros fotográficos e visitas *in loco* aos topônimos pesquisados. Desta forma, além da pesquisa bibliográfica, foram realizados procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados. Para tanto, realizou-se o levantamento bibliográfico dos topônimos pertencentes à área selecionada para investigação linguística, registrados em livros, teses, dissertações, artigos científicos e jornais antigos. Na sequência, foi revisto a referência bibliográfica para orientar de forma mais concisa a leitura e o tratamento dos dados no que tange às categorias taxonômicas dos topônimos.

No tocante aos dados, os textos apresentados até este ponto trouxeram a lume uma motivação marcada pela influência dos três principais grupos étnicos que contribuíram com as características linguística da região, os nativos/índios, os europeus e os africanos. Respectivamente, os primeiros legaram a nomeação dos topônimos ligados à flora local, os fitotopônimos, e os ligados a acidentes geográficos, hidrotopônimos. Já os dois últimos contribuíram para a formação dos litotopônimos ligados à constituição do solo e, fundamentalmente, para os hagiotopônimos, dedicados aos nomes de santos da igreja católica.

A motivação que envolveu a nomeação dos 20 topônimos pesquisados e catalogados de acordo com a sua taxionomia está diretamente relacionada à presença do cristianismo e a suas manifestações simbólicas no vale do

Itapecuru. Há os topônimos que remetem aos atos de coleta e produção de alimentos dos primeiros habitantes das américas, os que refletem as relações empíricas com o meio ambiente em que o homem vive, correlacionados pela maneira como os recursos naturais da região são explorados.

Outra parte importante da investigação é a pesquisa de campo de caráter fotográfico das comunidades, que serviu para confrontar as motivações da denominação dos lugares citados nos registros documentais. Por vezes, as imagens refletem as características locais do solo, da flora, dos templos da cultura religiosa.

Ainda sobre a localização das comunidades, vale ressaltar que só foram pesquisados os topônimos que estão alocados estritamente às margens do rio Itapecuru, ou seja, os considerados ribeirinhos, que foram delimitados por estarem em até no máximo 250 m das margens do Itapecuru, uma vez que essa localização geralmente está atrelada à influência das enchentes que são sazonais e afetam a vida desses moradores, além de delinear uma zona que possibilita o levantamento dos dados, no prazo de realização de uma formação em mestrado acadêmico.

Outrossim, é necessário ratificar que o *locus* da pesquisa se inicia na região da Fortaleza de Vera Cruz, na margem esquerda do Itapecuru, município de Rosário – MA, e termina na sede do município de Itapecuru Mirim, na margem direita do mesmo rio. Os 20 povoados pesquisados foram classificados em quatro taxas: HIDROTOPÔNIMOS: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral: rios, lagoas, igarapés, olhos d'água e praias; LITOTOPÔNIMOS: relativos à constituição do solo, pedras e rochas; FITOTOPÔNIMOS: topônimos relativos à vegetação local; HAGIOTOPÔNIMOS: topônimos referentes aos nomes sagrados do hagiológico romano.

Sendo assim, o foco deste estudo é pesquisar a linguagem ribeirinha para se chegar à motivação toponímica dos topônimos, com a fundamentação teórica centrada nos ensinamentos de Dick (1992), que defende uma organização sistêmica tendo como base dois aspectos básicos: o taxionômico e o linguístico, corroborados pelo campo dialetológico. Dessa forma, obtivemos os estratos linguísticos da linguagem utilizada pelos nativos, portugueses e africanos desde os tempos da nomeação, em que os traços linguísticos, históricos, geográficos, culturais, de fauna e de flora foram resgatados a partir da pesquisa dos topônimos.

4.1 Método de Abordagem

Seguindo o norteamento referente às pesquisas em Toponímia preconizados pela Onomástica, já enfatizadas ao longo dessa dissertação e prioritariamente o que assevera Dick (1990), teórica basilar. Logo, resolvemos utilizar como abordagem o Método tipológico das *taxes* de Dick, que tem como premissa partir da inferência de uma realidade observável, pois realizamos *a priori* a descrição geral dos topônimos por meio de um olhar panorâmico até a conclusão dos fatos que motivaram a nomeação destes.

Outrossim, explicamos que ao relacionar as inferências na nomeação, seguimos o que já é conceituado por Dick (1990), que parte da etimologia do topônimo e da história cultural para chegar à formação linguística.

4.2 Método de Procedimento

Quando se trata do percurso da investigação, adotamos as seguintes etapas, o planejamento, o delineamento e o desenvolvimento da pesquisa conceituados como método de procedimento, que classifica os topônimos seguindo o modelo tipológico proposto por Dick. Para tanto, Dauzat (1928), ao analisar os conceitos toponímicos estudados no Brasil, se deparou com duas principais ramificações conceituais, a realística e a mística. Entretanto, Dick (1992) elaborou um nicho de 27 *taxes* com o embasamento voltado para a natureza física e antro-po-cultural, tema já devidamente explicado anteriormente.

Para Lakatos (1986, p. 82), “o tipo ideal não expressa a totalidade da realidade, mas seus aspectos significativos, os caracteres mais gerais, os que se encontram regularmente no fenômeno estudado)”, ou seja, é o melhor método a ser adotado, uma vez que responde aos questionamentos do projeto de pesquisa.

Devido a isso, adotamos o Tipológico que possibilitou conceituar e analisar de maneira mais clara e concisa os 20 topônimos desta dissertação.

Para (GIL, 1991, p. 47), “a análise dos fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa”. Entretanto, pelo modelo

proposto por Dick (1992), a princípio devemos considerar o valor semântico que fora agregado aos topônimos, atrelados a seu aspecto linguístico e, só posteriormente, é necessário observar o direcionamento empregado por seu criador, ou seja, o olhar dos nomeadores, sobretudo no contexto histórico, a fim de entendermos as interações semânticas que se interligaram e ainda se interligam com os nomes dos povoados. Outrossim, na busca por esse entendimento da nomeação, é preciso salientar a necessidade do cuidado mais específico nos casos que se mostrarem mais complexos.

Durante todo o *corpus* desta investigação científica, tivemos o cuidado de fazer a descrição pormenorizada de todos os topônimos e de estabelecer uma coesão entre o objetivo geral e o método escolhido, que é o Indutivo corroborado com o Tipológico, possibilitando apresentar os topônimos, caracterizá-los e registrá-los para, enfim conseguir classificá-los de acordo com a sua motivação toponímica. De acordo com o pensamento de Max Weber, o pesquisador, ao comparar fenômenos sociais complexos, elabora modelos e ideias a partir dos seus aspectos mais evidentes.

4.3 Técnicas para a Coleta do *Corpus*

Dentre várias possibilidades que poderiam ter sido utilizadas para a coleta de informações que auxiliariam na composição do *corpus*, traçamos um agrupamento de documentos que aglutinou a pesquisa documental e a bibliográfica dos textos básicos. Por isso, como conceituação de técnica, encontramos em Lakatos (1990, p. 107) que ela é “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência”, ou seja, toda pesquisa precisa adotar alguma técnica eficaz no desenvolvimento de sua pesquisa.

Lembramos que um dos pilares da pesquisa toponímica no Brasil é a tese de doutorado de Dick (1990) – *A motivação Semântica e a Realidade Brasileira* – que corrobora fundamentalmente com o modelo taxionômico da mesma autora, elaborada posteriormente em 1992. Ainda nesta mesma plêiade de obras referenciais e semânticas, temos os estudos de Dauzat (1928), Leite de Vasconcelos (1931) e Stewart (1954). As leituras dessas obras basilares, tendo como parâmetro o nome apenas geográfico, infere uma percepção a conceitos extralinguísticos com ênfase no aspecto físico ou de ordem antropocultural.

Ainda sobre os tipos de pesquisas documentais, salientamos a existência básica de duas modalidades, as consideradas de fontes primárias, que ainda não foram classificadas como de uma determinada área, isto é, ainda não sofreram análises de suas informações e as que, por já serem objetos de muitas pesquisas, já foram codificadas e classificadas as suas finalidades, então não são mais fontes primárias para fins toponímicos.

No tocante a esta dissertação, tivemos como fontes primárias de pesquisa o Mapa Político do Estado Maranhão (IBGE, janeiro de 2010), o Mapa da Província do Maranhão (1854), a ferramenta Google Maps (2022), o Almanak Administrativo da Província do Maranhão (1858 a 1868), os arquivos de jornais maranhenses dos séculos XIX e XX, tais como A Pacotilha, Diário do Maranhão, O Jornal, Tipografia Liberal, O Publicador Maranhense.

Sobre os textos já publicados ou de fontes secundárias, tivemos como fontes Curvelo (2009) com TOPÔNIMOS MARANHENSES: testemunhos de um passado ainda presente; D'abbeville (2002) - História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão; Maranhão (2002) - Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão; Marques (2008) - Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão e Meireles (1994) - Rosário do Itapecuru-Grande.

Como último e não menos importante recurso, temos as visitas locais a todos os topônimos, o registro fotográfico e a formação de um banco de dados com essas análises para futuras consultas em forma de fichas léxico-gráfica-toponímica.

4.4 Delimitação do *Corpus*

Esta pesquisa acadêmica tem um *corpus* constituído de 20 topônimos ribeirinhos do rio Itapecuru, que estão distribuídos dentro de um espaço geográfico que perpassa por três municípios da Mesorregião Norte Maranhense. Ratificamos que estes municípios são Rosário, Santa Rita e Itapecuru Mirim, além disso, é claro, há um rol de informações concernentes ao próprio rio em questão.

Para delimitação do *corpus*, buscamos as repostas nos seguintes autores: Dick (1992), que propõe um olhar focado nos parâmetros sincrônicos da língua

em detrimento da pesquisa diacrônica. O toponimista francês Dauzat (1928) e Leite de Vasconcellos (1931), que focam sua investigação no contexto diacrônico. Para tanto, foi com os pressupostos defendidos pelos pesquisadores qualificados acima, que foi possível delimitar e avaliar as informações presentes no corpus aqui apresentado.

4.5 Etapas para a coleta dos dados

Levando em consideração o grande número de informações que precisavam ser levantadas para se chegar ao resultado referente aos 20 povoados pesquisados, o processo para se coletar o *corpus* foi dividido em duas etapas básicas:

I – Criamos um catálogo das fontes que foram selecionadas tanto de documentos e mapas de órgãos oficiais quanto de obras clássicas da história, da geografia maranhense e de pesquisas em toponímia;

II – Delimitação do *locus* da pesquisa, classificação dos três municípios que fazem parte da área de concentração, delimitação dos povoados ribeirinhos, escolha de quatro taxionomias segundo a classificação e modelo de Dick (1990) e, por último, identificação dos 20 topônimos que se enquadram nas regras preestabelecidas após a análise das informações.

III – Delimitamos um lapso temporal que se inicia no século XVI com os primeiros textos descritivos sobre a região, chegando até o século XX.

4.6 Identificação das fontes

Para a identificação dos topônimos e o seus respectivos designativos, foram adotadas as fontes de consulta que estão enumeradas e identificadas pelo sobrenome do autor e pelo seu respectivo ano de publicação da obra:

- 1 - Azeredo (2004) *Fundamentos de Gramática do Português*;
- 2 - Dick (1990) *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*;
- 3 - (Houaiss 2010) *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*;
- 4 - Lyons (2009) *Língua(gem) e Linguística: uma Introdução*;
- 5 - Sampaio (1987) *O Tupi na Geografia Nacional*;

6 - Bechara (2011) *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa*;

7 - Curvelo (2009) *TOPÔNIMOS MARANHENSES: Testemunhos de um Passado ainda Presente*;

8 - Meireles (1994) *Rosário do Itapecuru-Grande*;

9 - Marques (2008) *Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*.

4.7 Análise dos dados

As pesquisas em Toponímia no Brasil, em nível de academia, têm fundamentalmente como objetivo macro a coleta e a formação de um banco de dados em textos discursivos, que são arquivados e catalogados por meio das fichas lexicográficas-toponímicas. Desta forma:

I – Analisamos qualitativamente as informações a fim de encontrar o que motivou a nomeação dos topônimos selecionados dentro do que observa a onomástica toponímica e do que já fora descrito nesta pesquisa sobre as taxes de natureza física e antro-po-cultural encontradas no *locus* aqui delimitado. Tais informações podem ser consultadas nas fichas lexicográficas-toponímicas;

II – Investigamos 20 povoados que foram analisados a luz de quatro taxes, das 27 propostas por Dick (1990). Após a tabulação das informações, elas tiveram as seguintes distribuições e porcentagens quantitativas:

- 08 hagiopônimos, que corresponde a 40% dos resultados encontrados;
- 05 hidropônimos, que corresponde a 25% dos resultados encontrados;
- 05 fitopônimos, que corresponde a 25% dos resultados encontrados;
- 02 litopônimos, que corresponde a 10% dos resultados encontrados.

III – Buscamos por meio da investigação histórica traçar a origem dos topônimos. Esse percurso pode ser visualizado na Nota Histórica e na Taxonômica, que respectivamente apresentam os primeiros registros do termo e as suas alterações toponímicas;

IV - As informações toponímicas presentes nesta dissertação partem de um período histórico do século XVII, que ficou conhecido, para a posteridade,

como o da Fundação da França Equinocial ou simplesmente invasão francesa do Maranhão, uma vez que é das narrativas descritivas de D'Abville (2002), que remete ao ano de 1612, de onde tiramos o primeiro registro toponímico referente ao rio Itapecuru.

Notadamente, houve buscas em outros momentos emblemáticos, perpassando pela expulsão dos franceses do Maranhão, pela invasão e expulsão dos holandeses, distribuição das cartas de sesmarias e datas pelos portugueses, assim como registros em mapas, documentos oficiais da administração pública e autores consagrados da historiografia maranhense.

5. A taxonomia da Microtoponímia do *Locus* da Pesquisa

A partir de ponto do texto é possível perceber como os topônimos estão organizados/classificados no texto e a sua distribuição geográfica por município.

5.1 A microtoponímia de Rosário: descrição e análise

Rosário figura entre as cinco povoações de origem europeia mais antigas do Maranhão. Todavia, o fator histórico não é objeto de estudo da dissertação aqui desenvolvida, servindo apenas como parte colaborativa para o entendimento da nomeação do topônimo. Por isso, vamos nos ater aos aspectos históricos somente para compreender a motivação toponímica. Logo é necessário retomar as eras mais embrionárias da colonização estadual e até mesmo tópicos que já foram abordados em capítulos anteriores, como a Fundação da Fortaleza de Vera Cruz, em 1620, por Bento Maciel Parente, nas proximidades da foz do Itapecuru, a 6 km rio abaixo da atual cidade de Rosário.

A construção da fortaleza possibilitou a instalação do primeiro sesmeiro, Antônio Muniz Barreiros, por meio de uma carta de sesmaria, que segundo Bocchi (2002, p. 28), ocorreu em: “29 de junho de 1622 – Req. Do Cavaleiro da Ordem de Cristo e provedor da Fazenda Real, Antônio Muniz Barreiros, ao Rei D. Filipe III, em que solicita traslado de uma carta de sesmaria”. De posse da concessão, o proprietário cuidou de implantar os empreendimentos agrícolas necessários para a instalação do Engenho do Itapecuru Grande.

A ocupação agrícola das terras possibilitou o aumento de habitantes na região e, conseqüentemente, a formação do primeiro núcleo populacional ligado à manufatura da cana-de-açúcar nas margens deste rio. No trabalho diário, até se chegar ao produto desejado, o açúcar, havia muitas etapas e uma grande mão de obra para roçar, limpar o mato, plantar, colher, transportar, moer, cozer a garapa e todos os outros procedimentos necessários até o resultado, o consumo e a comercialização. Os trabalhadores precisavam ficar residentes no lugar formando o que se denominava de Arraial⁴.

⁴ Arraial (*ar.ra.ial*) s.m. 1. Festa caipira. 2. Povoado transitório; acampamento. 3. Povoação pequena, sem categoria de vila ou cidade; lugarejo. (BECHARA, 2011, p. 160)

A partir de então, são os dados catalogados que nos possibilitarão entender: Por que o topônimo recebeu a nomeação de Itapecuru Grande? Como começou o culto a Nossa Senhora do Rosário? Os primeiros sesmeiros eram devotos dela? Havia alguma relação de proteção ou benção entre a santa e a produção do açúcar? Nossa Senhora do Rosário ainda é cultuada? São as principais indagações para a elaboração discursiva do texto sobre a toponímia de Rosário.

Nas eras remotas dos anos de 1620, o Estado do Maranhão ainda era colônia de Portugal, seguramente um dos países mais católicos do mundo. Por isso, todo fidalgo, para conseguir uma leva de terra, precisava, entre outros requisitos, declarar ser cristão e prestar cultos a uma determinada deidade do catolicismo. Ante a questão das leis, havia ainda o desejo da salvação, da remissão dos pecados, da proteção contra todos os contratemplos terrenos. A grande devoção católica daqueles maranhenses explica a construção de templos católicos logo nos primeiros séculos, como o que se observa em

Marques (2008, p. 833): “Rosário 2 – (Igreja de N^a Sra. Do Rosário) – Por escritura pública de 17 de maio de 1717, lavrada no Convento do Carmo pelo tabelião Antônio da Silva Duarte [...]”. Para haver um templo, era necessário um culto de grande representação social em momento bem anterior à construção. A despeito dos cultos católicos, seu início e reais motivações, Meireles (1994, p.28) justifica:

Quer nos parece, portanto, que os de N. S. da Conceição e de Vera Cruz, de princípio aliás dito “Fortaleza da Barra do Rio”, são só um e mesmo forte, batizado, quando da construção, como de “Nossa Senhora da Conceição”, mas apelidado popularmente de “Vera Cruz”, porque levantado junto à cachoeira desse nome. (MEIRELES, 1994, p. 28).

Por todo vale do Itapecuru Nossa Senhora da Conceição é muito cultuada, sendo até mesmo em povoados com os seus hagitopônimos específicos. Ela está sempre ligada à figura de Nossa Senhora do Rosário e tem fiéis muito carismáticos e fervorosos. Quanto ao forte de Vera Cruz ter sido bento em sua homenagem, é desconhecido, todavia o próprio autor da obra Rosário do Itapecuru Grande, Meireles (1994, p. 63), elenca a seguinte explicação (sic):

Esta freguesia vocação snra. do Rosário do rio Itapecuru, que em outro tempo foi chamada Vera Cruz, cujo nome conserva a Fortaleza que está à Barra do Rio, na qual por meio da Snra. do Rosário alcançaram uns poucos portugueses a memorial vitória contra os holandeses [...] [...] e deste prodígio entrou nos portugueses a devoção de conservarem a mesma senhora do Rosário, que é a padroeira de toda a Freguesia do dito Itapecuru. (MEIRELES, 1994, p. 63).

Pelas palavras do autor, a devoção vem do que se conhece como graça alcançada, que os ribeirinhos de Rosário teriam conseguido com a expulsão dos holandeses do vale do Itapecuru e posteriormente do Maranhão. Dar aos deuses ou dedicar a eles vitórias bélicas é algo comum desde o antigo Egito e particularmente aceitável ao estudo específico sobre a iniciação da devoção a Nossa Senhora do Rosário como protetora da Fortaleza de Vera Cruz e, por conseguinte, sobre o batismo da povoação que se criou sobre a sua proteção. Outros povoadores, como Bento Maciel Parente, Antônio Teixeira de Melo, que evidentemente eram cristãos, ajudaram a propagar a fé na santa protetora do Arraial do Rosário do Itapecuru Grande. Ao lermos o trabalho de Marques (2008, p. 831), é possível encontrar o seguinte:

Pelas nossas indagações soubemos que, atendendo S.M. ao que Cristóvão da Costa Freire, gov. e cap-gen. Do Estado do Maranhão, lhe representara em carta de 24. dez. 1716, “de estar no rio Itapecuru a igreja de N.S^a do Rosário, que servia de freguesia aos moradores do dito rio e soldados da fortaleza dele, a qual era a mais antiga deste Estado, por ter no mesmo rio princípio a cidade, que então se determinava situar nele, por cuja causa sempre ali houvera vigário [...]”. (MARQUES, 2008, p. 831).

Passados mais de um século da expulsão dos holandeses, os ribeirinhos daquela região já haviam erguido um templo dedicado a cultuar Nossa Senhora do Rosário. Sabemos que até a consolidação da construção de um templo em homenagem a qualquer santo, deveria já haver nos moradores daquele arraial anos e anos de devoção e manifestação religiosa em homenagem ao santo (a) de devoção para justificar nos fiéis o ímpeto de uma construção tão vultuosa, mesmo em época tão remota. Observamos que a construção aconteceu 6 km rio acima da fortaleza, motivada pela expansão dos empreendimentos agrícolas. A história particular do templo está diretamente ligada à história da cidade Rosário desde os primeiros tempos, por isso não há como estudar os aspectos linguísticos e históricos separadamente.

As manifestações em torno da figura da santa atraíam cada vez mais fiéis em busca de encontrar o caminho da espiritualidade com o Deus dos Cristãos. Isso agregou cada vez mais identidade entre as festividades e o nome da povoação, impactando diretamente no processo de motivação toponímica e refletindo a identidade religiosa do colonizador português. No pensamento de Dick (1990, p. 311), os topônimos de motivação religiosa:

“liga-se a todo um processo subjetivo de reflexão, muito mais próximo, portanto, do inatingível, que das manifestações reais do mundo sensível, a cercar o ambiente natural onde o indivíduo se movimenta”. (DICK, 1990, p. 311).

Fatores refletidos no pensamento dos habitantes e nas características peculiares do templo da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário, voltado para o Itapecuru e não para as vias terrestres que levam até ela, refletem a gênese direta com o rio, onde o seu largo é palco acolhedor dos devotos há mais de três séculos. Acontece que as suas primeiras fundações ainda de madeira, tapada com barro e coberta de palha de babaçu, datam do século XVII, e se for considerado o início dos cultos religiosos no Arraial do Itapecuru Grande, época em que o único caminho para se chegar à povoação era o Itapecuru, encontramos a razão de ela sempre estar voltada para essa direção.

A ligação e a devoção ao culto da Nossa Senhora do Rosário mobilizam os rosarienses há muitos anos, influenciando diretamente na origem, evolução e substituição da nomenclatura do lugar, como se nota nas ações voluntárias, pois, por ser de pedra de cal, não possuir ferros nas suas primeiras fundações e pelo clima chuvoso da região do Maranhão, no dia 26 de março de 1866, o templo caiu quase em sua totalidade, incluindo a sua Torre Sineira, isso depois de cinquenta anos de sua primeira fundação. Os fiéis se mobilizaram em torno da causa da reconstrução, houve forte participação de dois influentes coronéis rosarienses, Augusto César da Rocha e Silvino Pereira da Silva Coqueiro. Dos cofres da província do Maranhão, saiu a contribuição de 19:652\$071 réis.

O engenheiro Francisco Gomes de Sousa ficou encarregado de fazer surgir a nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário com 76 palmos de frente por 150 de fundo, incluindo corpo, sacristia e consistório. Observamos que a construção segue as características arquitetônicas padrão com predominância para o estilo barroco, sendo dividido em nave esquerda, central e direita

(vão/entradas), onde cada uma possui um altar ao fundo com um santo ao centro, já o Altar Mor ou Altar Central guarda a imagem de Nossa Senhora do Rosário, a principal e mais importante de todas que ali estão. A pedra fundamental do templo foi assentada pelo Exmo. Sr. Bispo D. Luís da Conceição Saraiva, no dia 25 de julho de 1868, às 17h. As obras foram concluídas no mês fevereiro de 1871, mas o seu batismo só viria a ocorrer em 28 de maio do mesmo ano, conforme Marques (2008).

Através do percurso historiográfico, destacamos que, sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário, em 1717, o Arraial do Itapecuru Grande, ou seja, a povoação que daria origem à cidade de Rosário, foi elevada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru Grande. O escritor argentino Raimundo de Sousa Gaioso fez um precioso registro desta freguesia no século XIX, de onde se extraem as seguintes informações, Gaioso (1843, p.85):

Em 1802 a sede do município de Rosário possuía 79 fogos, já toda a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru Grande, possuía: 196 fazendas, 226 sítios, 333 agricultores, 27 negociantes, 52 artistas; além dos mais indivíduos brancos e forros de um e de outro sexo, tem mais de 10.179 escravos; enfim, ao todo, 12.174 almas. (GAIOSO, 19843, p. 85)

É preciso explicar as informações contidas nessa citação para que o leitor entenda melhor esses dados, por exemplo: “fogos” é igual a casas/residências/moradias, sendo assim, em 1802, na cidade de Rosário, só havia setenta e nove casas. As fazendas, os sítios, os agricultores, os negociantes, os artistas estavam distribuídos por todo o território que compunha a Freguesia, isto é, os fregueses de Nossa Senhora do Rosário.

Outro número preocupante e interessante de se observar é o de escravos, 10.179, que não era composto só pelos de origem africana, mas também por indígenas, que igualmente deviam professar a mesma fé dos demais habitantes. Já em toda freguesia havia apenas 12.174 almas, que se referia a pessoas, descontando esse número do de escravos, tem-se 2.005 pessoas livres, dado que reflete tanto as desigualdades sociais dos dias de hoje como a miscigenação da população rosariense.

Administrativamente, a divisão do território de Rosário por Freguesia perdurou até 1832. Os limites desta freguesia eram os seguintes: ao norte com

a Baía do Arraial, ao leste com Santa Maria do Icatu, ao sudeste com São Miguel, ao sul com a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim, ao oeste com a Baía de São Marcos e ao sudoeste com Santa Maria de Anajatuba, delimitando-se desta forma toda uma área de influência e identidade com Rosário.

Devemos atentar para o fato de que com o aparecimento de outra povoação tão importante quanto o Arraial do Itapecuru Grande, o Arraial da Feira do Gado do Itapecuru Mirim, e o crescimento das manifestações religiosas em torno de Nossa Senhora do Rosário, a povoação foi elevada à categoria de Vila, perdendo a denominação de Itapecuru Grande, ficando conhecida somente como Vila do Rosário.

Além disso, com as atenções do Governo Provincial agora voltadas para essas novas áreas de expansão econômica, a antiga Freguesia de Nossa Senhora do Rosário só conseguiu ser elevada à categoria de Vila do Rosário no dia 19 de abril de 1833, que só foi autorizada pela publicação da Lei Provincial nº 07, de 29 de abril de 1835, tendo o seu território desmembrado da Vila de Itapecuru Mirim, pondo um fim no conflito da homonímia com vila florescente rio acima.

As vilas detinham basicamente os mesmos poderes e direitos que as cidades. Já que dispunham de um território autônomo, podiam eleger seus próprios vereadores, cobrar impostos, possuir oficinas, ter juízes de paz e órfãos, criar leis locais, ou seja, gerir melhor os seus recursos e gerenciar os seus problemas sociais. A atual cidade foi formada por todas as etapas da história nacional, uma vez que, quando as capitânicas hereditárias foram criadas, a região ficava na parte que correspondia a do Maranhão, quanto aos demais ciclos históricos, eles foram abordados e detalhados em capítulos anteriores, desta forma, no tocante à formação administrativa, a última etapa é chegar ao título de cidade de Rosário, que foi alcançado pela Lei Estadual, nº 654, de 06 de abril de 1914.

Com a conclusão do escopo histórico e geográfico, resta-nos elencar os pontos fundamentais da cultura simbólica e iconográfica de Nossa Senhora do Rosário que constitui parte fundamental da identidade e fundamentação religiosa dos seus fiéis rosarienses. Logicamente, que quando se fala em fiéis rosarienses não se tem o desejo de limitar o culto desta santidade do catolicismo, somente a região citada, mas sim enfatizar a força e o papel deste culto no pensamento

toponímico dos nomeadores do antigo povoado do Rosário do Itapecuru Grande e todas as suas alterações linguísticas até se chegar a grafia atual de cidade de Rosário em virtude de lei estadual datada da segunda década do século XX.

Foto 01 – Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Acervo do autor (2022)

Trata-se de uma imagem executada em princípios da segunda metade do século XVIII, quando o barroco brasileiro atingiu seu ápice em termos de movimentação corpórea. A talha dos pés e mãos inclinados com tal elegância e suavidade cria a impressão de um corpo alçando voo.

O véu branco de Nossa Senhora do Rosário simboliza a pureza do coração da Virgem Maria. O branco é o símbolo da pureza, da intenção pura, da abertura de coração, virtudes muito presentes na vida de Nossa Senhora. A túnica vermelha da santa simboliza os mistérios dolorosos que fazem parte da oração do Rosário e lembra que não há vitória sem sofrimento, não há ressurreição sem cruz.

Para os devotos, é quando rezamos o rosário que meditamos sobre os vários sofrimentos pelos quais Jesus, o filho de Maria, passou. O manto azul de Nossa Senhora do Rosário simboliza o céu por causa da cor azul. O rosário é uma oração que nos leva para o céu, segundo palavras de Nossa Senhora.

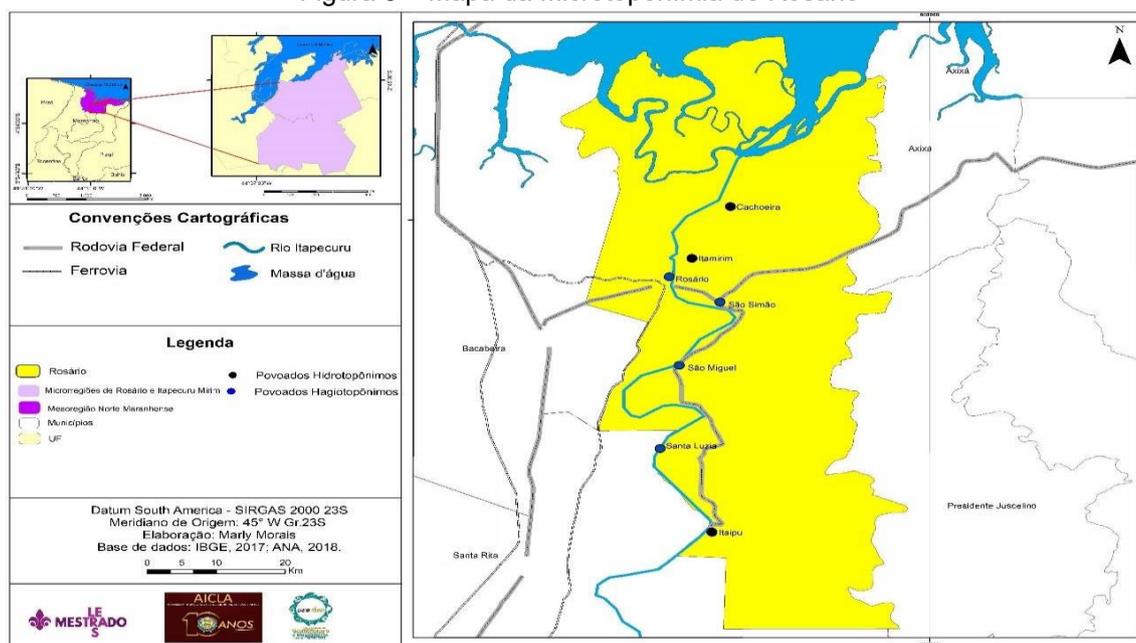
A túnica rosa do Menino Jesus simboliza a alegria dos mistérios gloriosos, ele é o mistério do Santo Rosário e exprime a alegria da chegada do Salvador a

este mundo e alegria da salvação que Ele nos trouxe. As nuvens simbolizam os Mistérios Gloriosos, nos quais contemplamos a glória final de Jesus, desde a sua ressurreição até sua ascensão ao céu, como também a de Maria, que foi elevada ao céu pelo poder de Deus e teve a sua Coroação como Rainha do céu e da terra por Jesus.

Os terços nas mãos do Menino Jesus e de Nossa Senhora simbolizam que o Santo Rosário é um presente que veio do céu e que nos leva para o céu. Uma oração simples, profunda e contemplativa, que acalma o coração e alimenta a fé. Além disso, a oração do santo Rosário é cristo cêntrica, isto é, tem Jesus Cristo no centro. Todos os mistérios contemplados dizem respeito a Jesus e, em todos eles, ele tem participação.

Até o presente estágio da pesquisa, a sede do município teve o foco necessário para estabelecer um vínculo qualitativo da investigação científica e deixar a sugestão de que maiores detalhes devem ser consultados em Curvelo (2009, p. 96, 97, 98, 99, 102, 127, 169), que possibilitará ao leitor acessar um compêndio de conteúdos que não é objeto desta pesquisa, pois o foco são os povoados. Todavia, como o cerne da pesquisa são os povoados que foram qualificados e terão destaque principal no *corpus* deste texto, as motivações com as devidas observações geográficas, históricas, culturais e biológicas têm início com a sua descrição e distribuição no Figura 3 da Microtoponímia de Rosário, conforme apresentado a seguir.

Figura 3 – Mapa da Microtoponímia de Rosário



De maneira clara e objetiva, a Microtoponímia de Rosário foi descrita no neste mapa a fim de apresentar ao leitor os povoados que fazem parte do capítulo específico sobre o município, que possui um número significativo de topônimos dentro dos limites estabelecidos pela pesquisa, totalizando sete povoados, o que corresponde a 35% dos 20 pesquisados. Após os estudos, ficaram classificados da seguinte maneira:

- 03 hidrotopônimos: Cachoeira, Itamirim e Itaipu. Correspondendo a 43% dos topônimos do município;
- 04 hagiopônimos: Rosário, São Simão, São Miguel e Santa Luzia. Correspondendo a 57% dos topônimos do Município.

5.1.1 O Hidrotopônimo Cachoeira

A área onde se encontra o hidrotopônimo Cachoeira é o berço de povos antigos e ainda guarda muitas divergências linguísticas, históricas e culturais, além de ser o nascedouro da referência dos nativos para nomear todo o curso do rio Itapecuru de norte a sul. Para os estudos onomásticos em toponímia, isso se justifica pela razão de os hidrotopônimos refletirem as características físicas do ambiente, carregando valores semânticos que refletem a sua cor, forma e dimensão dos acidentes geográficos.

Cachoeira surgiu na margem oposta a Fortaleza de Vera Cruz, ainda nos primeiros anos da década de 20 do século XVII. Os primeiros habitantes daquele povoado ribeirinho seriam os nativos, europeus, africanos e a miscigenação geradas pelas três etnias. Passados mais de 400 anos deste surgimento, procuramos esclarecer: (i) – A relação semântica estabelecida entre o acidente geográfico e a nomeação! (ii) – O étimo foi incorporado voluntariamente à fala dos habitantes? (iii) – Quais fatores foram fundamentais para a propagação da referência ao acidente geográfico?

O povoado conta com 60 casas e 60 famílias residentes. A sua riqueza lexical é muito variada por estar em uma área de transição entre a Bacia Hidrográfica do rio Itapecuru, a do Munim e as Baías do Arraial e de São José, ou seja, uma influência de muitos biomas que também poderiam influenciar no processo de nomear o topônimo. Sob a ótica histórica, Meireles (1994, p. 74) reflete a intencionalidade da construção do forte pelos europeus:

Aqueles dois naturalistas bávaros, que chegaram ao Maranhão em 1819, registraram, referindo-se à foz do Itapecuru, que nesta região levantaram os portugueses, em 1620, à margem direita do rio, um fortim, a Fortaleza do Calvário ou de Vera-Cruz, destinada a conter os índios hostis destas paragens [...]. (MEIRELES, 1994, p. 74).

A primeira observação necessária a ser feita é que, na verdade, o forte fica na margem esquerda do Itapecuru, e, por conseguinte, o povoado Cachoeira, na margem direita, a 6 km da sede da cidade de Rosário rio abaixo. A segunda, é a justificação da construção do forte para a “proteção dos portugueses contra os nativos”, triste constatação, mas que justifica a presença de dois povos antagônicos convivendo num mesmo espaço e gerando uma imensa carga cultural, em que pese, a variedade gramatical. O mesmo Meireles (1994, p. 74), em seu relevante trabalho Rosário do Itapecuru Grande, é quem reforça a existência do povoado e a localização dele dentro dos limites estabelecidos pela pesquisa: “[...] e mais um bom número de povoados, que eram os principais os de Cachoeira, Itamerim, Pai Simão [...]”. O autor os apresentou em ordem crescente no sentido norte - sul do rio. A foto do local com destaque para as ruínas da Fortaleza de Vera Cruz é um facilitador deste entendimento.

Foto 2 – A Cachoeira do Itapecuru



Fonte: Acervo do autor (2023)

Dentro do núcleo documental da investigação científica no município de Rosário, o Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico. Referência Itapecuru Mirim, nº MI 549. Ano de 1980, é um documento basilar, em que é possível confrontar

todas as repostas quanto à localização do povoado. Corroborado em Meireles (1994, p. 81): “[...] e pelas povoações de Pai Simão, Carmo, Peri de Cima, Peri de Baixo, Cachoeira [...]”, traçamos além do fator geográfico o histórico e o lexical da permanência do termo no vocabulário ribeirinho.

Cachoeira é o primeiro dos topônimos a ser pesquisado seguindo a ordem já delimitada de apresentação dos povoados, que é o sentido norte-sul do rio Itapecuru. Sendo assim, é fundamental a compreensão da motivação de sua nomenclatura, já que a própria palavra que batiza o rio traz em sua origem a semântica do tupi, ou seja, a referência às pedras que formam a cachoeira da foz do rio, que dificultava o trânsito das embarcações e produziu no nativo o contexto fundamental do lugar. Para Dick (1990, p. 246), a lexia é de grande produtividade, pois: “assinalaram um grande número de hidrotopônimos que recuperam o acidente físico de cachoeira em vários pontos do país”. A autora endossa, pela teoria onomástica, as intencionalidades do nomeador ao batizar o povoado.

Para Marques (2008, p. 278), em seu trabalho *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*: “Cachoeira – 1 – Um dos povoados pertencentes a Rosário”. O registro de Marques (2008) permite a abertura do diálogo quanto à grafia e faz uma análise da palavra propriamente dita, que é de acordo com o dicionário Houaiss (2010, p. 126): “ca.cho.ei.ra s.m. 1 torrente de água que corre ou cai formando borbotão 2 queda-d’água volumosa.” Isso corrobora com o valor simbólico aferido pelos primeiros habitantes.

Isoladamente, o verbete cachoeira deriva da junção de “CACHÃO”, forma derivada de “CACHO” e pelo processo de derivação sufixal recebeu o acréscimo do sufixo “EIRA”. Designativo de alta produtividade na língua portuguesa, referindo-se à quantidade, abundância, como pode ser verificado nos termos bananeira, madeireira.

5.1.2 O Hidrotopônimo Itamirim

Dos muitos povoados que constituem a zona rural do município de Rosário, Itamirim é o que guarda a maior relação lexical com o étimo Itapecuru, e por conseguinte com a língua dos nativos americanos que o nomearam. A sua proximidade com as margens do rio, com a sua foz e com a cidade de Rosário, são outros itens necessários para o entendimento de sua nomeação.

O espaço local foi palco de uma pré-colonização marcada pela presença de indígenas, europeus e africanos, povos que deixaram suas marcas etnoculturais. Mas onde reside: (i) - a origem do étimo? (ii) – o rio foi o único responsável por influenciar na nomeação? (iii) – a constituição do solo agiu diretamente na referência ao povoado? Pontos cruciais para o debate toponímico sobre o povoado.

Para se chegar a Itamirim, usando como ponto de referência a cidade de Rosário, é necessário somente cruzar a ponte sobre o Itapecuru ou simplesmente atravessar o rio, como dizem os ribeirinhos, tão próximos que são os dois núcleos de habitação humana. As 300 residências abrigam 300 famílias que possuem uma relação íntima com a influência da maré por sua proximidade com o mar, com as pedras do leito do rio e com todo o seu ecossistema quase que costeiro, o que possibilitaria haver uma outra motivação toponímica para o batismo do povoado. Todavia, por razões explicáveis, apenas por pesquisas de caráter interdisciplinar, como do ramo da toponomástica, não aconteceu outra nomeação.

Ao fazermos um passeio pelos registros históricos e documentais no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão*, no tocante aos povoados de Rosário (sic), tem-se que “[...] Além da villa, tem mui importantes povoados, sendo os principaes – Caxoeira, Itamirim, [...]” (1862, p. 356). Geograficamente, pela ordem contrária a vazão do rio, Itamirim é o segundo povoado após Cachoeira, justamente como está citado no documento oficial do século XIX supracitado e com a mesma grafia.

Marques (2008, p. 666), em seu icônico *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*, dedicou a seguinte referência: “Itamerim – 2 – Outrora pequena, porém florescente povoação à margem direita do rio Itapecuru [...]”. A citação justifica o pertencimento e descrição a microtoponímia de Rosário, como também há analogia ao nicho a que o povoado está inserido. Frisamos que o texto original do autor foi publicado em 1870, isto é, há 200 anos do trabalho aqui desenvolvido.

Há referências também em jornais de grande circulação já no século XX, Pacotilha (1924, p. 9): MATÉRIA: AS CHEIAS – “[...] A comissão segue agora para socorrer a população de Itamirim”. Neste caso, a passagem aborda a íntima ligação da localidade com as cheias do Itapecuru.

Referências deste lugar com o *locus* da pesquisa e a sua motivação toponímica chegam ao século XX carregadas de simbologias e valores semânticos como o descrito na matéria do Jornal do Maranhão (1963, p. 10), “inundação no baixo Itapecuru faz vítimas em frente a Rosário [...] Tomado pelas águas o povoado Itamirim [...]”. O texto enfatiza a nomenclatura fazendo-a reconhecida a nível de estado, dando assim uma aplicação da simbologia da linguagem do lugar.

O caráter linguístico da lexia pode ser representado pela formação prefixal/sufixal de origem Tupi, bastante disseminado em todo o território nacional. Ita: pedra; mirim: pequeno ou depois de; ou seja, pela tradução literal, esse topônimo seria a pedra pequena, o pedregulho pequeno ou conjunto de pedras pequenas, já para Sampaio, (1987, p. 261): “ITAMIRIM c. **Itá-mirim**, pedras pequenas, pedrinhas; pedregulho, seixo rolado”. Sapir (1969, p. 02) promove um debate necessário e esclarecedor sobre o assunto:

De maneira geral, é melhor empregar o termo "ambiente" apenas quando se faz referência a influências, principalmente de natureza física, que escapam à vontade do homem. Não obstante, tratando-se da língua, que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo "ambiente" tanto os fatores físicos como os sociais. (SAPIR, 1969, p. 02).

Itamirim recupera na linguagem ribeirinha a visão, a relação, a referência que os primeiros habitantes tinham das pedras que formam o leito do rio Itapecuru, guardando a semântica destes homens que tinham a região como a sua morada. As pesquisas sobre como os primeiros habitantes das Américas chegaram ao continente ainda possuem muitas veias teóricas, porém, quanto ao lapso temporal da presença deles, já são aceitas datas que somam mais de 10.000 anos, levando em consideração achados arqueológicos do Parque Nacional da Serra das Capivaras no sul do Piauí, exploração em cavernas mineiras, os sambaquis da região da Maioba, na Ilha de São Luís, e as ruínas de construções suspensas nos lagos do município de Santa Helena na baixada maranhense.

Decorridos 4 séculos de contínua substituição do léxico primitivo pelo do colonizador, a fotografia do povoado revela as nuances apresentadas no tópico e a extrema relação do povoado com o rio Itapecuru.

Foto 03: Povoado Itamirim



Fonte: Acervo do autor 2023

Tem que se observar a fluidez dos caminhos sempre voltados para o rio, onde a locomoção, a busca pela água e alimento sempre conduzem os ribeirinhos para as inferências do topônimo em que habitam.

5.1.3 O Hagiotopeônimo São Simão

A margem direita do rio Itapecuru guarda um dos mais icônicos povoados do Maranhão, famoso por sua rica cultura, suas redes de algodão e produção de cerâmicas. São Simão ainda traz em sua origem as referências históricas de sua fundação motivada pela fé de um ex-escravizado, que por meio de sua metalinguagem baseada na fé cristã, deixou o seu nome cravado na toponímia de um povoado ribeirinho com mais de 300 anos de existência.

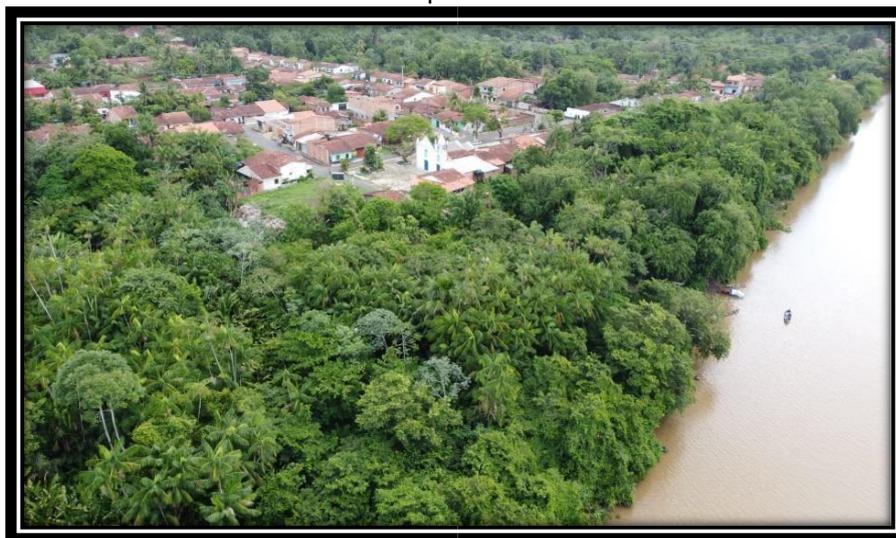
Os meandros da liberdade de Simão da Boa Vida se perderam no decorrer dos anos, assim como o seu nome de batismo. No entanto, as literaturas sobre esses acontecimentos sociais podem ajudar a elencar alguns pontos factíveis: (i) – era comum alguns senhores deixarem em testamento, como ato de caridade cristã segundo pensamento da época, a liberdade para alguns ex-escravizados; (ii) – os escravos do ganho possuíam um dia em que eles podiam se dedicar aos

seus negócios, angariando recursos para, em alguns casos, conseguir a sua alforria; (iii) – ocasionalmente havia liberdade de escravos por conta de promessas ou graças alcançadas aos seus senhores. A população local atualmente possui 120 famílias que residem em 120 moradias.

Para os estudos toponímicos, um dos pontos fundamentais no esclarecimento da motivação por trás de uma nomeação é a questão geográfica, ou seja, a localização do topônimo, que se somará aos elementos enunciados acima para chegarmos a compreensão necessária.

Para o morador da cidade de Rosário, basta atravessar a ponte sobre o rio e o encontrará com todos os seus encantos ribeirinhos, além de belas estórias e uma cultura ímpar no início do povoado de São Simão. Já o núcleo que deu origem à povoação fica acerca de 2 km rio acima, guardado por uma belíssima capela às margens do rio Itapecuru, como é possível de se visualizar a partir da imagem abaixo.

Foto 04: O povoado São Simão



Fonte: Acervo do Autor (2023)

A relação íntima do povoado com o rio é muito perceptível, com destaque para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na subida da rampa que dá acesso ao principal porto do povoado. Suas origens estão diretamente ligadas às primeiras levas de africanos que trabalharam nos canaviais e na produção de utensílios domésticos: bias, potes e panelas de barro para abastecer o comércio regional. No livro *Rosário do Itapecuru Grande*, Meireles (1994, p. 54) aborda os detalhes do contexto aqui apontado:

[...] Pai Simão, na distância de apenas dois quilômetros da sede, formada em torno de uma ermida de N.S. da Conceição e que fora fundada por um negro escravo alforriado, Simão da Boa Vida, o qual a legou a seus companheiros de infortúnio, para que nela pudessem usufruir a liberdade, quando alcançada. (MEIRELES, 1994, p. 54).

A expressão “a legou” faz alusão à construção da igreja, isto é, Simão seria o mecenas por trás da construção do templo religioso começando aqui a representatividade de Simão no meio cristão e político, dado que este é o único caso conhecido, em toda a Ribeira do Itapecuru, de um ex-escravizado que teve a autorização para a construção de um templo católico.

Nossa Senhora da Conceição figura ao lado de Nossa Senhora do Rosário como a mais cultuada entre os povos de origem africana e por isso recebia grandes números de devotos a fim de agradecer as suas preces. Outro ponto importante de ser citado é que uma igreja ser benta/ter a permissão da Igreja Católica para que missas fossem celebradas em seu interior era algo muito notável, ainda mais sendo proveniente de um alforriado, fato que denota muito respeito da sociedade para com Pai Simão da Boa Vida. Sua fama e riqueza ainda lhe permitiu tanto possuir escravos como passar cartas de alforria a outros, fato relevante em uma época cheia de preconceitos e dificuldades para os trazidos do continente africano.

A constituição do topônimo surgiu como local de posse a partir das terras doadas pela coroa portuguesa, salvo em raríssimos casos as terras de índio, como será visto no capítulo próprio sobre o povoado São Miguel e as Terras de Preto, como é o caso de São Simão, ambos em Rosário e ribeirinhos do rio Itapecuru. Dentro do conceito social da época, Assunção (2015, p. 221) dá mais detalhes do cotidiano e dos trabalhos que eram dispensados a estes grupos sociais:

No interior do Província, recrutavam-se os forros para empregá-los de maneira similar aos índios “domésticos”. Assim, o comandante geral de Rosário relata, em 1833, que pretendia usar os índios e forros como remeiros para um transporte de São Luís a Caxias, pagando-lhes 500 réis por dia. O seu subordinado e comandante parcial foi encarregado do recrutamento de seis a oito homens por barco, um total de 30 indivíduos. Os índios deviam ser recrutados na antiga aldeira de São Miguel, e os forros no povoado vizinho de Pai Simão, ambos à ribeira do Itapecuru. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 221).

Assunção (2015) traz algo muito precioso para o entendimento sobre a motivação toponímica por trás do povoado São Simão, a descrição de um lugar como terra de forros, ou seja, de homens libertos, livres pelas leis da época, o que ratifica a pujança econômica muito grande, uma união entre os libertos ao ponto de suportarem todas as pressões sociais que havia em torno da condição social a que muitos seres humanos eram submetidos.

Quanto à constituição do povoado, os dados históricos encontrados em Meireles (1994, p.71), refletindo a realidade do século XIX, explica que: “[...] Pai Simão, povoado composto de algumas casas esparsas [...]”, mostrando que ele era mais uma das pequenas povoações que começava a florescer naqueles primórdios. Na Carta Geral da Província do Maranhão, datada do ano de 1854, o topônimo já está consolidado com a grafia Pai Simão.

A Língua Portuguesa, por sua dinamicidade, permite variedades ortográficas, semânticas e fonológicas para um mesmo termo, evoluções corriqueiras da língua portuguesa. No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão* é possível encontrar exemplos dessas mutações: “[...] Além da villa, tem mui importantes povoados, sendo os principais – Caxoeira, Itamirim, Pae-Simão, [...]” (1862, p, 356).

Passados exatamente cinquenta e seis anos dessa citação, o Almanak, um periódico maranhense que possuía o nome de O Jornal, ao tratar das enchentes que aconteciam na bacia do Itapecuru, apresenta novas informações sobre o povoado, numa época em que Bacabeira e Santa Rita ainda pertenciam a Rosário (sic):

Socorros do Governo, porém com a norma seguida pela “Pacotilhas”, isto é: lancha, cavalos e outros fáceis meios de transporte para que não fique adstrita exclusivamente á cidade, e possam ser tambem socorridos Carema, Recurso S. Simão, São Miguel, Itamerim e outros muitos logares que por ali existem. (O JORNAL, 1918, p, 17).

A citação do início do século XX é muito emblemática por trazer a toponimização do povoado aglutinado ao termo São, que deriva do Latim *Sanctus*, remetendo à ideia de sagrado/santo. Isso permite uma outra interpretação, o surgimento de uma devoção católica em torno da imagem do

Pai Simão da Boa Vida. Agora o antigo morador ribeirinho passa a ser cultuado como um personagem do sagrado, havendo aí um sincretismo em torno do seu nome.

O verdadeiro santo católico, São Simão, possui muitas versões em torno do seu carisma que começam nas bases que deu origem ao cristianismo, a Bíblia, uma vez que Simão era um dos doze apóstolos que seguiam Jesus Cristo. Nascido na Galileia, na cidade de Caná, por vezes seu nome é chamado de Zelote devido a várias interpretações dos textos antigos. Tal adjetivo assim como o Cananeu servia para distingui-lo de Pedro, que também era chamado de Simão.

A jornada de Simão pela Terra Santa pregando a palavra de Deus passa por Egito, Bretanha, Espanha, Síria e Pérsia, como era de costume a todos os missionários. Por conta de suas andanças, incomodou muita gente contrária àquele pensamento, causando distorções até mesmo quanto ao seu verdadeiro martírio. Teria ele sido executado na cruz, na fogueira ou teria sido serrado vivo? Tais dúvidas ainda dividem estudiosos, mas o que se sabe é que ele já estava em idade avançada e morrera durante o império de Trajano.

A sua iconografia é uma das mais simplórias possíveis, traz consigo um livro aberto na mão direita e um serrote na esquerda, em alusão ao seu martírio consagrado pela fé cristã. As celebrações/cultos em torno de sua imagem acontecem no dia 28 de outubro. Porém, em algumas povoações, devido a questões do clima, da cultura local e até mesmo dos fatos históricos, os festejos em homenagem a São Simão variam muito.

5.1.4 O Hagiotopônimo São Miguel

Absolutamente nenhum dos povoados aqui pesquisados possui uma história tão complexa quanto o de São Miguel, sobretudo no que concerne à permanência de sua nomeação como um hagiotopônimo. A povoação da margem direita do rio Itapecuru surgiu a partir de uma Aldeia de Paz, que eram núcleos populacionais de cunho religioso formados em uma aldeia ou em um conjunto delas, onde o objetivo proposto pela Igreja Católica era catequizar os

silvícolas/índios, ou seja, torná-los seguidores dos ensinamentos do cristianismo pela doutrinação através do evangelho.

Hoje o povoado é um dos maiores do município de Rosário e fica aproximadamente a 18 km da sede rio acima. Nele vivem mais de 250 famílias em um número similar de residências. Muitos destes moradores ainda guardam fenótipos dos nativos que construíram aquele topônimo, sem ao menos conhecer as suas origens. Outrossim, faz-se necessário salientar a íntima relação do povoado com o rio Itapecuru, fato comum a todos os pesquisados neste trabalho acadêmico.

A imagem abaixo evidencia a proximidade das casas e sua linha contínua no leito do Itapecuru, o direcionamento do frente da Igreja de São Miguel como sinais de íntima relação que não se perdeu, mesmo tendo passado mais de 300 anos de sua fundação e já existindo um acesso por terra, bem mais fácil à sede do município e a outras povoações.

Foto 05: Povoado São Miguel



Fonte: Acervo do autor (2023)

Quanto aos primeiros habitantes da povoação, a literatura não guardou: (i) – registros de como os mesmos a chamavam; (ii) – o registro das primeiras referências aos povos que lá habitavam; (iii) – os primeiros sacerdotes que por lá chegaram; (iv) – as primeiras referências para o culto a São Miguel e a posse da terra. Tópicos essenciais para toda a pesquisa toponímica.

São Miguel teve uma cultura religiosa tão marcante em torno desse hagiotopônimo, que, mesmo em épocas embrionárias da história maranhense,

conseguiu a sua autonomia como terra de índios, mas não de quaisquer índios, eram os chamados índios de São Miguel como descreve Assunção (2015, p. 148):

Numa área de colonização antiga como do Maranhão oriental, poucas sesmarias concedidas aos índios se mantiveram enquanto tais na primeira metade do século XIX. Os casos das terras de índio de São Miguel e do Brejo são as mais relevantes. [...] São Miguel, situada na beira do rio Itapecuru pouco acima de Rosário, foi uma das mais antigas aldeias missionárias no Maranhão. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 148).

É importante observar que agora a terra dos índios, o espaço onde eles habitavam há muitos anos, estava sobre a proteção de uma deidade do catolicismo romano. A partir de então deveriam renegar a tutela dos seus antigos deuses e seguir os dogmas da nova ordem religiosa. Remontando há tempos primários, encontramos em Meireles (1994, p. 38) os princípios da construção do templo: “[...] fez o padre João Avellar fazer ajuda ainda de uma bela igreja de taipa a S. Miguel Arcanjo, orago daquela residência dos Padres Missionários da Companhia [...]”. O sacerdote em questão foi um dos pioneiros nas chamadas guerras justas do vale do Itapecuru, que colocou sob o jugo do catolicismo muitas nações indígenas, levando a total extinção desses povos na região pesquisada, a única exceção fica por parte do município de Fernando Falcão no vale do Alpercatas, afluente do rio Itapecuru no sul do Maranhão.

Ele é tido como o fundador da Aldeia de Paz, onde existe uma capela em devoção a Nossa Senhora de Lapas e Pias. A primeira foi feita de taipa e depois foi substituída no início do século XX por uma de alvenaria, igualmente de frente para o rio. Outro fator fundamental foi a ajuda oferecida pelos nativos barbados auxiliados por outro sacerdote, Meireles (1994, p. 33):

Com a segurança oferecida com a presença do forte e a assistência recebida da parte dos “barbados”, bem assim com a presença dos missionários religiosos, dos jesuítas se melhor dito, que logo em 1624, por mãos do Pe. Lopo do Couto, aí levantaram uma primeira residência, sob a invocação de S. Miguel [...] (MEIRELES, 1994, p. 33)

Por ser muito antiga, a outrora terra de índios, São Miguel, não tem o seu passado histórico ligado apenas a um padre daquele período, mas a vários, já que tinha, entre outros objetivos, o de transformar as terras eclesiásticas em

terras de santo. Em Assunção (2015, p. 145) encontramos os melhores entendimentos:

A terra pertencendo à igreja constitui o segundo tipo de propriedade de corporativa. Como salienta estudo recente desde as primeiras décadas do século [XVIII] as ordens religiosas eram o grande agente monopolizador de terras na Colônia. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 145).

Pedrosa também lutou bravamente pelos objetivos de sua congregação, porém um dos fatos históricos mais conhecidos envolvendo os religiosos e os nativos ocorreu ainda no século XVII, quando os jesuítas sofreram um duro golpe ao receberem uma comissão composta por oito índios em São Luís vindos do povoado São Miguel. A comitiva enviada pelo cacique possuía a suposta intenção de convidar o dito padre para uma jornada de evangelização pelos recantos do Itapecuru até alcançar os temidos ubirajaras “barbudos”.

Os religiosos sediados na capital aceitaram o convite e organizaram uma comitiva para atender ao chamado dos nativos de São Miguel. Contudo, quando a expedição jesuíta chegou ao dito povoado, depois de muita comemoração, à noite, os índios voltaram para a mata e retornaram preparados para a guerra, armados com arcos, flechas e bordunas, atacaram todas as pessoas que se encontravam no aldeamento: índios pacificados, escravos, europeus e padres, até o dito Avelar, que foi a primeira vítima da emboscada.

Na batalha, alguns foram mortos, outros foram deixados muito feridos e alguns indígenas foram capturados pelos guaranés para serem escravizados. Vale ressaltar que os indígenas estavam defendendo o seu território, cultura, liberdade e principalmente modo de vida, que estava sendo aculturada.

Os sucessivos ataques de resistência dos indígenas à dominação portuguesa e a invasão dos holandeses colocaram em ruínas a Ribeira do Itapecuru, como era conhecido a região de Rosário naquele período. Entretanto, os jesuítas não desistiram da missão e continuaram a luta pela catequese dos nativos e, apesar das idas e vindas e das dificuldades em prol da “pacificação”, não houve desistência por parte dos jesuítas e em 1726 os ubirajaras ou guaranés de São Miguel foram dominados, alguns morreram, outros fugiram e uns foram “pacificados” assim como outras etnias ao longo do rio Itapecuru, que foram subjugadas pela ideia dos inicianos de cristianização.

Como de costume, nesses contextos havia corriqueiramente uma dualidade entre o (a) padroeiro (a) da freguesia e o da paróquia. Maranhão (2012, p. 161) descreve o fato assim: “São Miguel, Aldeia de índios. Nossa Senhora das Lapas e Pias é a padroeira de sua matriz.” Esse contexto tinha como fundamento assegurar maior propagação da fé cristã.

A outra ponta deste contexto é a relação com a própria imagem consagrada da deidade, que possui as características iconográficas apresentadas abaixo, sobretudo o que apresenta a imagem que há mais de 100 anos faz parte do acervo da Paróquia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim, que é procedente da antiga Aldeia de Paz de São Miguel. O seu autor é o padre artífice austríaco João Xavier Traer.

Foto 06: São Miguel Arcanjo



Fonte: Acervo do autor (2021)

As asas na imagem de São Miguel têm um significado especial, pois estas são representadas em todas as imagens de anjos e arcanjos, demonstra que eles são superiores, são mais próximos de Deus e estão nos guardando e protegendo do céu.

A armadura, como nas imagens de outros santos guerreiros, simboliza a armadura do cristão como descrita na carta de Paulo aos efésios (6: 10-18), representando a justiça e a proteção que Deus nos fornece contra os males.

A espada representa o poder da palavra de Deus, que é citada em Efésios

6:17, é a “Espada do Espírito”, ela também pode ser encontrada em Hebreus 4:12, "Porque a palavra de Deus é viva, eficaz, mais penetrante do que uma espada de dois gumes e atinge até a divisão da alma e do corpo, das juntas e medulas, e discerne os pensamentos e intenções do coração", ou seja, espada, na imagem de São Miguel Arcanjo, é a arma disponível para todos os cristãos, que é capaz de vencer todo o mal, é a fé em Deus.

A balança representa a justiça, pois como ele representa a Justiça de Deus, muitas vezes é representado carregando uma balança. O manto vermelho traz a simbologia ao amor de Deus, por estar sempre em sua presença, o Santo Arcanjo sempre traz consigo este amor que reconforta nos momentos de maior dificuldade.

Os elementos designativos dos santos católicos influenciavam diretamente na formação do pensamento cristão e, por conseguinte, na nomeação e manutenção dos topônimos já consagrados, sobretudo naqueles que possuíam capelas, imagens, festejos, ou seja, um nicho de elementos veiculados à propagação daquela fé.

5.1.5 O Hagiotopônimo Santa Luzia

Para os estudos toponímicos, a investigação do espaço geográfico, da história, da cultura, da língua e até mesmo da fauna e flora são pressupostos imprescindíveis na busca pelo regaste do pensamento do nomeador ao batizar um povoado. Neste pensamento, de acordo com Dick (1990), os topônimos são verdadeiros testemunhos históricos dos primeiros habitantes. Desta maneira, quais traços estão presentes em Santa Luzia? Quais razões estão por trás de sua nomeação? Quais elementos de seu carisma são mais marcantes no pensamento dos habitantes locais?

O povoado ribeirinho pode ser acessado a partir da cidade de Rosário subindo o rio Itapecuru, tendo um percurso de aproximadamente 30 km. Outra opção é margeando o mesmo rio, por um complexo número de pequenas estradas vicinais ou pela BR 135, até se atingir as adutoras do projeto ITALUÍS e só então seguir o curso até às margens do rio Itapecuru.

As 120 famílias residentes nas 120 casas do povoado, além de terem ao seu dispor uma capela e um festejo em homenagem a Santa Luzia, também possuem uma escola municipal com o nome de Escola Municipal de Santa Luzia, pois tamanha é a devoção e a identificação dos moradores com a sua padroeira.

A pesquisa não encontrou os primórdios da manifestação religiosa em devoção a Santa Luzia, nem ao menos o nome do morador responsável, o sacerdote, nem as reais motivações, tais como: pagamento de promessa, devoção de um proprietário etc. Todavia há um registro muito peculiar do século XIX, presente no *Almanack Administrativo e Mercantil da Província do Maranhão*, datado de (1858, p. 379), em que consta o nome de: “Cezar Augusto Bandeira produtor de açúcar e melaço, em Sancta Luzia)”, tornando-se assim um precioso documento para se compreender a perpetuação do hagitopônimo como designativo de um povoado ribeirinho do rio Itapecuru, com mais de 165 anos de existência.

Um registro tão antigo e já com o étimo da santa em análise designando o topônimo demonstra a existência de algum vínculo dos habitantes com ela, ligando a motivação para a nomeação deste topônimo com a devoção a dita santa, que é conhecida também como Lúcia, a protetora dos olhos. Na simbologia cristã, assim como em outras culturas, os olhos são como a entrada para alma dos homens.

O carisma da Italiana de Siracusa começa com o seu nascimento, em 280 d. C. A etimologia do seu nome vem do Latim, *lux*, ou seja, luz. As manifestações religiosas em torno de sua imagem, em que os detalhes perpetuam seu gesto de fidelidade e amor a Jesus Cristo, cativa os fiéis até os dias de hoje. Seu nome aparece nos textos do escritor florentino, Dante Alighieri, na sua obra “A Divina Comédia”. Ele atribuiu à Luzia a graça iluminadora do poder de Deus. As referências a sua fé são enormes, pois ela levou sua mãe doente ao túmulo de Santa Águeda, acreditando que, ao tocar o túmulo, ela ficaria curada e, segundo a historiografia, ela alcançou a sua graça.

A beleza da jovem Luzia atraiu o interesse de um nobre para o casamento. No entanto, a cristã havia feito um voto de castidade e recusou o pretendente. O pretendente, alegando que Luzia era linda demais e que estava encantado com sua beleza e com os seus olhos, continuou insistindo. Luzia sentiu a forte inspiração de arrancar seus olhos e entregar a ele numa bandeja, dizendo que a

verdadeira beleza não se vê com os olhos, mas sim com o coração. Por isso Santa Luzia é representada segurando uma bandeja com dois olhos.

Seu martírio passou a ser representado nas suas características iconográficas de sua imagem sacra, que ajudam a criar um elo de devoção a seu culto e a enfatizar a relação de significado ao lugar em que a ela se encontra.

Foto 07: Santa Luzia



Fonte: Acervo do autor (2023)

A bandeja com os olhos de Santa Luzia representa sua fidelidade a Jesus Cristo. A túnica vermelha simboliza o martírio da santa. Quando Santa Luzia arrancou seus olhos, outros olhos mais lindos ainda nasceram no mesmo instante em seu rosto. O pretendente, ao ser rejeitado, e vendo a fé da jovem e o milagre dos olhos dela, ficou furioso e a denunciou, acusando-a de praticar uma religião proibida pelo imperador. Levada à prisão, ela foi torturada de várias maneiras horríveis, mas permaneceu firme, não renegando sua fé, até ser decapitada.

A fita amarela na túnica simboliza a vitória de Santa Luzia sobre a corrupção humana, o pecado, e retrata também a sua proteção de Deus. A Palma representa o seu martírio, que é um símbolo de vitória muito utilizado pela Igreja para representar a vitória de Cristo sobre o pecado e a vitória dos santos sobre a morte, sendo caracterizado como o símbolo de todos os santos que morreram martirizados.

O manto verde representa a vida que ela alcançou depois da morte. No carisma católico, o verde é a cor das plantas vivas e representa a esperança e o triunfo da vida sobre a morte. O véu branco faz alusão à pureza de Santa Luzia, que assim como na Bíblia reflete a santidade e a inocência. No cristianismo, o véu está associado ao Véu do Tabernáculo, ao véu do Santo dos Santos no Templo de Salomão, era usado também para proteger objetos sagrados, de modo especial a eucaristia.

Diante das informações apresentadas sobre o carisma e o culto a Santa Luzia, acreditamos que os fatos influenciaram tanto na língua, no pensamento e na cultura dos moradores locais, que mesmo com o peculiar detalhe deste topônimo abrigar, desde meados da década de 80 do século XX, a Estação de Tratamento de Água (ETA) da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA), instalada para captar água a partir do rio Itapecuru e abastecer a região Metropolitana de São Luís, não aconteceu a suplantação do nome do projeto ao primeiro nome do povoado, nem ao menos uma aglutinação.

5.1.6 O Hidrotopônimo Itaipu

O baixo Itapecuru era densamente povoado por vários povos nativos da América do Sul até a chegada dos primeiros europeus no início do século XVI. A língua deles possuía valores semânticos para tudo o que havia em seu nicho de convivência, o que a linguística moderna chama de gramática internalizada. Neste pensamento, no Maranhão, quando começaram os trabalhos de construção do Atlas Toponímico do Estado do Maranhão – ATEMA (2017, p. 26), ocorreu a seguinte ressalva: “A segunda maior recorrência de natureza física é de hidrotopônimos com 25 ocorrências (11,5%). Os nomes dos cursos d’água também são preservadores da língua de nossos primeiros habitantes”.

O detalhe abordado no texto do ATEMA reforça a necessidade de que os primeiros habitantes tinham de nomear os cursos d’água ou os elementos da geografia e do solo que remetessem ao ambiente aquático.

Os lajeiros de Itaipu, onde a água desce continuamente para o leito do Itapecuru, constituem a principal força motriz do nomeador? As várias nascentes circunvizinhas também influenciaram? Qual é a origem deste étimo? Para

responder a tais questionamentos é necessário observar muitos pontos emblemáticos do povoado. Como se observa em Sampaio (1987, p, 260), “ITAIPÚ *corr.* Itá-ypú, a fonte das pedras; o manancial saído da pedra ou rochedo”. Esses lajeiros da beirada do rio são visíveis a mais de 5 km para quem fizer o percurso Careminha – Itaipu, pelo rio.

Distante 35 km de Rosário rio acima, Itaipu é certamente uma das povoações mais antigas do Maranhão. Considerando é claro não apenas a presença europeia, mas também as nações indígenas que a habitavam, de onde a palavra é originária. As 83 famílias atuais residentes em 83 habitações guardam os traços genéticos de índios, europeus e africanos, que são refletidos na cultura diária e na própria linguagem ribeirinha.

Os hidrotopônimos de origem tupi são caracterizados pelo seu caráter descritivo da região do seu pertencimento. Principalmente os que nomeiam acidentes geográficos, dando toda uma ideia, um episódio, uma feição típica dos lugares a que se aplicam; são, a bem dizer, verdadeiras definições do meio local pelo viés da língua. Itaipu é uma das poucas comunidades ribeirinhas do Itapecuru a guardar a referência com a língua dos primeiros habitantes da região, os aborígenes tapuias, guachinarés, gamelas, guararés. Sobre essa concepção histórica, tem-se em Oliveira (2017, p, 29):

“[...] Um fato curioso é que José da Conceição Mendes, pai dos quatro primeiros filhos de Nemézia Alves, era filho de Raimundo Mendes e descendente dos índios gamelas. Das proximidades do povoado Itaipu, seus filhos guardaram essa herança genética em seus traços físico”.

O autor aborda a presença de nativos da etnia gamela no povoado e a descendência deles em povoados ribeirinhos. Isso reforça a origem e permanência do topônimo Itaipu e a sua origem etimológica. Dentro da mesma linha de investigação, ou seja, da busca pelas origens, ocorrência e grafia da palavra Itaipu, encontramos no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão* (1858, p 359), na seção dos Fazendeiros de Algodão, Arroz e mais gêneros, o nome de “Bernardino de Castro Belfort como produtor de Itaipú”.

Neste registro, o topônimo ainda aparece com o acento agudo na vogal “U”, mas, por ser uma palavra oxítona de origem tupi, terminada em “U” e seguida da consoante “R”, perdeu o acento gráfico por força da Reforma Ortográfica do

Português de 1971, que se tornou a Lei Federal 5.765, de 18 de dezembro, daquele ano.

Noutra citação, encontrada no Jornal Diário de S. Luiz (1921, p, 1), que trata do valor, datas e mais informações sobre as passagens dos vapores que subiam o Itapecuru, encontra-se a mesma situação gráfica: “De São Luiz a Itaipú 26\$000”. Isso corrobora como ribeirinha a localização da comunidade.

Além disso, o povoado foi, por muito tempo, um importante porto pesqueiro e de vendas de gêneros, na época da Companhia Fluvial do Maranhão, onde os vapores ancoravam para comprar e trazer os mais diversos produtos. Para os ribeirinhos e a população que se relacionava com o lugar, ficaram guardadas as referências aos paredões, que brotam água, que se estenderam ao porto pesqueiro, à fazenda agroexportadora e por isso é um registro icônico da língua dos antigos habitantes.

5.2 A microtoponímia de Santa Rita: descrição e análise

A região que hoje compõe o município de Santa Rita já esteve ligada ora a São Luís do Maranhão, ora a Rosário, ora a Itapecuru Mirim, ora a Rosário novamente, até se emancipar nos primeiros anos da década de sessenta do século XX, devido aos vários modelos administrativos pelos quais o Brasil já passou. Por isso, ao se pesquisar a motivação toponímica dos povoados que compõem o *locus* pesquisado, encontra-se todos os resquícios já pormenorizados em municípios mais antigos como Rosário e Itapecuru Mirim. Outra observação importante é que, apesar de a sede do município de Santa Rita não se encontrar em área ribeirinha do rio Itapecuru, faz-se necessário explicar tanto o seu aspecto histórico como a sua motivação toponímica, para que assim o leitor consiga se situar geograficamente e historicamente, a fim de se chegar aos resultados esperados nesta investigação linguística concernente aos povoados ribeirinhos.

A sede do município fica a 7 km do Itapecuru e encontra-se em constante expansão populacional, agregando muitos dos seus pequenos povoados. Carema, Vila Fé em Deus, Cai-coco, Centrinho estão totalmente integrados ao processo de expansão populacional. Os santa-ritenses são devotos fervorosos da santa que os nomeia, como fica expresso na imagem a seguir, que mostra a vista parcial da Praça Carlos Macieira a margens da BR 135; em segundo plano está o prédio do Palácio Municipal.

Foto 08: Praça Carlos Macieira



Fonte: Acervo do autor (2021)

Pelo percurso adotado neste trabalho, é preciso elucidarmos fatos icônicos deste topônimo por meio de algumas perguntas: (i) por que a sede deste município não está fincada na beira do rio Itapecuru? A sua nomeação deu-se pelas mesmas circunstâncias dos povoados ribeirinhos de sua microtoponímia, ou seja, pelos hagiopônimos? Foram apenas a ocupação das terras de sesmarias que permitiram a sua povoação? O culto à deidade do sagrado romano, Santa Rita, foi escolhido involuntariamente para a sua nomeação? Marques (2008, p. 837) traz os primeiros esclarecimentos sobre essas inquietações:

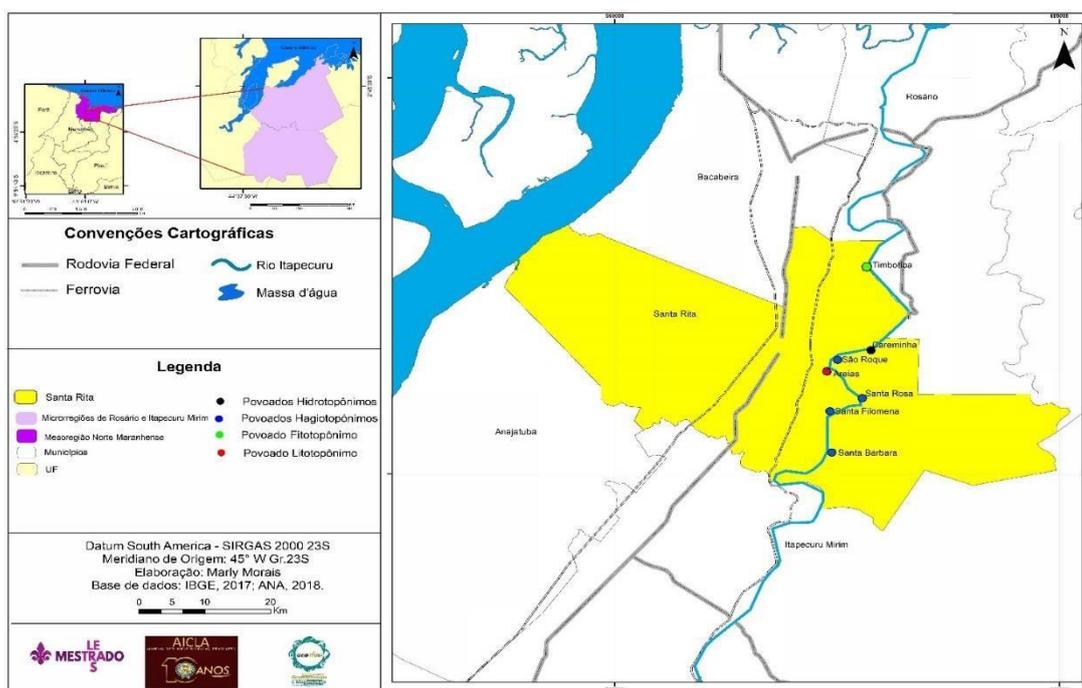
Santa Rita – Município criado pela Lei Nº 2.159, de 2. Dez. 1961, que o desmembrou do município de Rosário. Instalado a 28 de Jan. 1962. Localizado no norte maranhense, integra a microrregião Rosário. [...]. (MARQUES, 2008, p. 837).

A sede do município de Santa Rita está situada às margens da BR 135, por isso não é ribeirinha geograficamente, mas é historicamente ligada a ele pela presença dos primeiros povoadores que ocuparam este território ainda nos tempos remotos das sesmarias e da navegação fluvial dos rios maranhenses, tanto que traz o nome de uma santa, ou seja, é um hagiopônimo, no tocante ao aspecto histórico, retomando épocas mais remotas, mais precisamente a dos vapores que subiam o Itapecuru e o Mearim, quando os povoados de Areias e Mocambo já eram citados. Por volta de 1820, não há sequer uma menção ao topônimo Santa Rita. Essas informações são corroboradas pela análise dos dados do site do IBGE.

A fundação do povoado que deu origem ao município de Santa Rita é atribuída ao capitão de infantaria Raimundo Henrique Viana de Carvalho, que chegou ao lugar em 1890, acompanhado de parentes e amigos, ali fixando residência. Durante meio século, o povoado, cuja denominação foi ditada pela devoção do capitão à Santa Rita, cresceu muito lentamente, uma vez que tanto a sua localização como as vias de comunicação disponíveis à época não eram propícias a atividades econômicas capazes de gerar riquezas e atrair fluxos migratórios. Com a construção da BR-135, na década de 40, Santa Rita tomou grande impulso, tornando-se, além de importante zona de produção agrícola, ativo centro de comércio e prestação de serviços. (IBGE, 2021).

Pelo contexto das informações, Santa Rita, segundo os dados disponíveis no órgão oficial de pesquisas do Brasil, foi nomeada graças à devoção do Capitão de Infantaria Raimundo Henrique Viana de Carvalho, nos últimos anos do século XIX. No entanto, o impulso ao seu crescimento populacional se deu com a construção da Ferrovia São Luís – Teresina, por volta de 1920, aumentando o fluxo de pessoas que passava, morava e frequentava o festejo religioso em alusão a Santa Rita. Mas, a consagração deste topônimo como povoação de destaque que viria a nomear um município, ocorreu com a fundação da atual BR 135 em meados dos anos 40 do século XX, possibilitando assim a sua emancipação do município de Rosário. Ratificamos a intencionalidade desta dissertação em destacar os povoados elencados como pertencentes ao grupo e espaço geográfico já delimitados. Desta feita, recomendamos a leitura de mais informações quanto à toponímia deste município na obra de Curvelo (2009, p. 65, 79, 98, 145, 169 e 170), que possibilitará ao leitor acessar um maior compêndio de conteúdo que não é objeto desta pesquisa.

Figura 4 - Mapa da Microtoponímia de Santa Rita



Organizador: FERREIRA, Tiago de Oliveira.

Este mapa apresentou os povoados que constituem a Microtoponímia de Santa Rita, que terão as suas motivações de nomeação explanadas em textos

próprios, mas que podem ser observadas em detalhes com as suas respectivas características geográficas a partir da sua observação.

Como já fora mencionado, o hagiotopônimo Santa Rita não tem a sua sede alocada nas margens do rio Itapecuru, portanto não é uma povoação ribeirinha deste rio. Outrossim, como vem sendo dito deste o primeiro tópico desta pesquisa, o foco são os povoados e a sua linguagem ribeirinha. Logo, as informações que foram elencadas neste capítulo possuem o objetivo de caracterizar o território a que pertencem os povoados ribeirinhos dentro de quatro categorias taxionômicas.

Para tanto, após as investigações, foram encontrados o quantitativo de sete povoados, o que corresponde a 35% dos 20 pesquisados, e após os estudos ficaram classificados da seguinte maneira:

- 01 fitotopônimo: Timbotiba. Correspondendo a 14% dos topônimos do município;
- 01 hidrotopônimo: Careminha. Correspondendo a 14% dos topônimos do município;
- 04 hagiotopônimos: São Roque, Santa Rosa, Santa Filomena e Santa Bárbara. Correspondendo a 58% dos topônimos do município;
- 01 litotopônimo: Areias. Correspondendo a 14% dos topônimos do município.

Além do contexto aqui levantado, esses locais guardam modos de vida muito peculiares dado a sua diversidade de formação humana, de fauna e de flora, assim como suas manifestações religiosas e culturais.

5.2.1 O Fitotopônimo Timbotiba

Quando os europeus chegaram por estas terras que hoje conhecemos como Maranhão, já havia uma grande diversidade de povos, que por sua vez possuíam o que se conhece hoje como uma gramática internalizada e oral, ou seja, a conhecida gramática natural que nos é particular porque a usamos desde o nascimento por meio de registros de suas histórias, lendas, costumes, nomes

da fauna e da flora, como exemplo de nome, há o cipó, Timbó⁵, espécie que, diferentemente das demais, não era utilizada para a alimentação, mas sim como um recurso para a captura de peixes em rios, igarapés, lagos e lagoas de todo o território brasileiro onde há o cipó.

Dado essas observações, questionamos: (i) Qual a relação do ato de pescar dos nativos com a nomeação do povoado?; (ii) O timbó batizava também uma aldeia dos aborígenes e, conseqüentemente, um topônimo ou somente a espécie vegetal?; (iii) Os conquistadores europeus também assimilaram a cultura da utilização do timbó⁶ para capturar peixes ou simplesmente copiaram a nomeação do topônimo em mapas e textos descritivos da região? Essas indagações são fundamentais para o esclarecimento da motivação ao se nomear o fitotopônimo Timbotiba. A título de informação, há no município um produto derivado da mandioca, a bebida alcoólica tiquira⁷, batizada com a lexia Timbotiba.

Quanto a sua localização, ao descer as águas do caudaloso rio Itapecuru, a cerca de 20 quilômetros da sede do município de Santa Rita, o viajante encontrará, na margem esquerda deste rio, o povoado de Timbotiba, nas proximidades de Itaipu, Santa Luzia e Igaruçu, em território rosariense. Mas ele pode ser acessado pela BR 135, utilizando como rota secundária a estrada vicinal que dá acesso ao povoado Santa Luzia, local de captação de água do rio Itapecuru, através do projeto ITALUÍS⁸. Vale salientar que a publicação de alguns trabalhos na área da toponímia e da cultura indígena resgataram as heranças dos nativos, como mostra o registro fotográfico de Leão e Txicão (2019, p. 17), que proporciona a visualização de parte do ritual da pesca com timbó:

⁵ Há no estado de Santa Catarina, sul do Brasil, um município com esta descrição toponímica. Para mais informações sobre o município catarinense acesse: <https://www.timbo.sc.gov.br>. É uma ocorrência que exemplifica a produtividade do termo, a cultura nativa e a sua representatividade pelo território nacional.

⁶ Para retirar o cipó do caule das árvores, é preciso muita força, por isso, o trabalho é realizado de maneira coletiva. Enquanto uns ficam retirando, outros transportam os cipós até o acampamento onde serão cortados, conforme o tamanho do braço dos homens [...] (LEÃO e TXICÃO, p. 10).

⁷ Bebida feita com a mandioca fermentada, muito popular em muitos povoados do interior do Maranhão e de toda região amazônica brasileira. O seu uso é citado desde os primeiros textos sobre a cultura alimentar dos indígenas. Um segundo ponto a ser informado é que tiquira é o sinônimo tupi para cachaça, assimilado pelo léxico do Português Brasileiro.

⁸ Maiores esclarecimentos podem ser observados no Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico nº MI 610. Ano de 1980. Nele aparece os nomes de todos os povoados supracitados.

Foto 09: Nativos preparando o Timbó



Fonte: Acervo (LEÃO e TXICÃO, 2019, p. 17)

Timbotiba, apesar de chegar ao século XXI com ares de decadência populacional e econômica, já fora uma próspera fazenda do século XIX, oriunda do período das sesmarias, no entanto, hoje o povoado não tem mais do que 15 habitações e cerca de 17 famílias. Num anúncio de venda de terras, matéria veiculada no jornal *Diário do Maranhão*, datado de 08 de abril de 1876, é perceptível algumas características da comunidade, “[...] um sítio denominado Timbotiba, com 200 braças quadradas de terra, com uma casa de pedra e cal coberta de telhas à beira do rio Itapecuru [...]”. O documento traz a consolidação da grafia atual, a descrição geográfica com sua localização na margem do Itapecuru e o valor semântico atrelado apenas ao povoado.

O povoado surgiu na foz do igarapé que o nomeou, pois o termo *Timbotiba* também nomeia um afluente do Itapecuru, que nasce nas proximidades do Povoado Placa de Recurso, às margens da BR 135, e corre no sentido oeste leste até desaguar no rio Itapecuru, já no município de Rosário, tendo um curso de aproximadamente 30 km de extensão. Acreditamos que o igarapé foi nomeado primeiro como sendo o local de pesca dos nativos, e que, em seguida, ao surgir a fazenda agroexportadora na foz dele, absorveu a nomeação por referência geográfica, algo bem comum durante a demarcação das cartas de sesmarias. Para entendermos melhor a cultura aqui estudada, Leão e Txicão (2019, p. 7 - 8) aborda com muita precisão a utilização do timbó em pleno século XXI pelos indígenas do Mato Grosso:

Dentre as diversas formas de pesca, uma delas chama a atenção por utilizar o cipó timbó, que é uma espécie de planta que tem efeito entorpecedor nos peixes, mas não provoca efeitos no ser humano. Essa é uma prática milenar entre povos indígenas. (LEÃO - TXICÃO, 2019, p. 7 - 8).

Dáí presumimos a importância desta espécie para os nativos e lembramos que o cipó, timbó, já foi abundante na região estudada por se adaptar facilmente ao clima, ao solo pré-amazônico e às densas florestas que havia nos primeiros anos da colonização no baixo Itapecuru. Os ameríndios do Mato Grosso ainda guardam todo o ritual por trás da cultura da pesca com esta espécie, como é descrito por Leão e Txicão (2019, p. 10).

Pela parte da manhã, os homens cortam caules de árvores para bater no timbó, seguindo também, como referência, a medida do braço. Depois que todos chegam ao lago, o pajé começa a cantar e rezar para que haja fartura de peixe, e só depois que os jovens começam a bater timbó de maneira bem organizada, ou seja, ficam lado a lado [...] (LEÃO e TXICÃO, p. 10).

Os estudos desenvolvidos por esses pesquisadores ajudam a esclarecer muitos pontos que estavam sem respostas com o desaparecimento desta prática no povoado Timbotiba e ainda evidenciam um raro momento do exercício cultural durante uma pescaria, como se pode ver na foto abaixo.

Foto 10: Indígenas do Mato Grosso pescando em lagoa com Timbó



Fonte: Acervo (LEÃO e TXICÃO, 2019, p. 14)

A pesca com o timbó é um ritual que provavelmente ocorria nas matas primitivas do Maranhão a partir das raízes e caules desta espécie. Contudo, é

importante frisar que os estudos toponímicos são bem dinâmicos, pois buscam entender as motivações da nomeação de um topônimo, como é o caso de Timbotiba, e ao se aprofundar as pesquisas partindo de um ponto inicial, há uma sobreposição de ocorrências humanas que ajudam a ratificar a nomeação e a guardar o nome, ligando-o para sempre àquele lugar.

No tocante ao caráter documental e descritivo geográfico da pesquisa, o mais antigo e precioso registro encontrado data do ano de 1854 e a ocorrência já aparece com a nomenclatura de Timbotiba, que fora encontrado na Carta Geral da Província do Maranhão, de autoria do Capitão do Estado Maior de 1ª Classe do Exército, Fraklin Antonio da Costa Ferreira. Duas décadas a frente, mais precisamente em 27 de novembro de 1876, o Jornal Diário do Maranhão publica um anúncio de vendas de terra que traz o topônimo ligado ao denominativo de sítio: “[..] Um sítio denominado Timbotiba [..]”. DIÁRIO DO MARANHÃO (1876, p. 9). Do mesmo texto, é possível extrair a presença humana de origem europeia na povoação e a sua localização dentro do *locus* da pesquisa.

Outro excelente exemplo que contempla a parte da pesquisa documental desse trabalho são os anúncios das rotas, vendas, mercadorias e outros elementos que, corriqueiramente, apareciam nos jornais dos séculos XVIII e XIX: “Passageiros do Vapor Caxiense [...] para Timbotiba, Pedro da Costa Lima e 1 escravo, Manoel Romeu Garcez [...]”. (PACOTILHA, 1884 p. 3). A título de informação, infelizmente, neste caso do jornal Pacotilha, há uma citação da presença escrava como mercadoria, mas que ratifica o período de surgimento da fazenda e a consolidação da referência necessária para o desenvolvimento dos estudos toponomásticos.

Com o advento do aumento das navegações fluviais nos rios maranhenses, voltada para o escoamento da produção agrícola, industrial e de passageiros a partir do século XVII, as fazendas, que já estavam consolidadas, transformaram-se em portos fluviais, influenciando desta forma na propagação de nomes que já estavam assimilados pelos falantes ribeirinhos. Quanto ao caráter etimológico, a palavra timbotiba é mais um daqueles raríssimos casos que trazem, na sua essência, os fatores lexicais, sociais, antropológicos e culturais dos primeiros habitantes desta região da Bacia Hidrográfica do Itapecuru. Sobre este aspecto, Sampaio (1987, p. 62) diz que,

[..] quando o português se tornou a língua principal, conservaram-se ainda do tupi os nomes de instrumentos, de plantas, de animais, de localidades, etc., mas já bastante polidos e mais adaptados ao português[...]. (SAMPAIO, 1987, p. 62).

Outros autores que abordaram a questão descritiva do Maranhã, dos primeiros contatos, como D'Abbeville (2012, p. 186), ratificam essa teoria ao citar a existência de uma aldeia dos Tupinanbás com a mesma lexia na ilha de São Luís, no século XVI, durante a presença francesa.

Esta é a primeira aldeia na ponta de terra vizinha ao lugar de desembarque na Ilha Grande, vindo da ilhazinha de Santa Ana: chamase Timboú, nome significativo da raiz de uma certa árvore chamada *eueu*, que serve para embriagar peixes. (D'ABBEVILLE, 2012, p. 186).

D'Abbeville reforça todas as acepções já levantas quanto à cultura e aos usos deste cipó⁹ e nos apresenta um precioso registro de variação da lexia. Outrossim, precisamos demonstrar a particularidade de Timbotiba ao ter agregado um sufixo tupi, como visto em Sampaio (1987, p. 82): “[...] o sufixo tyba, sob a nasalação, muda o “t” em “d”, e, então, temos Itamarindyba, Cutindyba, Massarandyba”. O sufixo “iba” ou “yba” faz referência a terra ou lugar e é muito produtivo na gramática tupi, como ficou perceptível em Sampaio (1987). Na ilha de São Luís, há as ruínas do antigo sítio Itapecuruayba, na área Itaqui-bacanga, e na divisa dos estados do Piauí e Ceará, há a Serra da Ibiapaba, étimos derivados dos prefixos, radical e sufixos citados.

Desta forma, a presença dos fitotopônimos no baixo Itapecuru releva as particularidades da herança etnolinguística que herdamos dos antigos habitantes. Neste pensamento, ressaltamos a importância dos dados aqui apresentados não só para os estudos toponímicos, mas para todo um nicho de possibilidades: históricas, geográficas, culturais e principalmente linguística.

⁹ Timbó, espécie de cipó, cuja raiz, assemelhada à do trovisco e mais venenosa, serve para matar peixe. Maranhão (2012, p.189).

5.2.2 O Hidrotopônimo Careminha

Ao longo da construção desta pesquisa, uma das questões mais emblemáticas é buscar os traços da linguagem construída pelos ribeirinhos para nomear o seu lugar de habitação, ou seja, os povoados. Para tanto, é necessário viajar no tempo, e algumas vezes há mais de trezentos anos por textos, documentos e autores do passado no afã de encontrar as respostas aqui suscitadas. O topônimo Careminha tomou por empréstimo a denominação de outra povoação do município de Santa Rita, mas que por ficar a 3 km das margens do rio Itapecuru, não foi inserida na área de concentração desta dissertação. Nos estudos concernentes à Onomástica, é importante traçar um percurso para encontrar as respostas necessárias à motivação da nomenclatura dos topônimos.

Portanto, a designação de Careminha deu-se: (i) Por uma analogia ao Igarapé Careminha ou ao povoado Carema? A povoação foi formada por moradores provenientes de Carema? Os nativos que habitavam a região haviam nomeado os dois igarapés com a mesma lexia? Ratificamos que alguns questionamentos poderão ser respondidos, outros serão exemplificados para encontrar o que se busca sobre este hidrotopônimo.

A localização geográfica desse povoado tem os seguintes pontos relevantes: margem direita do rio Itapecuru abaixo de São Roque e acerca de 6 km rio acima do povoado rosariense Itaipu; na margem oposta do rio, e em frente a Careminha, há as moradias remanescentes do outrora povoado da Viúva, de onde parte a estrada vicinal que serve de acesso dos moradores para a sede do município, isto é, a cidade de Santa Rita. Todavia, existe a rota feita a partir de São Roque, com a travessia na ponte sobre o rio Itapecuru em Areias. Para os questionamentos desta investigação linguística, a sua posição na foz do Igarapé Careminha, afluente do Itapecuru, é a mais fundamental de todas as referências geográficas, uma vez que daí acreditamos ter nascido a referência para a nomeação.

As 60 famílias residentes no povoado habitam em 57 moradias e são remanescentes das antigas fazendas daquele perímetro. A comunidade tem base pesqueira, há ribeirinhos que há séculos tiram o seu sustento das águas do Itapecuru e de tudo o que ele pode proporcionar, alimentos/navegabilidade, recursos minerais e água. Para fundamentar as referências históricas do início

do povoamento e, conseqüentemente, as citações ao termo, o documento mais antigo encontrado é o Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico nº MI 610, ano de 1980. Neste é perceptível todas as observações mencionadas no tocante às questões de localização do topônimo Careminha.

Com o auxílio deste recurso, é possível observar também que o Igarapé Careminha nasce nas proximidades dos povoados Alto de Pedras, Curupati e São Raimundo da Felicidade, vindo a desaguar no Itapecuru após percorrer aproximadamente 30 quilômetros. É justamente nesse encontro do igarapé com o rio, que se encontra o povoado Careminha, ou seja, na sua foz com o Itapecuru.

Foto 11: Leito do Igarapé Careminha



Fonte: Acervo do Autor (2023)

O seu homônimo é igualmente afluente do Itapecuru, no município de Santa Rita, é o Igarapé Carema que servirá como aporte tanto nas questões descritivas de localização quanto na busca pelo objeto linguístico-toponímico. Sobre este afluente, Oliveira (2017, p. 24) afirma que o “Igarapé Carema, nasce nos limites do município de Anajatuba com Santa Rita, desaguando neste último, na margem esquerda do Itapecuru, após percorrer mais de 40km”. Esse famoso igarapé serviu como referência toponímica para batizar uma povoação que surgiu a partir de uma fazenda escravocrata e teve seu apogeu por conta da implantação da Estrada de Ferro São Luís/Teresina. Entretanto, as buscas pela herança linguística e motivação toponímica de Careminha perpassam pelos dois topônimos supracitados (X e Y). Todavia, não foram encontradas citações a esta terminologia nem mesmo em autores como Cazaroto (2010), Curvelo (2009),

Dick (1992), Maranhão (2012), Marques (2008) e Sampaio (1987), autores fundamentais dos estudos toponímicos a nível local e nacional.

Foto 12: Estação Ferroviária do povoado Carema



Fonte: Acervo do Autor (2023)

Para tanto, é na obra o Tupi na Geografia Nacional, de Teodoro Sampaio (1987), que encontramos prefixos, radicais e sufixos que remetem à língua nativa e possibilitam o entendimento sobre o valor semântico e a variação gráfica de Carema e, conseqüentemente, de Careminha.

No que se refere à morfologia da palavra, Careminha é um substantivo no grau diminutivo de Carema, de onde, originalmente, podemos afirmar que encontramos a gênese do topônimo em questão, o que nos deixa com um questionamento intrigante: porque o nomeador não repetiu a referência toponímica Carema, acrescido de algum denominativo, uma vez que estavam tão perto, geograficamente falando? A respeito desse valor legal/legislativo da não adoção de um mesmo substantivo para nomear um lugar, Curvelo (2008) afirma que isso ocorre “em virtude do Decreto-Lei 311, de 02/03/1938 que proibia no nosso território que mais de uma vila ou cidade tivessem a mesma denominação”. Essa medida servia para que não houvesse confusões ou malentendidos no uso dos topônimos, dessa forma pensamos que o nomeador de Careminha levou em consideração a referência toponímica local ao usar o mesmo topônimo (Carema) mas, para não contrariar o fator da legalidade, adotou o diminutivo (Carema > Careminha), que inclusive tem valor afetivo. Verifique Curvelo (2008, p. 104-105).

Assim, em Sampaio (1987, p. 229), temos que “COREMAY *corr.* Curimã, o rio das curimãs. Pernambuco”, descrição que apesar de ter a vogal “o” substituindo a “a” e outra vogal “y”, tem a mesma raiz etimológica e valor

semântico referente aos hidrotopônimos deste texto. Dauzat (apud DICK 1990, p. 49), aborda com muita ênfase essas questões.

Chama atenção para esse tipo de designação espontânea e explica que muitas vezes há um motivo dominante ao se designar o lugar, o que muitas vezes está relacionado a uma das particularidades geográficas mais marcantes. Dauzat (apud DICK, 1990, p. 49).

Partindo desse princípio, para melhores entendimentos sobre a terminologia Carema, consultamos Sampaio (1987, p. 87) e, ao isolarmos apenas alguns prefixos tupi, veremos que a primeira sílaba sempre terá como referente mata e seus sinônimos: “Caá, folha, mata”. Isso vislumbra a flora ciliar dos igarapés Carema e Careminha, que apesar de estarem em margens opostas do Itapecuru, são semelhantes na sua constituição de espécies como: arariba, ingarana, embaúba, marajá, andiroba, cipós etc. Desta feita, é em Sampaio (1987, p. 136) que encontramos algumas acepções: “A mata virgem, corpulenta, denominava-se caaeté, que quer dizer *mato verdadeiro*[...]”. Do mesmo autor, extraímos outro exemplo para corroborar com o mesmo pensamento, “Caatyba, *floresta, mato abundante*” Sampaio (1987, p. 64). No entanto, resta-nos agora buscarmos o conceito do sufixo “rema”, a fim de proporcionar as repostas necessárias, em Sampaio (1987, p. 317) temos: “SAQUAREMA *ant.* Socorema, c. **socó-rema**, a catinga ou fétido”, logo depreendemos que Carema e, por sua vez, Careminha, seria o igarapé do mato verdadeiro, abundante, rico, denso em arvoredos.

Outro detalhe fundamental é a análise do curso sinuoso dele, regado de baixões alagadiços que inundam por dois, três meses durante o período chuvoso e, com o descer das águas, exalam o cheiro do mato apodrecido, mortos por terem a sua copa coberta pelas águas. Este odor é muito característico destes locais. Outro ponto relevante era a riqueza de peixes e aves, principalmente até os anos 70 do século XX, por isso acreditamos na íntima relação destes pontos com a nomeação dos igarapés.

Dos conceitos da lexia cunhados por Sampaio (1987) e apontados neste trabalho, podemos observar, além da grande produtividade, a distribuição pelo território nacional, já que batiza um bioma brasileiro, a Caatinga, um rio pernambucano, uma cidade baiana e uma carioca. Por isso é fácil deduzirmos a relação direta da nomeação do povoado Careminha com a sua localização na

foz do igarapé homônimo e ribeirinho do Itapecuru. Diante do exposto, enfatizamos que dentro da Microtoponímia de Santa Rita, este é o único povoado ribeirinho que tem a nomeação atrelada a um hidrotopônimo. Isto evidencia a relevância deste curso d'água não só como ponto geográfico, pois vai ao encontro do início do povoamento, do acesso à alimentação e do abastecimento de água potável.

5.2.3 O Hagiopônimo São Roque

Dentro do *Pantheon* da Microtoponímia de Santa Rita, este o único hagiopônimo que remete a uma deidade masculina. Feito essa ressalva, necessitamos agora fazer a descrição geográfica dele no intuito de localizar a pesquisa, uma vez que é um dos pontos fundamentais dos estudos linguísticos descritivos em toponímia. São Roque surgiu na margem direita do rio Itapecuru, bem defronte do povoado Areias, que se tornou a sua principal via de acesso até a sede do município, acerca de 7 km dele¹⁰. Seus primeiros habitantes, como a maioria dos locais aqui citados, chegaram por essas terras nos tempos idos das primeiras entradas pelo europeu no leito deste rio, à procura de terras devolutas para solicitarem as cartas ou datas de sesmarias.

No lugarejo nunca houve muitos moradores, apesar de sua antiguidade. Atualmente as 20 residências abrigam aproximadamente 20 famílias e quase todas descentes dos Macau, sobrenome dominante na povoação. Para entendermos a motivação dos ribeirinhos na escolha deste hagiopônimo, temos algumas indagações: (i) O batismo do povoado deu-se de maneira arbitrária? (ii) O primeiro proprietário europeu das terras era devoto de São Roque? (iii) O culto a São Roque aconteceu em razão do pagamento de alguma promessa?

A permanência da lexia São Roque num povoado que não possui uma capela em homenagem ao santo, não possui um festejo popular nem ao menos um morador que guarde uma viagem dele é algo que foge à regra dos demais hagiopônimos investigados nesta pesquisa, talvez isso tenha se dado pela

¹⁰ No Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico nº MI 610, ano de 1980. É perceptível todas as observações mencionadas no tocante às questões de localização do topônimo.

antiguidade dele, pelo declínio populacional e até pelas mudanças de proprietários da terra. No entanto, o comum de acontecer no último caso era a substituição da deidade louvada ou um maior destaque para o santo padroeiro. Contudo, infelizmente, dado os poucos documentos encontrados, não conseguiremos responder a tais perguntas e nem a visita *in loco* possibilitou tais esclarecimentos.

Sabemos que muito já se perdeu do aspecto histórico destas comunidades ribeirinhas que remetem aos primeiros anos da presença europeia no vale do rio Itapecuru e, por sua vez, das tribos que por aqui habitavam. Dentre tantos povoados, São Roque, nos tempos da Companhia de Comércio do Maranhão, possuía localização privilegiada por estar dentro do nicho de terras mais valorizadas daquele período áureo da agricultura e comércio do Maranhão. A sua nomenclatura singular remete a um dos santos católicos mais produtivos do território brasileiro para os estudos onomásticos. Dick (1990, p. 332), ao abordar o tema, enfatiza:

Sobre os primeiros cultos realizados no Brasil que se tem registro, quando foram citados os nomes dos apóstolos São Pedro e São Paulo, de São João Batista e de Santo Antônio, cujos nomes marcaram a toponímia brasileira. (DICK, 1990, p. 332).

Do pensamento de Dick (1990), extraímos a importância dada aos colonizadores em trazer consigo a chamada fé católica logo nos primeiros contatos com povos americanos, no intuito de doutriná-los para o salvamento em Jesus Cristo. Esses fatos ligados ao pensamento do homem como meio de salvação e a intervenção divina para resolver os seus problemas faziam e fazem parte do cotidiano de muitos sul-americanos, e por conseguinte dos ribeirinhos do Itapecuru que depositaram e ainda depositam toda a sua fé em todos os sagrados citados neste trabalho.

O culto a São Roque não fugiu a esta regra, tanto que, no ano de 1854, a nomenclatura foi citada na Carta Geral da Província do Maranhão de autoria do Capitão do Estado Maior de 1ª Classe do Exército, Franklin Antonio da Costa Ferreira, como podemos ver abaixo:

Foto 13 – Carta Geral da Província do Maranhão.



Fonte: <https://bdgex.eb.mil.br/mediador/>. Acessado em 26 de mar. de 2021

Ainda no século XIX, foi possível encontrar outro importante documento com preciosas informações sobre este lugar. Desta vez no Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Província do Maranhão - 1858 a 1868, na parte que trata dos Senhores de engenho d’Açúcar (do Município de Rosário, ao qual São Roque era subordinado antes da emancipação de Santa Rita). Na página 201, encontramos: “o Coronel Fernando Pereira de Castro como administrador do Povoado São Roque (vizinho a Areias), sendo produtor de Algodão, Arroz e mais gêneros”. A ratificação da herança similar com praticamente todos povoados pesquisados fica evidente no arquivo oficial do governo da Província do Maranhão da época, bem como a perpetuação da nomeação.

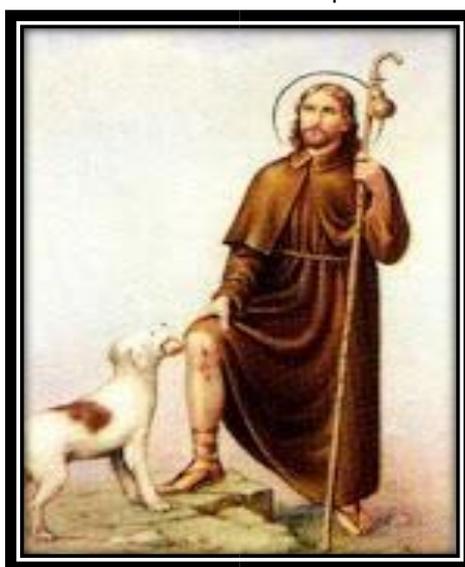
Os fiéis de São Roque lhe prestam reverência no dia 16 de agosto. De origem abastada, era natural de Montpellier na França. Tendo ficado órfão na adolescência, vende todos os seus bens para distribuir à pobreza e passa a vagar por seu país até se direcionar para a sede da Igreja Católica, em Roma na Itália. Sua peregrinação aconteceu durante uma das mais devastadoras epidemias da Europa, a peste negra, que matou milhões de pessoas. Para os

seus seguidores daquele momento, ele conseguia curá-los da enfermidade e, por conseguinte, torná-los cristão.

Com o fim de sua estada em Roma, Roque agora busca curar os infectados pelo interior da Itália, aumentando ainda mais a sua fama. Seu estigma cresce ainda mais quando este é contaminado pela peste e consegue a cura com a ajuda de um cachorro, durante um longo período vagando pelas florestas locais. De volta a sua terra natal, é preso, onde morre cinco anos depois, lá teria ocorrido o seu primeiro milagre, o que possibilitou a sua canonização pelo Papa Gregório XIII como o santo protetor contra todas as pestes. Grande parte do seu relicário se encontra na igreja em sua homenagem, sediada em Veneza, Itália.

Um ponto necessário de ser elencado nos estudos toponímicos que abordam a motivação dos hagiotopônimos é a iconografia das imagens, pois elas carregam toda a simbologia que liga o fiel ao seu santo de devoção, possibilitando assim uma distinção entre os demais santos católicos. Por isso, a de São Roque é bem peculiar e o caracteriza com a vestimenta dos romeiros da cidade espanhola de Santiago de Compostela. O joelho protuberante com uma ferida à mostra traz o seu maior estigma, o da peste, como também ao seu lado sempre aparece um cachorro, já sua mão esquerda carrega sempre um longo cajado.

Foto 14: São Roque



Todos os elementos apresentados sobre este hagiotopônimo esclarece de maneira lúcida o foco dos franceses, portugueses e espanhóis que colonizaram esta Terra: usar a linguagem para dominar por meio da fé, mesmo que para isso fosse necessário rebatizar os antigos locais de culto dos nativos, por novos conceitos de deuses.

5.2.4 O Litotopônimo Areias

Sabemos que os moradores não utilizam o substantivo próprio do seu local de habitação só como denominativo, mas principalmente como parte da sua vida cotidiana, da sua identidade, do seu ideal de pertencimento a um dado espaço geográfico. Desta feita, para que um povoado guarde o seu nome ligado à constituição do seu solo, esta característica precisa ser bem notória, tanto que, mesmo havendo uma festa religiosa em homenagem a São Sebastião, não ocorreu a aglutinação do nome deste ao topônimo, nem a substituição de Areias para São Sebastião ou São Sebastião de Areias¹¹. Este litotopônimo configura juntamente com Barreira os dois únicos encontrados na delimitação da pesquisa.

Sobre este topônimo peculiar, pairam muitas indagações: (i) – A referência para a nomeação surgiu a partir das areias presentes no leito do rio ou do solo do povoado? (ii) – Havia jazidas de exploração deste mineral? (iii) - Se havia exploração, era só para o uso local ou exportação? (iv) – Quais fatores possibilitaram a propagação do étimo ao longo dos séculos?

Localizado a cerca de 7 km da sede do município de Santa Rita, o Povoado Areias está situado na margem esquerda do rio Itapecuru. Numa curva bem acentuada, em cima de uma planície de aproximadamente 80 m de altitude em relação ao leito do rio e 30 m acima do nível do mar, onde habitam 319 famílias em 319 casas. Os grandes paredões visíveis de qualquer ângulo são um capítulo à parte deste lugar, como o exposto na imagem abaixo.

¹¹ Há nas margens do rio Munim e Mearim povoados com a mesma lexia e, por conseguinte, surgiram no mesmo lapso temporal que Areias do Itapecuru e pela mesma motivação. Outrossim, existe o Município de Brejo de Areia no Sul do Maranhão.

Foto 15: Igreja de São Sebastião em Areias



Fonte: Acervo do Autor (2021)

O registro fotográfico dá uma noção de como os habitantes do povoado percebem a sua relação com as águas do Itapecuru e com todo o ecossistema que o cerca. Em Areias, a presença religiosa da Igreja Católica é manifestada na igreja de São Sebastião durante os festejos a ele e, mesmo a cultura sendo tão longeva, não afetou na toponímia do lugar.

Foto 16: o rio Itapecuru visto a partir de Areias



Fonte: Acervo do Autor (2021)

As pesquisas sobre o templo e a cultura cristã do povoado têm respaldo em Oliveira (2017, p. 41):

A primeira capela foi construída no local da atual Igreja de São Sebastião, feita de taipa na década de 40 do século XX em homenagem ao mesmo padroeiro São Sebastião, por volta dos anos 50 começou a ser construída a atual, que só foi finalizada por volta dos anos 70, sendo que o primeiro padre a realizar missa na Capela foi o Monsenhor Dourado, que antes realizava as mesmas na Casa de Romão Carvalho. (OLIVEIRA, 2017, p. 41).

Essas percepções dos topônimos pelo uso da metalinguagem auxiliam o pesquisador a desvendar os detalhes mais incógnitos da motivação toponímica e a esclarecer os reais motivos e influências. Dick (1990, p. 139 -141) reforça este pensamento, uma vez que em seus trabalhos detalha:

[...] dentre os litotopônimos relacionados a minerais de índole genérica, física, ambiental, específico às regiões da terra, em sua constituição, destacam-se os designativos de pedra¹² e lajeado¹³ que são bastante produtivos como fonte onomástica na toponímia brasileira [...] (DICK, 1990, p. 139-141).

As pedras citadas por Dick (1990) são mais comuns no leito do Itapecuru abaixo da cidade de Rosário. No entanto, os lajeiros¹⁴ são bem comuns da nascente até a sua foz, mas não nomeiam nenhuma povoação conhecida em todo o curso deste rio. Os moradores de Areias ou areenses, como eles mesmos gostam de se adjetivar em suas rodas de conversas informais, relatam que a nomeação do povoado se deve ao fato de as ruas da comunidade, antes do uso do asfalto, entre os anos 90 e 2.000, serem cobertas de areia, assim como as áreas agrícolas da região. Entretanto, observamos que é preciso seguir o percurso lógico em todos os textos por seu caráter científico. Desta feita, apontaremos informações históricas do povoado antes das discussões sobre o termo propriamente dito. Carvalho (2015, p. 61) traz a seguinte informação (sic):

[...] E que este gentio Guachinaré era gentil (mui) muito desanimado. E que não era gente que cometesse guerra a ninguém; mui tímido que mal se defendia de seus contrários. E disseram mais que de sua aldeia ao rio do Tapecurú donde chamam as areias [...] (CARVALHO, 2015, p. 61).

¹² Ocorre no Maranhão nos municípios de Lago da Pedra e Poção de Pedras.

¹³ Ocorre no Maranhão no município de Lajeado Novo.

¹⁴ Nas margens do Mearim, no município de Matões do Norte, há uma povoação denominada de Laje do Curral. Assim como nas margens do Grajaú, há uma povoação denominada de Laje Comprida no município de Igarapé do Meio.

O texto aborda algo extraordinário sobre a alusão à presença de nativos habitando este topônimo, extraídos dos relatos de João Velho do Vale sertanista, português que o escreveu nos anos de 1685 a 1687. Mesmo assim ele já havia sido batizado por um lexema que não faz parte do vocabulário dos povos que antecederam aos europeus, portanto, a referência à constituição do solo era muito marcante, isto é, enfatiza a nomeação pelo aspecto ligado aos litotopônimos. Outro ponto fundamental de mencionar sobre aquele trecho do rio é que nele há muitos bancos de areia, num lugar onde os ribeirinhos chamam de raseiro, croa ou estirão do João de Souza¹⁵.

Quanto ao fator histórico, é salutar dizer que, entre os anos de 1580 e 1640, ocorreu a União Ibérica, período em que Portugal ficou sob o jugo espanhol. Neste momento, muitos colonos espanhóis conseguiram terras nas margens do rio Itapecuru e tornaram-se sesmeiros nesta região. Por isso há a possibilidade de que algum espanhol da família “AREAS” tenha conseguido a carta de sesmaria na região e assim batizado aquela paragem como aconteceu com a cidade ribeirinha do Itapecuru, Cantanhede. Todavia é mais uma possibilidade contemplada pelos estudos em onomástica-toponímica. Num dos mais preciosos documentos de consulta sobre cartas e datas de sesmarias do Maranhão, o Catálogo dos Documentos Avulsos do Conselho Ultramarino de Portugal, organizado por Bocchi (2002, p. 258) - (AHU – CU – 009 Caixa: 70 Doc.: 06078), consta que: “1787 – Novembro 13 – C. DE DATA DE SESMARIA do presidente do Conselho Ultramarino, D. Antônio Álvares da Cunha, para Henrique Guilhon, em que confirma doação de terras na mata da Ribeira do Itapecuru”. O documento não cita se esta carta de sesmaria é na localidade Areias, mas a data é factível para que seja, assim como a localização.

Na segunda década do século XIX, Areias já está configurada como uma zona de ocupação de portugueses e africanos, como consta na obra *Areias de Santa Rita*. Oliveira (2017, p. 15) (sic) diz:

Aos dez dias do mes de fevereiro de mil oito centos e dezenove anos em a Fazenda chamada das Areas pertencente ao Bacharel Henrique Guilhon termo da Villa do Itapecuru Mirim (1) e cazas do Tenedor dos bens Jayme Antonio Guilhon filho do dito fallecido aonde em escrivão

¹⁵ Teria sido um antigo morador que possuía uma residência à beira do rio, mas que teve seu registro guardado apenas na memória oral e na nomeação deste lugar.

ao diante nomiado me achava em virtude da commissão Retro, e findo ali herão presentes Caetano Joze de Cerqueira e Agostinho Rimão Davit a quem em Escrivão deferi o Juramento dos Santos Evangelhos emcarregando lhes que com boa e san conssiência avaliassem todos os bens que por Jayme Antonio Guilhon tenedor dos bens que ficarão por falescimento de seu Pai o Bacharel dito Henrique Guilhon e lhes fossem apresentados e recebido por elles o dito Juramento assim o prometerão fazer de que para constar fis este termo em que assinagnarão Eu Jose Antonio Correa Furtado Queixo Escrivão que o Escrevy e assigno. (OLIVEIRA, 2017, p. 15).

Pelo contexto apontado por Oliveira (2017), o povoado seria o mesmo que consta em Bocchi (2002) e retoma todos os fatos que formam a robustez das pesquisas em toponomástica. Outra observação importante é que na linguagem local é fácil perceber alguns moradores relatarem que antes o nome era “ZAREIAS”, principalmente aqueles que já estão na faixa etária dos sessenta anos. Entretanto, observamos que uma das marcas da linguagem maranhense é fazer aglutinações nas pronúncias, além de que, gramaticalmente, a letra “S” deve ter som de “Z” quando estiver entre duas vogais, o que pode explicar a variação apresentada na língua oral dos habitantes. Sapir (1969, p. 10) endossa a reflexão ao dizer:

Já a morfologia da língua, testemunhando certas maneiras definidas de pensar, prevaletentes entre os falantes da língua, presta-se a se lhe atribuir uma relação qualquer com o acervo de conceitos que formam o capital, por assim dizer, da atividade mental do grupo. (SAPIR, 1969, p. 10).

Por isso, é necessário compreender como o morador se relaciona com aquela determinada particularidade do seu lugar de morada, que é refletida na sua linguagem do cotidiano. Ainda sobre a grafia, o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* diz,

Areia – a.rei.a s.f. **1** conjunto de partículas granulosas de origem mineral que se encontra no leito dos rios, dos mares, nas praias e nos desertos **2** p.ext. praia **3** grão calcificado encontrado na urina X **a.movediça** loc. Subst. Atoleiro de areia, **entrar a. em fraseol infrm.** Surgir um imprevisto que dificulta ou impossibilita a realização de algo planejado. (HOUAISS, 2010, p. 63).

A citação dicionarizada traz o registro culto da palavra, assim como os seus valores semânticos, que contribuem para fundamentar o signo linguístico quanto à motivação de cunho físico, o que classificaria Areias como um

litotopônimo. Vale lembrar que o mineral areia tem diversas utilidades para a vida humana desde períodos remotos, tais como: aterros, obras de engenharia civil, execução de argamassas, concretos, fabricação de vidros. Durante o período de grande crescimento do centro histórico de São Luís, impulsionado pelo algodão, arroz, mandioca, milho e cana-de-açúcar produzidos nas lavouras desta bacia hidrográfica, pode ter havido exploração de areia do Itapecuru para abastecer aquele comércio crescente. Dick (1990, p. 125) “observa, que geralmente aos topônimos de índole mineral aliam-se à natureza constitutiva dos solos ou dos terrenos onde estão inscritos”. No próprio povoado, até os anos 2.000, havia extração desordenada para Santa Rita e municípios vizinhos.

A relação de dependência íntima do povoado com o rio fica nítida com o auxílio do recurso fotográfico descrito abaixo, que comprova a sua imersão na área de investigação da dissertação como as possíveis influências toponomásticas.

Foto 17: Areias vista de cima com o Rio Itapecuru ao fundo



Fonte: Acervo do Autor (2020)

No intercurso dos meses de julho a setembro, no balneário local, onde funcionou o antigo porto de ancoragem dos vapores da Companhia Fluvial dos Rios Maranhenses, é possível visualizar um grande banco de areia de aproximadamente 300 metros de extensão, pela influência da maré, resultado da erosão do solo devido ao aterramento do leito do rio.

5.2.5 O Hagiopônimo Santa Rosa

A presença de denominações femininas nos hagiopônimos ribeirinhos do Itapecuru é muito marcante. Todos abordam em seus estigmas a mãe de Jesus Cristo, Maria, refletidos em substantivos como: Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores, Santa Rita, Santa Luzia, Santa Filomena, Santa Bárbara e Santa Rosa. Nesse sentido, as investigações que afloram dentro dessa pesquisa toponímica para compreender a origem do batismo de Santa Rosa como povoado perpassa por vários contextos histórico, geográfico, cultural e social. (i) – O povoado Santa Rosa surgiu em torno de uma fazenda escravocrata? (ii) – Os habitantes cultuavam a santa católica? (iii) Havia alguma festa ou festejo tradicional em homenagem a santa no povoado? (iv) – O que motivou a nomeação?

A sede da antiga Fazenda Santa Rosa ficava na margem direita do rio Itapecuru, a 12 km da sede do município. Neste local, mesmo decorridos muitos anos da existência da fazenda, ainda é possível encontrar um imenso mangueiral recheado de várias espécies, manguita, manga bruta, manga de foice, manga rosa, manga de massa, manga espada. Isso indica a permanência humana, pois na culinária maranhense todas são muito apreciadas. Restos de telhas, tijolos e cerâmicas em geral afloram por baixo das folhas do mangueiral.

Moradores remanescentes da fazenda migraram para a margem oposta do rio e povoados vizinhos na década de 60 do século XX, quando ocorreu a abertura da estrada vicinal que liga atualmente povoados como São Tiago e Veneza à sede do município, culminando assim num novo grupo de habitações com a mesma denominação de Santa Rosa, na margem esquerda do rio Itapecuru, entre os poções da Bica¹⁶ e do Guindaste¹⁷. As 22 residências abrigam 22 famílias que guardaram somente o nome da antiga fazenda.

Muitos proprietários não construíram templos dedicados as suas santidades protetoras, eles reservavam apenas um cômodo de suas residências onde colocavam relicários, quadros, imagens ou pequenos oratórios para servir de referência nas celebrações, tais como: missas, batismos, casamentos, novenas, festejos, ladainhas. Os primeiros habitantes do povoado Santa Rosa

¹⁶ Local de uma bela queda d'água de nascentes acima que desaguam no rio Itapecuru.

¹⁷ Supomos que era o porto da Antiga Fazenda da Palmeira Torta, onde havia alguma estrutura para carregar as embarcações. Este poção é o local mais profundo do rio Itapecuru.

seguiram essa linha para celebrar a santa por meio de um pequeno oratório que ficava exposto no interior da residência principal e que, durante as ocasiões festivas, era carregado por todo o povoado e até pela vizinhança.

Pelo processo de divisão administrativa do território Maranhense, o povoado em questão já pertenceu aos municípios de Rosário e Itapecuru Mirim, integrando o município de Santa Rita a partir de 1961. Consultas realizadas nos documentos oficiais do estado, como o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão* (1858, p. 379), na sessão dos produtores de açúcar da Ribeira do Itapecuru, encontramos o nome de “D. Anna Pereira Guimarães Rosa”. O açúcar foi uma das primeiras culturas implantadas pelos europeus nestas terras, seguido do algodão, arroz e milho consorciado com a mandioca. Para a execução de tantas tarefas que envolviam o dia a dia destas áreas produtoras, a mão de obra escrava indígena e africana foi usada indiscriminadamente sobre o jugo do senhor de terras e com a proteção dos santos romanos. As buscas por documentos primários, livros e jornais apontou a existência de uma imagem e um oratório, que ornamentavam um antigo festejo para Santa Rosa no povoado realizado até a década de 60 do século passado.

Quanto ao contexto histórico do povoado, o jornal *Publicador Maranhense* (1860, p. 3) traz alguns pontos reveladores (sic):

Fugio da Fazenda Santa Rosa no baixo Itapecurú, o escravo André pertencente ao major Joaquim Raimundo Nunes Belfort, é de estatura regular, bastante cheio do corpo, e côr retinta, tendo de idade pouco mais ou menos 80 annos, comenta ter seguido para o, Codó de onde veio a poucos tempos da Fazenda Verde [...] (PUBLICADOR MARANHENSE, 1860, p. 03).

Os primeiros esclarecimentos são quanto à grafia, que, mesmo em 1860, já era veiculada em um meio de comunicação tão notório que o denominava Santa Rosa, bem como a sua localização atrelada à região ribeirinha do rio Itapecuru delimitada na pesquisa. A sua origem escravocrata ainda do período colonial é um reflexo de um período sombrio de nosso passado. Outro ponto importante para os estudos toponímicos é o nome do proprietário Joaquim Raimundo Nunes Belfort, pai do Barão de Santa Rosa e seu homônimo, o que esclarece a origem do povoamento, as cartas de sesmarias ou data, as famílias influentes da província do Maranhão. Para o desenvolvimento do texto, no que

concerne à influência da santa católica no povoado, é válido ler o que anotou Coutinho (2005, p. 334) sobre o Barão de Santa Rosa.

Joaquim Raimundo Nunes Belfort, nascido no ano de 1820 e falecido em 22.1.1898, no lugar Boa Vista, distrito de Itapicuru-Mirim, natural da Freguesia de Itapicuru-Mirim, era lavrador, político, proprietário de engenhos de açúcar nas fazendas Santa Rosa e Boa Vista, próximas a Kelru, povoações que até hoje conservam o nome, em área limítrofe entre os municípios de Santa Rita e Itapicuru-Mirim e que fica próxima do povoado de Entroncamento [...] (COUTINHO, 2005, p. 334).

Ao que parece, o barão teria nascido em Santa Rosa, povoado ribeirinho e propriedade de seu genitor. Pela tradição oral dos atuais moradores do povoado Santa Rosa¹⁸, que fica às margens da BR 135, ele teria trocado as suas terras da beira-rio pela nova área maior e de terras descansadas, que ficava no antigo caminho por terra entre as fazendas do Itapecuru e o Porto das Gabarras na Baía de São Marcos, no município de Anajatuba, por volta dos anos 50 do século XIX.

A nova propriedade também fora batizada em homenagem à divindade do catolicismo, herdando o culto, a simbologia, ao que parece a imagem e a ideia de um território representado pelo título de Barão de Santa Rosa, concedido à Joaquim Raimundo Nunes Belfort, pelo Imperador D. Pedro II, que de acordo com Coutinho (2005, p. 336), “Subscreveu a carta o ministro do Império Pedro Leão Veloso, sendo o decreto de 24.3.1883 (APE, liv. reg. Geral, ano 1883, fl. 50) [...]”. Observamos em livros de Batismos de Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru Mirim a manutenção do sobrenome Belfort nos habitantes da beira da BR 135, que indica que o Barão teria trazido todos os seus escravizados para a nova propriedade. No contraponto da questão, os atuais moradores do povoado da beira-rio não herdaram e até desconhecem o sobrenome Belfort.

A base fundamental da dissertação é a pesquisa documental, bibliográfica e o registro fotográfico de aspectos geográficos, culturais, naturais e históricos que possam possibilitar o entendimento e o esclarecimento dos fatos que motivaram a nomeação dos topônimos catalogados. Muitos destes povoados são ricos em todos os caracteres mencionados, mesmo que eles estejam dispostos

¹⁸ No Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico nº MI 610, ano de 1980. É perceptível todas as observações mencionadas no tocante às questões de localização do topônimo.

em várias residências, igrejas e sem nenhuma organização, classificação ou estudo detalhado de sua verdadeira importância. Em Santa Rosa da BR 135, há uma antiga chave que os moradores afirmam ser da antiga senzala onde os cativos ficavam trancados e guardados sobre a vigília do feitor, só saindo nos momentos permitidos para o trabalho, refeição, asseio e culto.

Foto 18 – chave da antiga senzala da Fazenda Santa Rosa do Barão



Fonte: Acervo do autor (2019)

Os católicos guardam o dia 23 de agosto como o consagrado aos cultos em homenagem a Santa Rosa. Celebrações carregadas de muita simbologia nas novenas e nas ladainhas em latim, herdadas pela tradição oral dos antigos. Os atos nos primórdios serviam como uma epifania aos castigos e sofrimentos causados pelo cativo aos africanos.

Foto 19: festejo em homenagem a Santa Rosa, no povoado Santa Rosa do Barão.



Fonte Acervo do autor (2019)

Todo o mistério envolto na vida de Isabel Flores de Oliva, nascida em 20 de abril de 1586, em Lima Peru, contempla parte da metalinguagem fundamental para o batismo do topônimo, o povoado Santa Rosa. Parte do seu mistério teria surgido ainda em tenra idade quando a sua genitora encontrou uma rosa próxima a sua filha, que estava em prantos, e em juramento mudou o seu nome para Rosa de Santa Maria. Aos 20 anos, Rosa, já comprometida com a sua castidade, segue os passos da Santa de Sena. Até a sua morte, aos 30 anos de vida, em agosto de 1617, Santa Rosa se flagelava com uma coroa de espinhos abaixo de sua touca, buscava não dormir segurando o seu cabelo curto, pois já o tinha cortado para não chamar atenção para a sua beleza.

Sua iconografia é uma das mais ricas de toda Igreja Católica, a Palma remete a sua profecia da construção do Mosteiro dedicado a Santa Catarina; Coroa de rosas e espinhos fazem alusão ao seu martírio, há o Menino Jesus num ramo de rosas ou nos seus braços, nas américas traz consigo uma âncora. Como é comum a todos os religiosos, Santa Rosa fazia parte de uma congregação, a dos Dominicanos, perceptível pelo escapulário, toucas brancas, manto negro e veste alba. A alusão a sua morte e a sua jovialidade estão sempre atreladas às aparições do menino Jesus. A sua canonização aconteceu pelas mãos do Papa Clemente X, em 12 de abril de 1671.

5.2.6 O Hagiotopônimo Santa Filomena

A longevidade do povoado com a permanência da mesma lexia é particularmente interessante de ser investigada pelos estudos em toponímia, mesmo com todas as influências que sofrera para a mudança da denominação. Santa Filomena pertence ao grupo das 16 taxes propostas por Dick (1990) de natureza antro-pocultural, relacionados à vida psíquica e cultural dos seus habitantes. Assim, no caso dos hagiotopônimos que são os topônimos relativos aos santos (as) do hagiológico romano, a motivação de sua nomeação relaciona-se ao culto de alguma dessas entidades espirituais. Para tanto, é só com o desenvolvimento das pesquisas que se pode entender: (i) - Quando começaram os cultos a santa no povoado? (ii) – Qual fator histórico ou social influenciou diretamente? (iii) – Há capelas ou festejos em homenagem a Santa Filomena na povoação?

O povoado ribeirinho da margem esquerda do Itapecuru, Santa Filomena, desde 1961, pertence ao município de Santa Rita, ano em que aconteceu a emancipação de Rosário. Distante 14 km¹⁹ da sede do município, é remanescente da antiga fazenda Santa Filomena que pertenceu, no início do Século XX, ao Cel. Rosariense José Pereira Leite, irmão do então Governador do Maranhão, Benedito Leite. As mais de 100 famílias que fazem parte do Projeto de Assentamento do INCRA, que compõem o atual povoado, não cultuam diretamente a santa guardando somente o nome.

O jornal Diário de S. Luiz, no dia 8 de agosto de (1921, p. 6) destaca (sic): “Pelos municípios – ROSARIO, 6 – o sr. Antonio Serra, ex – socio da fazenda Vale-Quem-Tem, comprou, por oitenta contos de reis, a fazenda Santa Filomena, do coronel José Leite”, Configurando-se como o primeiro texto documental referente ao povoado encontrado nesta pesquisa. A informação permite a inferência da nomeação ter sido dada pelo distinto coronel, que além de batizar a fazenda com este nome do sagrado romano, destinou um cômodo da residência às celebrações de novenas e missas, preferencialmente no último final de semana do mês de julho. Pela relevância do lugar e, dada a ligação de parentesco do proprietário com o Governador Benedito Leite, Santa Filomena foi a única propriedade do período a fazer parte do trabalho intitulado Álbum Fotográfico do Maranhão de autoria de Guadêncio Cunha.

Foto 20: Fazenda Santa Filomena início do século XX.



Fonte: Acervo (CUNHA, 2008, p. 77)

¹⁹ No Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico nº MI 610, ano de 1980. É perceptível todas as observações mencionadas no tocante as questões de localização do topônimo.

Em torno do complexo da fazenda, como registrado por Gaudêncio Cunha em 1908, não havia uma capela dedicada ao culto da padroeira, e sim dois quadros que ficavam protegidos por um pequeno oratório posto numa sala visível a todos. As duas representações da santa eram o elo entre os fiéis, o festejo e as celebrações a Santa Filomena. Nos anos 40 do século XX, a mesma localidade passou a ser propriedade de outro rosariense, Heráclito Nina, que exercia o cargo de prefeito daquele município. Posteriormente foi vendida para o sr. Bidico, comerciante de Carema, guardando durante todo este lapso temporal o nome de Santa Filomena

Na década de 60 do século XX, estas terras caíram nas mãos de um novo proprietário, desta vez o da indústria de bebidas cearense, Ypióca. Aqui houve a cessão de um pequeno lote de terras aos antigos remanescentes de escravos da fazenda que formaram um outro povoado denominado de Morada Nova, nele os devotos erigiram uma igreja, pois levaram com eles um dos quadros de Santa Filomena, o culto e a mesma data do festejo. O segundo ficou com os antigos proprietários, a família Nina, sendo levada para São Luís.

A marca Ypióca impactou muito na vida dos moradores por causa de suas atividades, pela forma como as pessoas se referiam àquelas terras, sendo que alguns habitantes da região ainda chamavam de Santa Filomena e outros de Fazenda da Ypióca ou simplesmente Ypióca. Com o declínio das operações da marca na região, as terras foram desapropriadas e viraram um assentamento da reforma agrária pelos idos dos anos 2.000, fazendo com que a denominação toponímica Ypióca fosse totalmente substituída por Santa Filomena novamente.

Quanto à devoção à santa que batiza a localidade, sabemos que, pela tradição cristã, a expressão sou “amada fortemente” e “eu sou amada” refere-se a Santa Filomena, cuja etimologia vem do grego *Philoméne*, aglutinação de *Philos* (amante) e *Menos* (força), que semanticamente se traduz como, “amada fortemente”, por Deus. As informações sobre a sua verdadeira origem ainda são desconhecidas.

No entanto, foi convencionalizado que Filomena teria sua origem no século III na Grécia, porém sua devoção teve seu apogeu após os seus restos mortais terem sido encontrados no idos do século XIX na Itália. O dia dedicado ao seu culto é 10 de agosto, contudo, na propriedade, seu festejo ocorria, como já fora supracitado, no mês de julho. Essas alterações de datas estão geralmente

relacionadas ao pagamento de alguma promessa, interferências do clima e até mesmo da colheita de lavouras.

Desta forma, as celebrações nestas comunidades são sempre muito atreladas a questões de identidade local, pagamento de promessas e pedidos de graças. Com isso, cria-se um laço muito próprio que se estende por todo o entorno das comunidades, aglutinando esses valores aos costumes empíricos de todo um nicho populacional. Até mesmo a antiga Estação Ferroviária, que ficava a cerca de 3 km da fazenda, foi batizada como Estação de Santa Filomena, mesmo tendo se formado posteriormente uma nova comunidade, Piroaba²⁰, nas proximidades, devido ao comércio local. Para corroborar com esse pensamento, o jornal Diário de S. Luiz – ano 1921 – 17 de julho – página 5, diz (sic): Estrada de Ferro S. Luiz – Therezina – HORARIO (a vigorar de 19 de Julho em diante) – IDA – ENTRE S. LUIZ – COROATA - Corre às Terças – feiras - Estações: S. Filomena (chegada: 13.40 – saída: 13.42).

Na década de noventa do século XX, a dita estação perdeu o seu uso, uma vez que a ferrovia em tela parou de transportar passageiros e, pelos motivos expostos, esta pesquisa classificou para fins toponímicos a localidade como um hagiotopônimo, corroborada pela imagem abaixo, onde consta um serviço oficial do município, a catalogação dos seus povoados por placas de identificação, refletindo a vontade dos moradores em continuarem a se identificar como residentes de um povoado com a denominação de Santa Filomena em detrimento a todas as outras possibilidades apresentadas no texto.

Figura 21: início do povoado Santa Filomena



Fonte: Acervo do autor (2019)

²⁰ O povoado desapareceu com o fim do transporte de passageiros pela antiga estrada de ferro São Luís – Teresina.

5.2.7 O Hagiopônimo Santa Bárbara

De todos os hagiopônimos que compõem a microtoponímia de Santa Rita, dentro da área delimitada por este estudo acadêmico, Santa Bárbara é o único que possui uma Capela, um Festejo e uma Imagem venerada por seus fiéis a essa santidade, ou seja, houve uma continuidade ao longo dos anos da manifestação religiosa que impactou na nomeação deste topônimo. Tal perpetuação reflete na maneira como os habitantes se relacionam com todas as simbologias, que foram agregadas à cultura do sagrado que envolve a santa católica. As indagações que perpetuam uma pesquisa deste porte sobre um lugar questionam: (i) – Como ocorreu a nomeação? (ii) – Quais relações simbólicas os moradores fizeram entre o local e a santidade? (iii) – O que veio primeiro: a capela, o festejo ou a imagem? (iv) – Quais circunstâncias possibilitaram a permanência da nomenclatura do povoado?

Foto 22: Imagem de Santa Bárbara cultuada no povoado



Fonte: Acervo do autor (2019)

Encravada na margem direita do Itapecuru, este topônimo está distante 30 km da cidade de Santa Rita e é o local de habitação de 48 famílias residentes em 48 casas. Sobre a origem das terras, os locais relatam que seria terra de herança, apesar de constituir um Projeto de Assentamento do INCRA. Como

todos os lugares exemplificados por esta dissertação, os primeiros povoadores chegarão por via aquática, tendo como caminho o Itapecuru. Na contemporaneidade, o acesso sede x povoado é feito principalmente pela estrada vicinal que margeia o rio passando por Carema, Granja, Areias, Porto Alegre, Santa Rosa, São Tiago, Veneza, Buriti até chegar a Santa Bárbara²¹.

Foto 23: o núcleo do povoado Santa Bárbara



Fonte: Acervo do autor (2019)

Dentro do caráter histórico que fundamenta a dissertação, temos como principal fonte o que se encontra em Coutinho (2005, p. 335): “[...] o capitão Joaquim Raimundo Nunes Belfort, nascido no lugar Santa Bárbara, freguesia do Rosário, em 1º.9.1790 [...]”. Para efeito de esclarecimentos o capitão qualificado é o pai do futuro da Barão de Santa Rosa e seu homônimo. Outrossim, do registro de Coutinho (2005), além da pontuação sobre a antiguidade do povoado, temos de observar para o entendimento do leitor e organização da pesquisa, que apesar de este hagiotopônimo pertencer neste século ao município de Santa Rita, naquele tempo, final do século XVIII, pertencia ao do que se conhece hoje simplesmente como Rosário. Interessa-nos salientar também que o capitão Joaquim Raimundo Nunes Belfort era descendente de Lourenço Belfort, o maior sesmeiro do Itapecuru em termos de área agregada, isto é, a sua família recebeu

²¹ No Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico nº MI 610, ano de 1980. É perceptível todas as observações mencionadas no tocante às questões de localização do topônimo.

os maiores lotes de terras, o que coloca a povoação como oriunda do mesmo processo que configurou o surgimento das demais, as sesmarias ou datas.

Coutinho (2005, p. 335) ainda nos dá uma preciosa anotação sobre o lugar onde o capitão fora bento: “[...] foi batizado na freguesia do Rosário, com jurisdição eclesiástica em Santa Bárbara, pelo padre José da Cruz Tezinho. [...]”. A presença de um sacerdote num ato de tão relevada simbologia para aqueles homens ressalta a importância do culto a Bárbara e a distinção que os governantes davam ao povoado, por sua relevância econômica, política e social. Outro fato comum no período é que, mesmo com a grande extensão territorial, esses batismos não eram isolados, exclusivo das famílias da elite, mas sim de toda uma comunidade do entorno destes povoados, o que atraía multidões de longínquas povoações fortalecendo assim a devoção ao santo padroeiro e a perpetuação do denominativo toponímico. Significativo e tão notório quanto todos os elementos frisados é o ato das famílias em dar aos seus filhos os nomes dos santos protetores.

O Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão (1858, p. 379) anotou: “[...] José Vieira dos Santos como produtor de cana-de-açúcar em Sancta Barbara [...]”. A fonte primária guardou o termo Santa com o ‘C’ interno mudo, que não ocorre atualmente, mas que pela influência latina daquele período remetia à palavra ‘SANCTUS’, o puro, o sagrado, o elevado aos céus.

Sobre a homenageada, a tradição católica dos cultos a santidade Bárbara se dá no dia 04 de dezembro, já que é o que ficou consagrado como o dia da sua morte, em alusão ao seu martírio e memória. A comunidade objeto deste estudo, o povoado de Santa Bárbara, também segue esse rito, ou seja, mantém o seu festejo como manda a tradição cristã.

A configuração das festas/festejos religiosos tradicionais do vale do Itapecuru sofreram com o incremento de outros pontos: grupos musicais, radiolas de reggae, vaquejadas, partidas de futebol etc. No entanto, tudo girava e continua em torno do que se acredita ser a proteção e as graças dos padroeiros. Laços familiares se formam pelos casamentos celebrados, pelas relações de compadrio nos batismos, pagamento de promessas, pelas graças alcançadas. Familiares viajam longas distâncias para retornarem nos dias específicos do evento.

É necessário explicar que há uma analogia carismática entre a santa católica e a proteção contra raios, trovões e tempestades, reações climáticas recorrentes nas margens de rios e, conseqüentemente, em regiões tropicais como é o caso do Maranhão. Sua nacionalidade, tendo como parâmetro o mapa político de 2022, ou seja, a divisão global de países, a colocaria com nacionalidade turca, mais precisamente da região da Bítinia. A jovem e bela Bárbara era de uma família abastada, tendo suas origens nos últimos quartéis do século III d. C. Ela, ao atingir a idade recomendada à época para formar uma família, atraiu muitos homens, pois, além da beleza, sua família possuía muitas posses, contudo a jovem mulher não se interessava pelos desejos de constituir uma família.

Ao se encontrar com os ensinamentos da fé cristã, resolveu se converter e dedicar-se a propagar o evangelho, o que, como era de costume naqueles tempos remotos do Império Romano, lhe trouxera muitos problemas. Seu genitor, Dióscoro, teria sido um dos primeiros a demonstrar tal descontentamento com as inclinações de sua filha ao cristianismo. Devido a isso, a denunciou ao prefeito da cidade de Nicomédia, que mandou castigar a jovem em praça pública a fim de fazê-la desistir da doutrina cristã. Todavia, mesmo com tanto sofrimento, não desistiu e, após os açoites e enforcamento, foi degolada nos arredores da cidade por seu genitor. Reza a tradição de que, durante o ato, um raio o atingiu, o que o levaria à morte, a colocando como protegida contra o fenômeno e, por conseguinte, os seus fiéis.

5.3 A Microtoponímia de Itapecuru Mirim: descrição e análise

Os questionamentos que afloram sobre o processo de nomeação do hidrotopônimo Itapecuru Mirim são inúmeros, dado que os registros da presença de habitação humana neste lugar datam de 1680 de acordo com Carvalho (2015, p. 59): “e caíam uns sobres os outros mortos dos tiros dos brancos até que se vieram para estas matas do Tapecurú”. O texto em questão aborda o detalhamento dos povos ameríndios que habitavam as matas do rio Itapecuru para que a Coroa Portuguesa tomasse conhecimento de quais e quantas eram as nações que por aqui viviam, após a criação da região administrativa em 1630, denominada de ribeira do Itapecuru, que se iniciava no atual município de Rosário e se estendia até o sul do Maranhão nos chamados pastos bons.

Ressaltamos que no decorrer dos tempos, outros autores abordaram a mesma região, uma vez que, com o seu crescimento populacional e econômico, as narrativas foram sendo cada vez mais frequentes e diversas. Desta plêiade, destacamos Coutinho (2005), Gaioso(1843), Marques (2008), Maranhão (2012), Meireles (1994), Mota (2021), Medeiros (2011), Oliveira (2017) etc. Todavia, quando o tema são os estudos toponomásticos, o hidrotopônimo Itapecuru Mirim está catalogado por Curvelo (2009, p. 80, 96, 143, 144) e, como o foco desta pesquisa é a microtoponímia deste município, destacando os taxés hidrotopônimos, hagiopônimos, litotopônimos e fitotopônimos ribeirinhos abaixo da sede, faremos apenas as observações necessárias para o entendimento dos estudos deste campo da linguística descritiva no que concerne à nomenclatura deste município.

Neste pensamento, precisamos entender: (i) Por que resolveram batizar outra povoação com o nome de Itapecuru, uma vez que já havia Itapecuru Grande? (ii) Quais fatores históricos corroboraram para o surgimento desta povoação? (iii) Os nativos deste topônimo também o conheciam como Itapecuru Mirim? (iv) Por que mesmo havendo várias aglutinações semânticas ao termo Itapecuru Mirim, tais como: Feira do Gado do Itapecuru Mirim, Arraial da Feira do Itapecuru Mirim, Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim, Vila do Itapecuru Mirim, este étimo permaneceu e se consolidou como referente de todo um município apenas como Itapecuru Mirim? Ressaltamos que os tópicos elencados possibilitam a compreensão do hidrotopônimo em análise.

Itapecuru Mirim atualmente possui a seguinte morfologia: é formado pela composição de dois lexemas de origem Tupi-guarani, a oxítone polissilábica Itapecuru mais o sufixo dissílabo tônico Mirim. A origem desta povoação remonta ao século XVIII, quando os primeiros sesmeiros por aqui aportaram e, ao fixar morada, a transformaram na conhecida povoação do Arraial da Feira do Gado do Itapecuru Mirim. Anos depois, com o seu crescimento, os moradores já almejavam transformá-la em Vila como consta em Marques (2008, p. 413).

Em 25 de agosto de 1768, El – Rei D. José fez saber ao governador do Maranhão que os moradores da Ribeira do Itapecuru lhe pediram, em 12 de setembro de 1767, próximo passado, alvará de confirmação da Vila, que ali fundou, por ordem régia, o desembargador Manuel Sarmiento, e das datas de terras e privilégios concedidos na mesma ocasião e, por isso, ordenava que ouvindo o parecer do Procurador da Fazenda e Ouvidor por escrito lhe enviasse a ordem que houve para tal criação. (MARQUES, 2008, p. 413).

Essa referência é parte de uma petição oficial organizada por um grupo de moradores, solicitando a fundação da vila do Itapecuru Mirim. Entretanto o requerimento dos habitantes citado por Marques não foi atendido e, ao chegar no século XIX, a localidade já havia se expandido no aspecto populacional, financeiro e político, o que possibilitou a sua elevação como será abordado a seguir. Ademais, é salutar que se entenda que no Maranhão, de colônia a império, os povoados evoluíram através das seguintes categorias administrativas: Freguesia, Vila e Cidade. A primeira era uma unidade regida por um sacerdote, geralmente um padre, a segunda era uma unidade territorial com autonomia política-administrativa²² e as cidades, naqueles tempos remotos, eram apenas títulos com pouca diferença de governança das vilas. Essas fases históricas influenciaram na morfologia do termo que nomeia este topônimo. No caso específico desta cidade, ela foi elevada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim, em 1801, de acordo com Santana (2018, p. 21).

Por Provisão Régia de 25 de setembro de 1801 foi criada no Arraial da Feira a Freguesia de Itapecuru Mirim sob as bênçãos de Nossa Senhora das Dores, desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

²² Neste caso os vereadores e o presidente da câmara são respectivamente os chefes do poder legislativo e executivo, que difere da Freguesia.

[...] se limitava ao sul com Coroatá, ao norte, pelo lado direito, com São Miguel dos Índios, esquerda por Rosário, ao leste com São Sebastião da Vargem Grande e a oeste com Santa Maria de Anajatuba. (SANTANA, 2018, p. 21).

Neste período, a Ribeira do Itapecuru possuía as seguintes Freguesias: Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru Grande, Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim e São José das Aldeias Altas de Caxias. A influência religiosa era também marcada pela junção dos denominativos de deidades do catolicismo. Os sufixos “grande” e “mirim” eram distintivos dos dois povoamentos homônimos. Nesse contexto histórico e linguístico, observa-se que a permanência de Itapecuru Mirim se deu pelo fato do seu homônimo toponímico (Rosário) já ter se aglutinado no léxico estadual, principalmente em documentos oficiais²³, desta forma não havia mais a necessidade distinção gráfica.

Vale ressaltar que Rosário, à época Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru Grande, possuía o culto a santa católica de mesmo nome, assim como a sua igreja matriz sede da freguesia. Contudo, neste mesmo ínterim, a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim tinha como sede a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que desabou em 1924²⁴ durante uma enchente do rio Itapecuru. Posteriormente, como culto ou festa religiosa mais pujante, era a devoção a Nossa Senhora das Dores. Por isso foi construída a nova Igreja Matriz, já com a devoção à deidade que nomeava o território cristão. Dessa forma, como Rosário já havia se aglutinado anteriormente a esses fatos, Itapecuru Mirim perdeu apenas a denominação religiosa e manteve a sua origem etimológica do ramo Tupi ligada aos primeiros registros.

Logicamente que outros fatores corroboram com os argumentos que já foram elencados, pois, ao se observar a linha cronológica, o topônimo fora elevado à Vila do Itapecuru Mirim, em 1818, de acordo com Maranhão (2021, p. 161).

Itapicuru-Mirim. Vila florescente, criada em 1818. José Gonçalves da Silva é o seu primeiro alcaide-mor. Faz 35 anos que principiou a ser

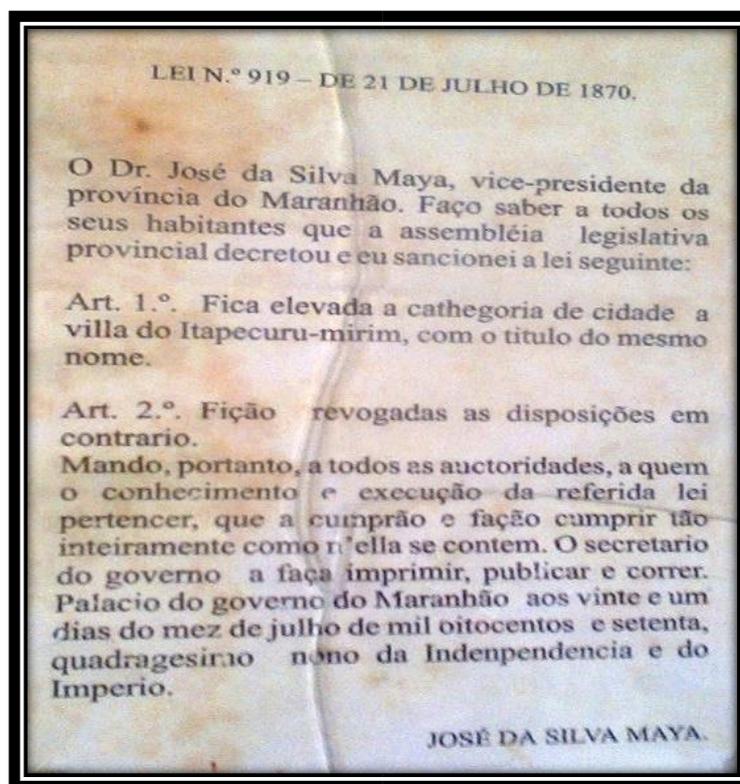
²³ Almanagues Administrativos, agências de vendas de passagens dos vapores da companhia fluvial do Maranhão, Agências dos Correios apenas como Rosário.

²⁴ A Igreja de Nossa Senhora do Rosário continuou servindo à paróquia de Nossa Senhora das Dores, apesar do estado precário em que se encontrava, até o ano de 1924, “No ano de 1924 em uma das maiores cheias do rio Itapecuru, a igreja desabou” (SANTANA, 2018, p. 167).

povoada. Nossa Senhora das Dores é a padroeira de sua matriz. Junto desta vila se faz a feira das boiadas que descem do sertão. (MARANHÃO, 2012, p. 161).

Dessa leitura podemos observar também a menção que Maranhão (2012) faz ao início da povoação no século XVII. Ao se emancipar politicamente, a vila do Itapecuru Mirim ganha um novo impulso para o seu desenvolvimento e, desta feita, é elevada ao título de cidade de Itapecuru Mirim, em 1870, por força da Lei nº 919 de 21 de julho de 1870, como se vê no documento a seguir:

Foto 24: Cópia da Lei de elevação de Itapecuru Mirim à categoria de Cidade



Fonte: Arquivo reprodução, julho de 2013 (MARQUES, 2008, p. 635).

Nesse caso, já é possível observar, também, a substituição do fonema vocálico “l”, depois da bilabial /P/, pelo som vocálico da vogal /E/, o que se configura como mais um aportuguesamento da palavra. Entretanto, para ratificar a analogia do curso d’água que já fora mencionada, o escritor Cesar Marques (2008), em seu *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*, assevera que:

[...]Pensam outros que esta denominação se compõe de ita (pedra), pe (caminho, vila), cura, curuten, (muita, influência), isto é, caminho de muita pedra ou inchaço de pedras. Tendo neste rio duas cachoeiras

extensas, é fácil descobrir de onde derivam estes nomes. (MARQUES, 2008, p. 667).

Assim, percebemos no registro de Marques que, apesar de haver divergências quanto ao valor semântico da palavra Itapecuru, inconsistências que com o tempo foram superadas, ficaram no signo linguístico basicamente a referência ao rio e a descrição de que o mesmo seria o caminho de pedras, guardado desta maneira um registro precioso do léxico dos nativos americanos. Sobre esse fenômeno de influência na origem de nomeação, Isquerdo (2001, p. 9) enfatiza:

O léxico representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível de língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade. (ISQUERDO, 2001, p. 9).

Sob esse viés, entende-se que o hidrotópônimo carrega sentidos que extrapolam o campo semântico, pois nele também há marcas sociais, históricas, geográficas e culturais que ligam a comunidade ao rio como um elemento pertencente a ela, que está diretamente atrelado ao étimo que a nomeia.

Ao analisar o hidrotópônimo Itapecuru Mirim, percebemos que a origem da palavra remonta ao rio, mais precisamente a sua foz onde há a corredeira de pedras ou cachoeira, pois se a colonização do interior do Maranhão deu-se por ele e no sentido foz-nascente norte-sul do estado, o nome foi trazido de lá para cá por empréstimo herdado dos aborígenes, ou seja, dos nativos americanos do litoral e foi utilizado analogamente pelos colonizadores portugueses em mapas, para toda a região das suas margens até o sul onde se encontram suas nascentes. Ademais, neste contexto da língua, quanto ao processo de designar um referente, um ambiente, Sapir (1969, p. 44) provoca a reflexão de que:

[...] tratando-se da língua que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo 'ambiente' tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos como a Topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por

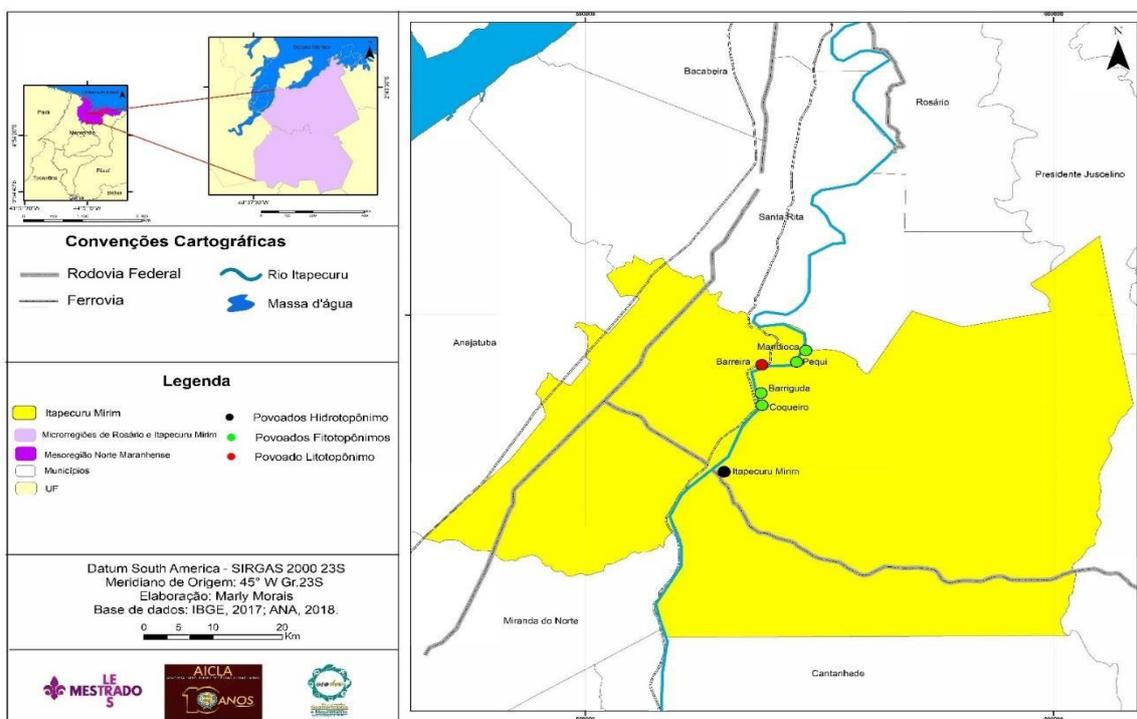
fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte. (SAPIR, 1969, p. 44)

Assim sendo, conforme o pensamento de Sapir, a língua é simbolicamente constituída de aspectos físicos²⁵ e sociais²⁶ entrelaçados e carregados de sentidos e simbologias das sociedades que a criaram.

Dentro do contexto desta dissertação e como ficou explícito no início deste capítulo, o objetivo central é estudar os povoados ribeirinhos dentro de quatro categorias taxonômicas. No tocante à Itapecuru Mirim, todos os povoados estão descritos no mapa da Microtoponímia do município. Destacamos outros detalhes possíveis de serem visualizados a partir da observação atenta deste precioso recurso para os estudos toponímicos, tais como: o curso do rio Itapecuru, a proximidade dos topônimos com o seu leito, a zona limítrofe com Santa Rita, Anajatuba, Miranda do Norte e Cantanhede.

Outrossim, todos os topônimos citados terão capítulos próprios, em que estão elencadas as pesquisas concernentes à motivação e nomeação a partir do olhar da ciência humana, a onomástica, refutado no seu ramo toponímico.

Figura 5: Mapa da Microtoponímia de Itapecuru Mirim



Organizador: FERREIRA, Tiago de Oliveira.

²⁵ Fauna, flora, constituição do solo, acidentes geográficos.

²⁶ Festejos religiosos, guerras, leis, criação de rotas de comércio.

O mapa acima, corroborado com as análises textuais, detalha cinco povoados como pertencentes à Microtoponímia de Itapecuru Mirim, o que corresponde a 25% dos 20 pesquisados. Após os estudos, ficaram classificados da seguinte maneira:

- 04 fitotopônimos: Mandioca, Pequi, Barriguda e Coqueiro. Correspondendo a 80% dos topônimos do Município;
- 01 litotopônimo: Barreira. Correspondendo a 20% dos topônimos do Município.

5.3.1 O Fitotopônimo Mandioca

O lugar de habitação é especial, é o chão onde fixamos nossas raízes, é por isso que, se lançarmos um olhar despretenso sobre sua denominação, pode ser que não vejamos os variados motivos que teve o nomeador ao adotar um étimo como individualizador de onde fixa moradia, de onde escolhe como endereço, de onde constituirá família e, sem muito nos alongar, de onde alimentará sentimentos de pertencimento porque aquele lugar lhe é caro, por conta dos bens ali postos. O que queremos dizer é que o topônimo não serve apenas como o nome de lugar, mas como o elemento que está na vida das pessoas assim como estão seus documentos oficiais de identificação²⁷.

Considerando esse caráter documental dos nomes dos lugares, nos vêm os questionamentos: (i) Por que nomear uma comunidade com um étimo indígena como mandioca? (ii) Por que usar uma palavra da flora sul-americana para perpetuar os usos e costumes locais de uma comunidade? (iii) Que importância local, municipal, estadual, regional, nacional ou continental teria um elemento da flora na gastronomia, na medicina popular, na língua, na história de vida das pessoas de um determinado lugar? Todas essas indagações perpassam pelo uso do termo *mandioca* para nomear uma comunidade localizada às margens do rio Itapecuru no município maranhense Itapecuru Mirim.

²⁷ Quando nos perdemos, é no nosso lugar de origem que nos encontramos, encontramos traços de nossas histórias. Se por algum motivo o nome do lugar for mudado ou o lugar deixar de existir, a história das pessoas, de igual forma, desaparece também, por isso o topônimo tem valor documental e de preservação da memória coletiva e individual

O Povoado Mandioca, assim como Javi e Pequi, é uma localidade ribeirinha de Itapecuru Mirim. Distante 12 km da sede do Município, podemos chegar a ele tanto acessando o rio Itapecuru em canoas quanto pela estrada vicinal, passando pelos Povoados de Campestre, Coqueiro, Barriguda, Campo Rio e Pequi. Além dessas duas vias, há outro caminho alternativo, vindo de povoações do município de Santa Rita, tendo como rota os povoados São Tiago, Veneza, Pirical, Santa Luzia e Maria de Fogo.

Como referencial tanto do uso toponímico, da descrição geográfica e da perpetuação histórica deste povoado, podemos citar, antes de adentrarmos nestes conceitos a miúdo, o Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico. Referência Itapecuru Mirim, nº MI 610. Ano de 1980. Nele aparece os nomes de todos os povoados supracitados, assim como o termo Mandioca, já com a grafia atual.

Foto 25: Início do povoado Mandioca



Fonte: Acervo do Autor (2021)

O povoado Mandioca é constituído de 22 moradias, onde habitam 41 famílias em casas de alvenaria²⁸ e também de taipa²⁹, isto é, feitas de barro e cobertas com palha de palmeira de babaçu. Esse lugar tem o título de Comunidade Remanescente Quilombola conferido pela Fundação Cultural

²⁸ Moradias construídas a partir de Programas Habitacionais federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada.

²⁹ Taipa. (tai.pa) s.f. Sistema construtivo de paredes e muros que utiliza barro com ripas, bambus etc.; estuque, pau a pique. (BECHARA, 2011, p. 1218).

Palmares (SANTANA, 2018), terras essas vinculadas ao Território Quilombola de Santa Maria dos Pretos, uma vez que fazia parte das sesmarias³⁰ da família Belfort, respectivamente de Ana Rita e Maria Rita Belfort, que de acordo com Coutinho (2005), foram doações de terras feitas pela Coroa Portuguesa nos primeiros anos do século XIX.

É no contexto histórico da doação e/ou ocupação das sesmarias das Belfort, com a presença de mão de obra escravizada de africanos e da população local, que vamos ter acesso ao cultivo da terra e, a partir deste, ao manejo de produtos da agricultura familiar e do comércio de subsistência, como o da mandioca, arbusto nativo da América do Sul que é usado como topônimo de uma comunidade remanescente quilombola itapecuruense, resgatando, dessa forma, um elemento de grande importância não só para o maranhense quanto para os nordestinos, pois é do pé da mandioca que podemos usar todas as partes, raízes/tubérculos/batatas, caule, folhas.

A respeito da motivação toponímica do povoado ribeirinho itapecuruense Mandioca, temos o registro histórico do início do século XX, no Jornal maranhense A Pacotilha, noticiando que (sic):

O indivíduo José Romão, que residiu algum tempo em localidade d'este termo, ultimamente chegado do Pará, procurou-me em minha alludida residência, a pretexto de haver de mim a importancia de ordenados como ex-empregado de minha casa no lugar Mandioca, cargo que desempenhou com todo desleixo durante quatro ou cinco mezes, ha aproximadamente nove annos. (PACOTILHA, 1901, p. 3).

A partir dessa notícia do Pacotilha, podemos inferir várias informações sobre o Povoado Mandioca: (i) a contextualização geográfica do povoado, uma vez que ele é apresentado como *termo*, isto é, região ou território que se estende em torno de uma cidade, vila, neste caso, uma comunidade circunvizinha do município e do Rio Itapecuru; (ii) a ocupação dessas terras por um donatário que a usufruía e que tinha posses; (iii) a existência documental do topônimo, comprovando, assim, seus mais de 2 séculos de nomeação, provavelmente sem alteração toponímica ao longo desse tempo.

³⁰ As sesmarias eram terrenos abandonados ou sem cultivos que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores para que estes fixassem moradia e, conseqüentemente, cultivassem. Dessa forma a ocupação territorial poderia desenvolver-se com fazendas, criações de gado, engenhos, entre outros.

Baseado no que foi elencado até aqui, podemos perceber que o povoado Mandioca tinha importância econômica no contexto do município de Itapecuru Mirim não só por ser uma sesmaria, mas porque lá havia intenso comércio fluvial entre 1840 e 1960, fazendo com que Mandioca se tornasse um porto ribeirinho de destaque, se consolidando como ponto de acesso a vários lugares da região como: Santa Joana, Santa Maria, Santo Antônio dos Gundes, além de povoados da região do Tingidor. O que, acertadamente, serviu para consolidar a motivação toponímica, já referenciada tanto para os moradores quanto para os transeuntes e comerciantes do lugar.

No que tange à etimologia da lexia mandioca, sabemos que é um étimo de origem Tupi, que para Sampaio (1987, p. 277) seria: “*many-oga*, procedendo de *manyba* ou *mandyba*³¹”. Nos dicionários gerais da Língua portuguesa, há registro de que mandioca se refere tanto à planta quanto ao arbusto. Para Maranhão (2012, p. 183), por exemplo “maniva é arbusto semelhante no lenho à macieira nova, com folhas retalhadas a modo de mão aberta. São várias as castas”. Vale ressaltar que castas para o autor se refere às variedades de mandioca que temos na América do Sul³², de onde a planta é procedente.

Para dicionaristas como Bechara (2011, p. 817): “Mandioca. [ó] (man.di.:o.ca) s.f. 1. (Bot.) arbusto nativo da América do Sul, cuja raiz tem casca grossa marrom-escura e tubérculos carnosos de cor branca. 2. Essa raiz rica em amido, de que se faz farinha comestível; aipim, macaxeira”. Esses valores semânticos refletem o termo a nível de Brasil, assim como é encontrado em Houaiss (2010, p. 500): “man.di.o.ca s.f. 1. Arbusto cultivado pelas raízes, muito semelhante às do aipim, embora sejam Ger. Mais venenosas e freq. Us. apenas para a produção de farinha de mandioca e ração animal 2. raiz dessa planta. COL. Mandiocal”. Percebe-se que há poucas distorções nestes valores semânticos por haver uma grande dispersão da cultura por todo o país.

³¹ As variações dos Tupis: *manyba*, *mandyba* e *maniva* também são usadas como topônimos nas áreas adjacentes ao Rio Itapecuru, a exemplo de Maniva, topônimo do município de Santa Rita, que por estar há mais de 2 km da margem do rio Itapecuru, não foi inserido no *locus* desta pesquisa.

³² Nos países hispânicos sul-americanos onde percebemos a presença marcante da mandioca não só na gastronomia quanto nas lendas incas, maias e astecas, a mandioca é chamada de *yuca* e é considerada como alimento presenteado pelos deuses.

É de fundamental importância frisarmos que o étimo mandioca, por vias do consumo humano e animal, e pela comercialização de subprodutos, como farinhas, tapioca³³, bolos, doces, bebidas, acabou se difundindo para outros continentes, chegando a ser cultivado em Angola, Moçambique, Índia, China, Espanha e Portugal. A respeito desta exportação da farinha de mandioca para Portugal, Lima (1998, p. 144)

Afirma que, já no século XVIII³⁴, em 1797, “D. Rodrigo de Souza Coutinho dirigiu-se ao governador do Maranhão D. Fernando de Noronha, transmitindo-lhe ordem régia de sua Majestade para que fosse facilitado o cultivo da farinha-de-pau e sua remessa para o reino. (LIMA, 1998, p. 144).

Assim, os povos destes países também se apropriaram desta palavra tipicamente nativa do Brasil e a partir da etimologia de *mandioca* podemos perceber a grande influência que têm as línguas indígenas na nomeação de lugares no Maranhão. Neste caso, se trata da adoção e manutenção de uma palavra do tupi que, mesmo tendo seu uso proibido com a Lei Pombalina, foi sobrevivendo nessas pequenas amostras de resistência, isto é: (i) no uso de indigenismos para nomeação de elementos da terra/flora; (ii) na literatura oral, com as lendas e relatos que justificam o surgimento de seus ninhos e elementos étnicos; (iii) de algumas técnicas agrícolas de plantio e colheita de produtos como o milho, mandioca, abóbora, feijão, batata doce; (iv) na gastronomia com elementos da fauna e da flora, no consumo de alimentos *in natura* ou cozidos, moqueados, assados; (v) na medicina popular com o manejo das ervas medicinais, em técnicas de caça e pesca; (vi) na alimentação de animais domésticos, aproveitando-se a casca e, da caroeira³⁵ para porcos, cavalos, jumentos, burros que servem muito em todo o processo de transporte das raízes;

³³ A tapioca propriamente chama-se *typyok-u* (ou *typyakuf*, em tupi; *typyoka* ou *typyaka* é a água em que se precipita a *typyok-u* (-a tapioca. Como vemos, em português o precipitada tomou o nome de água em que a sedimentação se opera. Em lugar de *typity*, leia-se *tepití*. (SAMPAIO, 1987, p. 166).

³⁴ Para mais detalhes quantitativos e históricos da cultura e da produção de farinha de mandioca no Maranhão, entre os anos de 1800 – 1850, recomendamos a consulta ao conteúdo de Assunção (2015, p. 419, 469, 470, 471).

³⁵ CRUEIRA corr. *Curuéra*, troços, fragmentos; pedaços da mandioca ralada que não passam na peneira. (SAMPAIO, 1987, p. 230).

(vii) em usos, costumes e hábitos que incorporamos a nossa rotina, como comer de cócoras, fazer punhados de comida para levar à boca, dormir na rede, entre outros.

No que tange aos indigenismos, ou seja, às contribuições de palavras, construção ou locução das línguas indígenas que foram tomadas de empréstimo pela Língua Portuguesa, muitas foram mantidas, outras foram adaptadas à grafia lusitana, mas o certo é que, na toponímia maranhense, é significativa a presença de nomes de lugares/topônimos indígenas, conforme podemos evidenciar na nomeação dos municípios do nosso Estado: Anajatuba, Bacabeira, Mirinzal, Itapecuru Mirim, Bacuri, Bacurituba, Peri-Mirin, Camboa, Anil, Bacanga, Itapiracó, entre outros.

No município de Itapecuru Mirim, essa regra que vale para o Estado, também se aplica, uma vez que temos muitos topônimos de origem indígena, caso do Povoado Mandioca, cujo étimo *mandioca* está entre as “plantas nordestinas mais significativas no contexto regional, apesar da sua generalidade por todo o território” (DICK, 1990, p. 164). O que a pesquisadora põe de relevo é que entre os topônimos que são de origem física porque resgatam elementos da natureza, a planta da mandioca figura como uma entre as principais que são usadas para nomear lugares no território nacional, essa é uma das importâncias desse fitotopônimo, a de memorizar no coletivo nacional um elemento da flora nacional de fundamental importância na economia e cultura do brasileiro.

Além de valorizar a presença da mandioca na toponímia nacional no norte, nordeste, centro-este, também valoriza as suas variações fitotoponímicas: Carimã, Croeira, Tapioca, Tapiti³⁶, Tipiti, Manituba e Maniva. Dick (1990, p. 195-196) nos assegura que:

A importância e a função motivadora da vegetação na toponímia estão, portanto, caracterizadas, não apenas na variedade de fatores determinantes, (...), como, também, no processo distributivo dos nomes das áreas específicas de referência, de acordo com o elemento predominante. De maior valia para o estudo científico se torna, assim, o topônimo, quando a espécie por ele lembrada se encontra em conjunção com a área geográfica de sua ocorrência. (DICK, 1990, p. 195-196).

³⁶ Moída a mandioca, expremiam-na num cesto tubular elástico, feito de folhas de palmeira, a que chamavam typity (tipiti) e que alguns, erroneamente, dizem tapity. (SAMPAIO, 1987, p. 166).

A partir dessa afirmativa da pesquisadora, pontuamos que o povoado Mandioca reflete exatamente isso por ter sua nomeação motivada por fatores: (i) econômicos, por ter surgido em área de porto fluvial e de sesmarias; (ii) físico-geográficos, por ser comunidade ribeirinha e rural, onde há a grande incidência da agricultura familiar e/ou de subsistência; (iii) étnico-cultural, por ser demarcada, delimitada como sendo parte integrante de uma comunidade remanescente quilombola, comprovando, dessa forma, que:

A língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. A língua não é somente a expressão da 'alma' ou do íntimo, ou do que quer que seja, do indivíduo, e é, acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se seus membros fossem a sua boca. (MEY, 1998, p. 76-77).

Na literatura, cuja temática gira em torno do ameríndio, são abundantes as lendas ou mitos etiológicos, isto é, aqueles que explicam a origem de seres, coisas, técnicas, instituições da cultura indígena. Dessa forma destacamos a publicação de Savary (2016), que é uma obra publicada pela Embaixada da Espanha que trata das lendas da Amazônia. No livro, de edição bilíngue Português/Espanhol, Gómez Platero (2011) aborda 17 lendas, dentre elas encontramos a que trata da mandioca. Tanto a narrativa de Savary (2016) quanto a de Platero (2011) conta que a filha do cacique de uma tribo tupi engravidou sendo virgem/sem namoro, pariu uma indiazinha chamada Mani, que adoeceu misteriosamente e morreu antes dos dois anos de idade, após a morte de Mani, as mulheres e todas as pessoas da tribo regavam diariamente a cova da cunhã com água do rio, ocorre que um dia,

Para gran sorpresa y alegría de todos los miembros de la tribu, del suelo donde estaba enterrada la bella Mani, brotaron algunas hojas y una majestuosa planta con fuertes raíces gruesas. Más tarde, se descubrió que las raíces, una vez cocidas, se convertían en un excelente alimento muy nutritivo y sabroso. Todos los indios se reunieron, (...), em que la bella india, madre nostálgica de la pequeña Mani, en memoria de su hija, le dio a aquella planta el sugerente nombre de maniva. (GÓMEZ PLATERO, 2011, p. 31)³⁷.

³⁷ Para grande surpresa e alegria de todos os membros da tribo, do chão onde estava enterrada a bela Mani, brotaram algumas folhas e uma majestosa planta com fortes raízes grossas. Mais tarde,

Na medicina popular maranhense, a mandioca ou seus subprodutos estão presentes nos mais diversos usos, a exemplo: (i) do mingau da farinha seca ou de puba que é usado para aumentar o leite das parturientes/mulheres paridas; (ii) do cataplasma³⁸ da farinha seca ou farinha d'água, que é usado para dores e inchaços; (iii) do costume de engolir punhados ou caroços de farinha d'água para desengasgar de espinhas de peixe; (iv) do uso da macaxeira dissolvida no vinho branco para curar/tratar sífilis; (v) do cataplasma da raspa da mandioca para curar/tratar erisipela; (vi) do uso da cachaça ou álcool misturado à tapioca com mel de abelha para tratamento de queimadura de sol.

Na gastronomia, os usos da mandioca são tão abundantes quanto os da medicina popular, uma vez que as guloseimas preparadas a partir dos subprodutos ou partes da planta/alimento levam qualquer amante das farinhas, tapiocas ou bebidas a cometerem o pecado da gula. Dessa forma, temos duas espécies de mandiocas, a amarga e a doce, o que difere uma da outra é que a primeira é venenosa e precisa de tratamento especial para expurgar o veneno, já a segunda pode ser consumida sem tratamento especiais.

PLANTA	PARTES	PRODUTOS
Mandioca amarga/brava	tubérculo/raiz/batata	farinha d'água/amarela, farinha seca/branca grossa ou fina/mimosa, farinha carimã/massad'água ou puba, pirão, farofa, papas, mingau suco/molho tucupi ³⁹ , tiquira
Mandioca doce/mansa//macaxeira/aipim	tubérculo/raiz/batata	tapioca de caroço, tapioca fina, polvilho, goma, bolo, pudim, beiju, maniocaba ⁴⁰ consumida cozida, assada, frita, em forma de purês

³⁸ Cataplasma é uma espécie de papa medicamentosa feita de farinhas, polpas ou pó de raízes e folhas que se aplica sobre alguma parte do corpo dolorida ou inflamada. Lima (1998, p. 126) explica que para

descobriram que as raízes, quando cozidas, se convertiam em um excelente alimento muito nutritivo y saboroso. Todos os índios se reuniram, (...), a ela índia, mãe saudosa da pequena Mani, em memória de sua filha, deu à aquela planta o sugestivo nome de maniva (GÓMEZ PLATERO, 2011, p. 31).

fazermos um cataplasma é necessário triturar as ervas até que virem um pó, misturar água e farinha de mandioca e aplicar quente no local doente, entre dois ou três pedaços de pano.

³⁹ TUCUPI corr. Tycú-pi, a decoada picante; o molho dos índios, feito com o sumo da mandioca [...]. (SAMPAIO, 1987, p. 338).

⁴⁰ Mingau feito com o suco da macaxeira e arroz.

Caule	usado como pedaços/toras para plantio	usada como se fosse espinafre
Folhas da mandioca mansa		usada como se fosse espinafre

No que se refere ao tucupi, Lima (1998, p. 147) explica que esse “suco é no começo venenoso³⁸, mas depois de fermentado torna-se bastante inofensivo para servir de bebida.” Acrescenta ainda que esse líquido pode ser “misturado com sal, pimenta e alho e se transforma no tucupi simples e, quando fervido ao fogo, é chamado de tucupi cozido, excelente molho para caça ou pescado”. Os bons glutões de plantão quando ouvem tucupi, o associam também ao irresistível pato no tucupi, ao tacacá, iguarias paraenses! Já nós maranhenses não resistimos a uma garrafada de pimenta feita com o tucupi! Isso fica evidente ao lermos Lima (1998, p. 149).

A farinha é sempre bem-vinda à mesa maranhense, d’água ou seca, escaldada como pirão, em farofa torrada ou molhada, no angu, engrossando o chibé, com café, leite, melado, socada com carne na paçoca, acompanhando a manga, o abacate, a melancia, encorpando a juçara, o buriti. (LIMA, 1998, p. 149).

Salientamos ainda que poucas palavras representam tão bem a cultura e a língua dos nativos como mandioca, pois, desde os primeiros registros de que temos notícia, ela aparece atrelada aos hábitos alimentares dos aborígenes, além de estar nos rituais sagrados da religião cristã na América do Sul, quando os seus derivados farinhas, beijus e bolos são produzidos durante as ceias de Natal, Semana Santa e festejos tradicionais, sem esquecer é claro da *tiquira*³⁹.

³⁸ De certa qualidade de mandioca, a brava, extrai-se um líquido amarelo que, após ferver, torna-se um veneno perigosíssimo chamado curare (GÓMEZ PLATERO, 2011, p. 26).

³⁹ Bebida, aguardente, obtida a partir da fermentação da polpa da mandioca, legada a nós pelos povos originários/indígenas.

Há pelo menos 9 mil anos, os indígenas sul-americanos domesticaram a mandioca, raiz que hoje é um dos alimentos mais básicos da população brasileira. O estado de Rondônia foi o pioneiro no plantio da raiz, que se espalhou por todo o território brasileiro e foi recebendo diversos nomes, conforme a língua da tribo ou da variedade cultivada. (MENDONÇA, ALVES, 2020, p. 123).

Estudiosos das coisas do Maranhão, como Lima (1998), Maranhão (2012) e Mendonça e Alves (2020), fazem um arcabouço detalhado sobre a planta e o tubérculo. Esses pesquisadores são enfáticos em afirmar que há duas espécies de mandiocas: a amarga e a doce, como podemos evidenciar a seguir na afirmação de Maranhão sobre a planta que:

Produz na raiz uma espécie de batata denominada mandioca, comprida e grossa de casca áspera e grossa. Desta batata descascada, ralada, bem espremida, e depois torrada em grandes alguidares de barro ou cobre, chamados fornos e assentados sobre fornalhas, aqui se faz a farinha chamada da terra, e em Portugal, farinha-de-pau, e que serve de pão aos habitantes do país. (MARANHÃO, 2012, p. 183).

No que se refere à técnica de plantio e fabricação de farinhas da mandioca, tradicionalmente o processo dessa cultura ainda é familiar ou de subsistência e obedece ao seguinte processo: (i) preparo do terreno/roça⁴⁰ com queima, arrancamento de tocos, adubagem com as coivaras⁴¹; (ii) abertura de covas, de tamanhos regulares, de 5 a 6 polegadas para o plantio do caule; (iii) consórcio do plantio da mandioca com outros produtos alimentícios, como o milho, melancia, feijão, maxixe, quiabo, vinagreira, para otimizar o uso do terreno; (iv) arrancamento da mandioca ou colheita dos tubérculos/raízes/batatas, no período de 12 e 24 meses, a depender da terra, do clima e da necessidade do agricultor; (v) ocorre também antes de se chegar a

⁴⁰ Roça [ó] (ro.ça) s.f. 1. Ato ou efeito de roçar. 2. Terra de lavoura, geralmente pequena; plantação, roçado. 3. Pequena propriedade rural, onde se cultivam produtos hortifrutigranjeiros e se cria pequeno gado. 4. A zona rural; o campo (por oposição à cidade): Mora na roça mas os filhos estudam na capital. (BECHARA, 2011, p. 1136).

⁴¹ Coivaras. S. f. ramagens a que se põe fogo para limpar um terreno e adubá-lo com as cinzas. (HOUAISS, 2010, p. 175).

casa de forno um grande convívio social nessas roças dentro dos tijupás⁴², onde a farinha de mandioca, por conta da praticidade, é o principal alimento; (vi) processo primitivo de industrialização caseira com a lavagem, descascamento, moagem, fermentação, prensa da massa e torragem na casa-de-farinha (Cf. foto 2).

Foto 26: agricultor torrando farinha seca.



Fonte: Acervo do Autor (2021).

Quanto à técnica de fabricação da farinha de puba, toda a carga de mandioca/tubérculos é posta num local chamado de pubeiro⁴³ (Cf. foto 3), que pode ser em igarapés, fontes ou tanques de cimento. Lá fica depositada de 2 a 3 dias para que possa amolecer ou mesmo apodrecer, para então obter um tipo de massa de mandioca fermentada (a massa de puba), que pode ser usada para fazer iguarias gastronômicas. Dessa forma, o processo é simples: (i) a mandioca é posta no rio para amolecer e é protegida das correntezas com palhas de babaçu; (ii) na sequência ela é retirada do rio e transportada em jacás, no lombo de animais de carga para a casa-de-farinha; (iii) lá a mandioca é processada a

⁴² TEJUPÁ corr". Teyí-u-paba, a estância ou pouso onde vive o povo, a rancharia, pois que teyi é a comunidade, a gente em conjunto. Teyiupá ou Teyupá, forma contrata no guarani, é a rancharia. Alt. Tejupar, Tijupá. (SAMPAIO, 1987, p. 332).

⁴³ Local com água onde se põe a mandioca por um período determinado de dias, até ela ficar mole o suficiente para ser retirada a sua casca, ou seja, ser descascada. O processo facilita ainda a retirada da toxina que há nas raízes da planta.

partir da prensa no tapiti para enxugar a massa obtida; (iv) a massa obtida é torrada, transformando-se em farinha.

A maneira como as pessoas se relacionam com a farinha varia muito de região para região do Brasil, mas especificamente no Maranhão em quase tudo é adicionado um bom punhado de farinha: carne, arroz, juçara, peixe, manga, camarão, murici etc.

Foto 27: pubeiro em igarapé



Fonte: Acervo do Autor (2021).

Vale lembrar que, caso a farinha seja seca ou branca, o que difere desses dois processos de fabricação⁴⁴, acima descritos, é o ato de pôr no pubeiro, pois a farinha seca não precisa apodrecer as raízes na água para ser produzida. Outra curiosidade a respeito do manejo da mandioca para consumo, muito comum nas casas de forno/casa-de-farinha, é o hábito dos agricultores fazerem um tipo de lanche com a farinha escaldada, isto é, quando ela não possui mais a toxina que já fora extinta pelo calor do forno e ainda não secou o suficiente, eles a temperam com sal, pimenta, limão, cheiro verde e se come com peixe assado, camarão, carne seca etc. Em algumas regiões do município de Itapecuru Mirim e Presidente Vargas, essa iguaria é chamada de cafofa, no vale do Itapecuru, é

⁴⁴ “A técnica de cultivar maniva e de fabricar farinha de mandioca é assaz conhecida, ao ponto de dispensar descrição. Mudou pouco desde a época colonial: ainda hoje se fabrica farinha d’água e farinha seca com técnicas tradicionais pelos interiores do Estado, a inovação mais importante sendo que hoje o caititu é pulsado à motor”. Assunção (2015, p. 198).

mais conhecida como macaco e se come ali mesmo nas consagradas casas de forno⁴⁵.

5.3.2 O Fitotopônimo Pequi

Quando um determinado grupo populacional decide se identificar como pertencente a um local de habitação e assim fixar residência lá, uma das primeiras particularidades que aflora é o da nomeação daquele chão, que será a partir de então, o ponto em comum para todos. Mas, ao contrário do que possa parecer o nome dado ao lugar, isto é, o topônimo, não é algo simplório, não é desprovido de significação comunitária para aqueles que o usam, mas também um fator de identidade social, de identificação de um coletivo.

No que se refere à toponimização da comunidade ribeirinha/remanescente quilombola itapecuruense Pequi, lançamos mão de algumas indagações que favorecem o entendimento dessa importância da nomeação desse lugar com o nome de uma árvore frutífera, quais sejam: (i) Houve um fator único para a nomeação deste povoado, com um termo nativo Pequi? (ii) O caráter gastronômico teve relação direta na escolha e permanência desse topônimo? (iii) Que importância local, municipal, estadual, regional ou nacional teria um elemento da flora na gastronomia, na medicina popular, na língua, na literatura, na história de vida das pessoas de um determinado lugar?

Foto 28 Início do povoado pequi .



Fonte: Acervo do Autor (2021).

⁴⁵ “A casa de farinha, local específico para a sua fabricação, consistia em uma construção rudimentar com todos os apetrechos (caititu, forno, tipitis etc) que geralmente era usada por várias unidades domésticas ou mesmo povoados inteiros. A casa de farinha constituía-se então em outra oportunidade de interação social dos camponeses. Assunção (2015, p. 198).

Partindo da sede do município de Itapecuru Mirim para se chegar ao povoado Pequi⁴⁶, o viajante terá que passar pelos povoados de Campestre, Coqueiro, Barriguda, Campo Rio. Ao transpor o Igarapé da Passarinha, depois de percorrer 9 km, alcançará o povoado ribeirinho denominado pelos seus habitantes há mais de 200 anos de Pequi. No entanto, para quem vier do povoado Javi só terá de passar por Mandioca e chegará ao destino final. Observamos o fato, de até meados de 1980, esse trajeto ser feito exclusivamente pelo leito do rio Itapecuru, o que aumentava o percurso em mais de 12 km, mas que colocava estes dois espaços geográficos em uma relação de íntima dependência e de grande tráfego.

Sobre as características gerais da localidade itapecuruense, Pequi é um povoado composto por 18 moradias onde residem 22 famílias (SANTANA, 2018, p. 122). Boa parte das casas são de alvenaria proveniente de programas habitacionais de assentamento, mas ainda é possível encontrar as habitações de madeiras e barro cobertas por palhas de babaçu. Pelo viés histórico, as primeiras citações referentes a este topônimo são do período das sesmarias e datam do século XVIII, Coutinho (2005). Outro fato interessante, que não podemos deixar de destacar, é que devido à presença de remanescentes de escravizados, a povoação está certificada como quilombola pela Fundação Palmares e pertence ao Território Quilombola de Santa Maria dos Pretos.

No que tange à historicidade do topônimo Pequi, o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão (1858 a 1868) apresenta o nome Dona Anna Joaquina de Souza, proprietária e lavradora no Povoado Pequi. Além desta informação ser relevante pelo caráter histórico, ela nos ajuda a esclarecer a sua origem de sesmarias do lugar, uma vez que a senhora descrita acima é descendente dos primeiros europeus a fixar residência nesta parte do município de Itapecuru Mirim, outrossim demonstra a existência de uma produção agrícola.

Quando o povoado se transformou numa fazenda agroexportadora⁵⁰, ainda no século XIX, já era citada como Pequi nos documentos oficiais do

⁴⁶ No mapa do Ministério do Exército, Departamento de Engenharia e Comunicações, da Diretoria de Serviço Geográfico (nº MI 610, 1980), figura a descrição geográfica e a fixação do Termo Pequi como um povoado ribeirinho do rio **Itapecuru** no município de Itapecuru Mirim. ⁵⁰ Produzindo principalmente arroz, algodão, milho e mandioca.

governo. Desse período do Império do Brasil, no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão (1858, 1868. p.1881), consta o nome de “Domingos Gonçalves Nina, como proprietário do povoado (Piqui)”. A respeito dessa citação do Almanak Administrativo, vale observar que pequi está escrito com *í* (*píqui* > *pequi*; *píquizeiro* > *pequizeiro*), uma vez que a língua escrita imitou, nesse caso, a falada, porém houve a alteração toponímica ortográfica para a atualmente usada.

Ainda sobre a variação ortográfica, mas também sobre as variantes diatópicas de *píqui* > *pequi*; *píquizeiro* > *pequizeiro*, é importante evidenciar que esse fenômeno linguístico ocorre não só entre os falantes ribeirinhos/remanescentes quilombola de Itapecuru Mirim ou do Maranhão, mas no país todo, uma vez que a árvore e, conseqüentemente, seu fruto, são típicos de nosso território, como atesta Houaiss (eletrônico): “árvore (*Caryocar brasiliense*) nativa do Brasil (MG, SP; C.-O.), de grandes flores esverdeadas ou brancas e drupas tb. grandes, com polpa alaranjada; amêndoa-de-espinho, grão-de-cavalo”.

Observamos que na toponomástica local há ocorrências também para o léxico derivado de pequi/piqui, como é o caso da lexia piquizeiro, que aparece no Bairro Aviação de Itapecuru Mirim, nomeando a Rua do Piquizeiro, que, por sua vez, faz referência a uma enorme árvore dessa espécie que existia em uma de suas esquinas. Já piquizeiro, como referência toponímica ao povoado, pode ser encontrado no Jornal DIARIO DE S. LUIZ. (1922, p. 6), 12 de janeiro, como podemos evidenciar na sequência:

Ao senhor Delegado de Polícia do município de Itapecurú-Mirim [...] Chegado ao meu conhecimento que o sr. Julio Antonio de Jesus e outros estão roçando nas terras denominadas “Piquizeiro” junto a Mandioca, de propriedade do sr. João Antonio de Siqueira Guilhon [...] (sic). (DIARIO DE S. LUIZ, 1922, p. 6).

Outra notícia de jornais das primeiras décadas do século XX reforça a permanência da nomenclatura toponímica, a questão do cultivo da terra e da variação ortográfica dessa lexia denominativa, como é o caso do Jornal Diário De S. Luiz (1928, p. 3), 27 de agosto, no edital de demarcação de terras de:

[...] João Antonio de Siqueira Guilhon e sua esposa D. Mariana Marques Guilhon, os quais pretendem demarcar judicialmente as suas terras denominadas Poções, Mandioca, Piquizeiro e Passarinhos todas limítrofes e situadas no termo do Itapecurú-Mirim [...]. 399 braças de no lugar “Piquizeiro” também constantes no doc. N. 2 compradas ao referido Sérgio Araújo [...] todas ellas limítrofes na ordem aqui mencionadas-rio Itapecurú [...]. (DIARIO DE S. LUIZ, 1928, p. 3).

No que tange à etimologia da palavra, os lexicólogos/pesquisadores Cruz (1985, p. 82), Sampaio (1987, p. 289), Houaiss (eletrônico) estão de acordo que pequi é um étimo de origem tupi que teve variações ortográficas nos seus primeiros registros, conforme podemos evidenciar:

Foto 29: Pequi com casca



Cruz (1985, p. 82)	py-qui
Sampaio (1987, p. 289)	pequi. Cf. piqui
Houaiss (eletrônico)	tupi <i>pe'ki</i>
Bechara (2011, p. 972)	pequi (pe.qui)

Fonte: Acervo do Autor (2022)

Independentemente do caráter histórico-toponímico e ortográfico dos quais já abordamos até aqui, valem as seguintes ressalvas a respeito do étimo pequi: (i) é a designação comum da árvore e de seu fruto/drupa; (ii) o fruto ou drupa apresenta muitíssimos espinhos no interior do seu caroço e não na casca, dizem que se um desses finíssimos espinhos perfurar a língua das pessoas, ele não sairá de lá; (iii) o fruto ou drupa pode ser chamado também de *pequiá*, *piquiá*, *amêndoa-de-espinho*, *grão-de-cavalo*, *pequerim*, *pequiá-bravo*, *pequiá-pedra*, *piquiá*, *suari* (HOUAISS ELETRÔNICO); (iv) do caroço do fruto podemos

aproveitar a poupa para comer cozida, fazer licor, há várias iguarias gastronômicas, da semente pode ser extraído óleo aromático; (v) árvore ou pé de pequi, a madeira é apreciada na construção naval.

Foto 30: Pequi, piquizeiro, pé de pequi.



Fonte: Acervo do Autor (2022).

Como adendo, lembramos que a variedade do pequi que ocorre no Maranhão difere da de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, pois, enquanto por esses estados a altura média do pé de pequi/pequizeiro é de 5 m, aqui no Maranhão chega facilmente aos 20/ 50 m. Isso acontece devido à influência do clima pré-amazônico, característico dos estados da Amazônia Legal à qual o Maranhão pertence.

Na literatura de origem oral e indígena, Noletto (2021), ao tratar das lendas dos frutos amazônicos, diz que o pequi nasceu do amor entre Tainá Racan e Maluá, que perdera seu amado durante uma batalha e por isso:

[...] das suas lágrimas nascerá uma planta, que crescerá como uma árvore copada. Ela dará flores cheirosas que as pacas, veados, capivaras e os lobos virão comer nas noites de luar. Depois, nascerão frutos. Dentro da casca verde, os frutos serão dourados como os cabelos de Uadi. Mas a semente será cheia de espinhos, como os espinhos da dor de seu coração de mãe. Seu aroma será tão tentador e inesquecível, como você o será sempre para o seu amigo jacaré. E aquele que o provar, jamais o esquecerá. (NOLETO, 2021, p. 1).

Percebamos que a partir da morte do amado de Tainá-Racan (Uadi), a vida recomeça, pois o pequi agora se transforma em fruto de alimentação tanto

humana quanto animal e estes servem como disseminadores da semente, uma vez que alguns roedores, pacas, cotias se alimentam do fruto que só está bom para consumo quando cai. Ainda sobre o cultivo/plantio/uso do pequi, Noletto (2021, p. 2) acrescenta que:

[...]ainda hoje, muitos índios plantam mudas de pequizeiros ao nascimento de cada bebê; e fazem também grande festa na época da colheita dos frutos – Mapulawache, a Festa do Pequi, cheia de brincadeiras provocativas e que despertam a sexualidade entre jovens indígenas, homens e mulheres. E, muito alegres e brincalhões, dizem que o cheiro do pequi lembra o sexo das índias, por isso, quem os come, se enche de amor e tem muitos filhos. (NOLETO, 2021, p. 2).

A árvore possui grande número de galhos, o que lhe confere uma copa muito singular destacando-se de longe o diâmetro de seu caule, que atinge 4 m em média. Maranhão (2012, p. 187) corrobora na compreensão no valor descritivo destas informações quando afirma:

pequizeiro, árvore muito grande, com folhas quase do comprimento do da vide, porém mais estreita. O fruto ou o pequi é da grandeza do bacuri, de casca grossa esverdeada, massa branca e oleosa, que depois de cozida fica amarela, e se come; o caroço é do tamanho do ovo de galinha, feição de rim, substância alguma tanto dura, e semeada de penetrante espinhos, que saem de um ouriço central, o qual se encerra uma amêndoa muito oleosa. (MARANHÃO, 2012, p. 187).

O conhecimento popular dos habitantes dos povoados aqui pesquisado é muito rico em todos os usos do pequi. Isso não significa que todos o consomem, mas que todos os nativos o conhecem. Em todos os povoados pesquisados existe a árvore, ou seja, o pequizeiro. Como exemplo muito peculiar, podemos citar que até mesmo a flor do pequi tem uma utilidade além de servir para geminar o fruto, pois os ribeirinhos, quando encontram um pé com muitas flores em seu redor, sabem que ali é um local propício para caçar alguns animais selvagens que se alimentam da mesma, jabutis, pacas, cotias e tatus são os principais. No entanto, não há relatos nesta região de algum outro uso, que não seja este. Por exemplo, não se usa para remédios, culinária ou produção de óleos, perfumes ou aromatizantes derivados da flor do pequi.

Figura 31 – pequi sem casca pronto para ser cozido.



Fonte: Acervo do Autor (2022).

Os maranhenses e, dentre eles, os ribeirinhos/remanescentes quilombolas possuem uma forte ligação com o pequi fruto, tanto no que tange à coleta quanto ao preparo de iguarias a partir do fruto. Na culinária, por exemplo, começa-se dando pequenos cortes no pericarpo (parte do fruto que envolve a semente) para acessar o caroço, que geralmente é apenas um, entretanto com bastante frequência são dois caroços por fruto (Cf. foto). Após a sua separação da casca, coloca-se o mesmo em água fervente com sal ou junto de arroz, feijão, galinha ou outro alimento, até ficar pronto (cozido) para ser degustado, principalmente com farinha de mandioca. É interessante ressaltamos que há também uma variedade de pequi que se consome crua.

Diante de tudo que apontamos até aqui, fica evidente que toda a cultura alimentar e herança linguística que está impregnada no vocábulo da flora local, pequi, foi memorizada, valorizada e imortalizada no fitotopônimos e é um reflexo da herança dos primeiros habitantes do Maranhão que ainda tem remanescentes em Itapecuru Mirim, prova disso é o topônimo do Povoado Pequi ter sido nomeado com um étimo do Tupi e ter permanecido até hoje, fato esse reafirmado por Sapir (1969, p. 46) quando assevera que: “não são especificamente a fauna ou os elementos topográficos da região que uma língua reflete, mas o interesse da nação nesses traços ambientais”.

O topônimo aqui analisado reflete mais do que o povoado ou uma determinada região geográfica ribeirinha do Itapecuru (rio e município

maranhense), mas vai além disso, traz reflexões sobre a flora e toda uma carga simbólica descritiva da fixação e domínio humano no espaço geográfico do nosso estado, como é demonstrado por Dick (1992) ao defender o topônimo como um signo linguístico pertencente ao léxico e assim, ao ser recuperado, passa a refletir de certa forma a própria mentalidade coletiva.

Em síntese, apesar de as línguas dos povos originários terem sofrido sanções legais da Lei Pombalina que proibia seu uso, elas não desapareceram por completo, ao contrário, permanecem vivas na nomeação, nos costumes, na culinária, na medicina popular, na literatura e, evidentemente, na língua falada/usada atualmente no país. Exemplo disso é a nomeação de lugares a partir do tupi. Isso nos comprova não só a força e a resistência que tem a adoção de um étimo para nomear um lugar, mas a importância local, estadual e/ou nacional desse elemento na vida das pessoas. Neste caso, as pessoas que moram às margens do rio, que moram em comunidades remanescentes de quilombos, que vivem da agricultura, da caça, da pesca, da colheita/catação de frutos para a alimentação.

5.3.4 O Litotopônimo Barreira

As buscas pela identidade dos povos e seus locais de habitação remontam a épocas embrionárias da sociedade moderna. A título de informação, podemos citar o valor agregado pelos sumérios, egípcios, gregos e romanos que eram exímios conhecedores dos seus fatores identitários e, respectivamente, dos seus topônimos. Por isso, Dick (1990) nos informa que os topônimos são verdadeiros testemunhos históricos dos povos que ali habitam ou habitaram. Neste sentido, temos o topônimo Barreira⁴⁷, resgatando um aspecto físico do município de Itapecuru Mirim, classificado como Litotopônimo, uma vez que resgata, memoriza e imortaliza aspectos da natureza ambiental.

Nas taxonomias de Dick (1990), os Litotopônimos são aqueles de aspecto mineral, relativos à constituição do solo, dessa forma refletem, como a

⁴⁷ Esta nomenclatura batiza um outro povoado que faz parte do município de Rosário (próximo a Itaipu), que apesar de fazer parte da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru, não está dentro do raio dos 250 m da margem deste rio que delimita esta pesquisa.

um espelho, o aspecto do solo do qual se referem ou retratam, isto é, muitas vezes servem como registro fotográfico, já que podem ser vistos a olhos nus (Cf. Foto 2), literalmente. Neste caso específico, o Litotopônimo Barreira tem motivação toponímica em um conjunto de barreiras.

Foto 32: Povoado barreira



Fonte: Acervo do Autor (2022).

A motivação toponímica por trás da nomeação de Barreira tem uma estreita relação com a localização geográfica desse povoado. Terá como ponto de partida a sede do município de Itapecuru Mirim, tendo como rota o sentido sul – norte pelas águas do rio Itapecuru, com um percurso de aproximadamente 12 km, onde pode ser visualizado encrustado na margem esquerda deste rio, nos limites da foz do Igarapé Flecheiras, as maiores barreiras⁴⁸/lajeiros ou paredões da região ribeirinha do rio no município homônimo, Itapecuru.

Há caminhos por terra para se chegar ao povoado Barreira e as opções são: (i) seguir a linha férrea da Rede Ferroviária Nacional S.A – REFESA, pela margem esquerda do rio, passando pelos povoados de Brasilinha e Caixa D’água até se chegar ao destino; (ii) seguir pela margem oposta do rio Itapecuru fazendo o percurso até a comunidade Campo Rio, onde ocorre a travessia de canoa para Barreira, sendo esse o caminho mais utilizado pelos moradores para ir até a sede do município; (iii) partir da sede do município pela BR 222 até o seu

⁴⁸ Para Curvelo (2009, p. 80): “Barreirinhas”, nome de um município maranhense, que possui características similares a Barreira, também é um Litotopônimo.

entroncamento com a BR 135, de lá seguir até ao povoado Santana já no município de Santa Rita para se dirigir à direita da BR 135, transpondo os povoados Kelru, São Patrício, Boa Vista e Pirinã, onde se fará o caminho norte sul para se alcançar Barreira.

O povoado Barreira é certificado pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente Quilombola, lá moram 30 famílias em 22 casas, (SANTANA, 2018, p. 120) que, na sua grande maioria, são pescadores, agricultores ribeirinhos do Itapecuru. Para entendermos como se processou a motivação toponímica do lugar e a grafia do topônimo no singular e não no plural (Cf. figura 1), é necessário observarmos, além das influências geográficas e sociais, as de cunho histórico documental e bibliográfico, uma vez que todas essas características corroboram para o entendimento da manutenção do topônimo na atualidade, apesar do tempo de uso dele.

Foto 33: Início do povoado barreira



Fonte: Acervo do Autor (2022).

Em pesquisas históricas-documentais do povoado Barreira, no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão (1859, p. 292), na sessão dos produtores de açúcar da Ribeira do Itapecuru, encontramos o nome de: “Manoel Gonçalves do Desterro e Silva, como produtor e proprietário da comunidade Barreiras”. É importante observarmos que os registros históricos desta localidade trazem sempre a grafia no plural, isto é, “barreiras”, o que difere da referência que se tem atualmente, mas que além de enfatizar a analogia com os grandes paredões do rio, presentes no lugar, comprova a alteração

toponímica ortográfica do substantivo singular/plural (Barreiras, em 1859 e Barreira (Ø), atualidade). Dentro deste contexto, para Curvelo (2009, p. 80):

Elementos que se encontram intimamente ligados à água são os Litotopônimos encontrados no Norte Maranhense – Barreirinhas e Apicum-Açu não evidenciam somente o mineral barro ou o alagadiço do brejo, mas também a proximidade com o mar e os benefícios que este lhes proporciona. (CURVELO, 2009, p. 80).

Nos dicionários gerais da língua portuguesa podemos ver a respeito da etimologia e significado do termo barreira, em Houaiss (2010), por exemplo, temos o registro de que barreira pode se referir à escarpa sem vegetação à beira rio. Essa explicação justifica o fato de o signo toponímico ter sido cunhado pelos moradores a partir do que era visualizado por eles no leito do rio, ou do que se conhece como beira/beirada. Dick (1990, p. 125), por sua vez, destaca que geralmente aos topônimos de índole mineral aliam-se a natureza constitutiva dos solos ou dos terrenos onde estão inscritos, fenômeno que se aplica à região examinada.

Em Houaiss (digital), podemos perceber também que a lexia barreira (barra + eira) se refere ao local de onde se extrai barro; argileira, barral, barreiro, que é um terreno rico em argila. A partir daí cabe um questionamento: Qual uso o maranhense/o ribeirinho faz do barro/argila? A resposta a essa pergunta é bem simples quando observamos os hábitos de vida dos moradores de comunidades rurais ou não, que fabricam para uso próprio ou para venda: potes, bilhas/quartinha, copos, canecas/cumbuca, garrafa, alguidar, jarras, moringas, filtros, talha, fogão de barro, bacias, tigelas, panelas como o caldeirão, fogareiros, fornos de caieira. Além desses usos, destacamos também os usos na construção: tijolos, telhas, argamassa para fazer paredes de casas de taipa, fornos da casa de farinha (Cf. foto), forno para assar bolos, comidas.

Há também, os fornos de assar bolos que são feitos nos quintais das residências. Eles são feitos com barro amassado em estruturas suspensas e usados principalmente nas festividades de final de ano, semana santa e festejos religiosos. Estes detalhes da cultura maranhense se misturam a cuias, cabaças, cochos, tapitis, peneiras tanto nas chamadas casas de fornos pelo interior do estado, como em algumas residências dos chamados ribeirinhos.

Foto 34: suporte para forno de torrar farinha feito a partir do barro amassado.



Fonte: Acervo do Autor (2022).

De onde nos foi legado todos esses usos do barro? Certamente dos povos que sabiam usar esse produto natural que não exige conhecimento científico, acadêmico, especializado para usar. Povos ribeirinhos, remanescentes quilombolas, indígenas, que retiravam da natureza os elementos essenciais para sua sobrevivência nos aspectos mais simples do cotidiano, como podemos evidenciar quando listamos os utensílios domésticos que ora descrevemos a significação e/ou formas de fabricação manual:

UTENSÍLIOS	DESCRIÇÃO
alguidar	(do árabe al-gidár) é um vaso de barro, metal, material plástico, cuja borda tem diâmetro muito maior que o fundo, no geral, é usado em tarefas domésticas.
bilha	vaso bojudo e de gargalo estreito, geralmente feito de barro, é usado para guardar/armazenar água, leite, vinho e outros líquidos potáveis. Algumas bilhas têm tampa, podem ser de vários tamanhos, feitos e terem motivos decorativos florais, de frutos, pássaros e/ou relevos.

filtro	aparelho para purificar água, há vários formatos e processos para fabricação de filtros, um deles é a queima do barro para tornar esse recipiente mais resistente. Um grande fornecedor/fabricador de materiais de barro e entre eles filtros é o município maranhense de Rosário.
fogareiro	fogão de ferro, barro, alumínio, portátil, geralmente usado para cozer alimentos, há técnicas rústicas de cavar alguns relevos do chão para fazer fogareiros, que, se forem feitos em local barrento, duram mais tempo. Algumas pessoas têm o hábito de fazer esse tipo de fogareiro em barreiras para assar castanha de caju.
fornos de caieira	forno construído de barro, modo rústico, no qual pode ser queimada a lenha para transformá-la em carvão.
moringas	vaso de barro, geralmente feito de barro, com alças e bico, usado para guardar e servir água, essa palavra às vezes é usada como sinônimo de bilha.
potes	jarro (grande, médio, pequeno) de barro/cerâmica/argila usado para guardar água; Houaiss (digital) acrescenta que pote é sinônimo de talha, vaso bojudo de barro, louça ou outro material, de boca larga e diferentes formas, geralmente com tampa, usado para conter água ou outro líquido, mantimentos.
quartinha	recipiente pequeno de barro, com tampa, usado para armazenar água potável; moringa, quarta, quartilha. A quartinha também é usada como sinônimo de pote pequeno

talha	grande vaso de barro que serve como reservatório de água.
-------	---

Diante do que já destacamos, acreditamos que a gênese da motivação toponímica para a nomeação do lugar Barreira são as margens do rio, pois, até meados do século XX, o caminho mais fácil para se chegar ao povoado Barreira era singrando o seu leito. Logo esses paredões eram seguramente a sua principal referência geográfica, que marcava a sua localização em detrimento das demais povoações do entorno. Outro fato de extrema relevância histórica sobre a motivação nominativa é a alteração toponímica, uma vez que o topônimo era usado na segunda metade do século XIX como Barreiras>Barreira, conforme podemos evidenciar no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão (1859, p. 292).

Quanto ao uso da lexia barreira na toponímia local, ela pode ter surgido ainda no século XVIII, com a chegada dos primeiros moradores europeus ao lugar. Estes, por seu turno, resolveram nomear espontaneamente ou, até mesmo por terceiros (viajantes, funcionários do governo), o lugar, tomando como referência toponímica as suas características físicas. Dessa forma, temos a iconicidade toponímica que nada mais é do que ressaltar as semelhanças, as características da coisa representada no signo toponímico que o representa, barreira é igual a Barreira, deixa de ser um substantivo comum e passa a ser um substantivo próprio.

Um acontecimento curioso a respeito do povoado é que mesmo com a realização de um grande festejo religioso em homenagem a São Raimundo Nonato, há mais de 60 anos, não ocorreu a agregação de um novo termo ao topônimo Barreira, fato muito recorrente na toponímia do município de Itapecuru Mirim, em que encontramos os seguintes exemplos: Santo Antônio dos Gundes, Santo Antônio dos Mendes, Santo Antônio dos Cearenses, assim como em Vargem Grande, município limítrofe a Itapecuru Mirim, que faz parte da bacia hidrográfica do Rio Munim, há o festejo de São Raimundo Nonato dos Munlundus e em Santa Rita, o festejo de São Benedito da Casa do Forno.

Todos esses aspectos topográficos, culturais, históricos, linguísticos que permeiam o topônimo são fundamentais para que entendamos o valor do signo toponímico com suas especificidades, pois é a partir dele que podemos entender

os motivos que levaram o nomeador a eleger esse e não outro elemento da localidade para imortalizar, documentar, retratar, refletir o que lhe era caro, neste caso, as barreiras/barro da comunidade que vivem margeadas pelo Rio Itapecuru.

Das observações sobre o Litotopônimo Barreira, podemos saber/conhecer que houve um ponto barreira em específico que serviu de motivação toponímica ao povoado ribeirinho Barreira, por isso o nome desse lugar reflete, mostra, guarda, memoriza, homenageia, exemplifica, espelha, como numa foto (Cf. Foto 2) uma barreira como ela é visualizada na imaginação das pessoas. Além disso, podemos perceber não só essa relação icônico-toponímica da depressão do terreno, mas a relação dele com o leito do rio e os elementos atrelados a ele, isto é, a água, a navegabilidade e, evidentemente, a retirada do barro para os mais diversos usos/fins (fazer utensílios, tapar casas, fazer trincheiras). Essas descobertas, direta ou indiretamente, ficaram gravadas na eleição da lexia barreira para nomear o povoado itapecuruense.

5.3.5 O Fitotopônimo Barriguda

A margem direita do caudaloso Itapecuru viu nascer uma das que, certamente, está entre as povoações ribeirinhas mais antigas e emblemáticas do interior do Maranhão, Barriguda⁴⁹. A pesquisa documental aqui desenvolvida remonta há mais de 200 anos de perpetuação desta lexia como referente ao povoado, por isso nos questionamos fundamentados nos estudos toponomásticos: (i) Quantas gerações são necessárias para que um topônimo/nome seja absorvido por um grupo social de pessoas e o transforme num fator de identidade, não só de sua gênese como também de todos aqueles que resolvam de alguma forma habitarem aquele lugar? (ii) Como explicar que uma espécie da flora pré-amazônica maranhense fora escolhida num nicho de tantas possibilidades para batizar uma povoação secular às margens do rio Itapecuru? (iii) Como a nomeação permaneceu dado que os atuais habitantes do

⁴⁹ Há no município de Caxias Sul do Maranhão e também integrante da Bacia Hidrográfica do rio **Itapecuru**, outra povoação com essa mesma lexia. Citada inclusive pelos naturalistas Bávaros Spix e Martius (Apud MEDEIROS, 2001, p. 59).

povoado não a utilizam em sua cultura diária e tão pouco conhecem a importância para a vida dos seus antepassados? Por isso, entender as nuances da flora, da história, da geografia, da língua nativa e da cultura local é fundamental para que se compreenda o que motivou a nomeação do povoado Barriguda.

Antes de adentrarmos nas questões relativas à historicidade e análise do termo Barriguda como referente de um povoado, ou seja, de um topônimo, é necessário descrever a sua localização e acesso, pois essa abordagem também é tema dos estudos toponomásticos. Partindo da cidade de Itapecuru Mirim, seguindo a direção do Bairro Aviação e Buraco do Ral, passando pelos povoados Campestre e Coqueiro, o morador/viajante alcançará a povoação denominada de Barriguda a cerca de 6 km⁵⁰. Nesse contexto de descrição local do povoado, temos como recurso, além das informações supracitadas, o registro fotográfico abaixo a fim de entendermos a constituição do lugar.

Foto 35: início do povoado Barriguda



Fonte: Acervo do Autor (2021).

A imagem possibilita também a visualização do principal tipo de moradia, a de alvenaria, pois, na década de 80, o povoado recebeu incentivos sociais da organização não governamental (ONG) Serviço Comunitário (SERCOM), que atuou fortemente no contexto do desenvolvimento social dos moradores. Por

⁵⁰ O leitor pode conferir mais detalhes pelo Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico. Referência Itapecuru Mirim, nº MI 610, Ano de 1980. Neste, é possível observar os nomes de todos os povoados supracitados, assim como a lexia Barriguda.

outros de veia católica, tentou substituir o termo Barriguda por Magnífica em alusão ao canto bíblico de Maria, sem sucesso.

Atualmente, há mais de 143 famílias residentes no povoado, habitando em aproximadamente 140 residências, conforme consta no livro *Sinopse da História de Itapecuru Mirim*, obra de (SANTANA, 2018).

Retornando às origens históricas da comunidade para entendemos os valores morfológicos e semânticos da palavra, verificamos que seus registros constam em trabalhos de historiadores como Marques (2008), datados de 1801, já com o nome de Fazenda da Barriguda. As citações apontam a localidade como sendo o limite da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim, ao norte, com a de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru Grande.

Pela análise histórica documental e bibliográfica, as circunstâncias que levaram a fazenda a ter sido escolhida como ponto de referência entre os dois territórios, teve influência direta na manutenção do topônimo Barriguda, pois passou a ser pelo aspecto geográfico a distinção entre dois territórios, que naqueles tempos delimitava a área de atuação de um sacerdote da Igreja Católica. Outro ponto necessário de se explicar é que com a decadência da fazenda agroexportadora⁵¹, os antigos trabalhadores da mesma permaneceram vivendo no seu entorno, agregando apenas barriguda em detrimento de Fazenda da Barriguda.

Noutro texto, encontramos as referências necessárias para análise histórico-morfológica do item objeto deste estudo, mas desta feita já há outra lexia aglutinada 'sítio' (Sic):

Da Ribeira do Itapucurú, ao abaixo assignado fugirão no dia 12 do corrente, dous escravos pedreiros, a saber hum de nome Thomaz nação Moçambique, he espigado e tem lanhosinhos pelo rosto, feitos em sua Terra, e outro de nome Joze nação Nalú, he grosso, quebrado nas virilhas, e tem cicatrizes velhas pelas costas. Ad'virto que ambos parecem crióllos, por terem vindos crianças de suas terras. A quem os pegar, além de ficar obrigado, dou por ambos 30\$000, sendo nesta Provincia, e sendo fora 50\$000, e pago as justas despezas que se fizerem com o transporte delles para cá, ou nesta Cidade a seu Procurador Joaquim Joze Marques. Itapucurú Sítio denominado Barriguda 21 de Dezembro de 1832. Claudio Candido Rôzo Serra. Maranhão na Typographia (LIBERAL, 1833, p. 3).

⁵¹ Essas terras do Baixo produziram primeiramente algodão em larga escala, depois arroz, mandioca, milho e feijão.

Além da associação da lexia “sítio” à palavra Barriguda supracitada, percebemos também a permanência da mão escrava na povoação como fora observada no parágrafo anterior, assim como a associação do povoado à microtoponímia ribeirinha do município de Itapecuru Mirim. Outro documento basilar para esta pesquisa documental é o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão*, no compêndio de (1869, p. 1881), em que se encontra o nome de “Francisco Jose Gonçalves Vieira como proprietário do povoado (Barriguda)”, ou seja, mais de 50 anos após a segunda citação, fato elucidador para os estudos aqui desenvolvidos, uma vez que ratifica a escolha do nome há muitos anos antes da elaboração dessa pesquisa e comprova a sua perpetuação ao longo dos tempos. Nesta seara, ao se consultar fontes primárias, mas desta vez da primeira década do século XX, é possível encontrar passagens como a descrita pelo jornal maranhense a Pacotilha (1910, p. 2) (sic):

Itapecurú-mirim – Protesto: Constatando-me que d. Francisca Ferreira Barbosa, residente na capital deste Estado, em 25 de junho deste anno vendeu ao sr. tenente João Antonia de Siqueira Guilhon 120 braças de frente com 2 mil braças de fundos nas datas da Barriguda e Olho d’Água, deste termo, terras essas de minha propriedade, as quaes possuo desde o ano de 1850 [...] (PACOTILHA, 1910, p. 2).

A passagem confirma tanto a localização territorial da comunidade quanto a sua herança histórica e a sua forma lexical, além da referência ao termo “data”, que era muito comum nos tempos do Brasil Colônia e Império, pois estava sempre atrelado a propriedades que possuíam origens nas sesmarias. Em 27 de agosto de 1918, o Jornal Maranhense DIARIO DE S. LUIZ (1918, p. 3) publica um edital de demarcação de terras do Povoado Pequi e, ao se referir aos limites da dita terra, cita: “[...] e pelo lado de cima com as terras da “Barriguda” pertencentes aos herdeiros do Cel. Raymundo Nogueira da Cruz e Castro [...]”. Trazemos um destaque para a expressão “lado de cima”, que corrobora com a localização geográfica do topônimo foco desta pesquisa documental, uma vez que Barriguda fica na parte contrária a correnteza do rio Itapecuru, tendo como referência o povoado Pequi.

Para melhores esclarecimentos, retomamos o tema “correnteza”, uma vez que as águas do rio Itapecuru correm no sentido sul – norte, dado que, de acordo com Oliveira (2017, p. 21): “[...] Sua nascente está localizada na região

Sul do Maranhão, no município de Mirador', dialogando assim com a afirmação que corresponde com a localização correta do povoado.

Outra nuance peculiar desta citação é a manutenção da nomenclatura, apenas como Barriguda, não vindo nem um dos antigos adjetivos: fazenda e sítio aglutinados a sua qualificação, como se vê em Buzar (2011, p. 55): “João Buriti (povoado Barriguda)”, ao citar os comerciantes dos povoados que negociavam com o seu pai na década de 60 do século XX.

No que concerne ao vocábulo da Língua Portuguesa Barriguda, sabemos que esta palavra retoma o nome de uma árvore muito comum em todo o território maranhense, a barrigudeira, que também recebe um outro denominativo, Sumaúma e batiza outra comunidade Itapecuruense, mas que não é objeto desta pesquisa por estar fora dos limites estabelecidos. Barriguda⁵² é um termo português utilizado como analogia para se referir à árvore sumaúma, como se lê em Maranhão (2012, p. 189):

Sumaúma, árvore de madeira mole, casca espinhosa, folha a modo de mão aberta. Produz uma espécie de pepino, o qual abre e mostra uma lá branca e finíssima, que se não pode fiar, mas é a mais apta para encher colchões, almofadas etc. também lhe chamam barriguda, por ter no tronco uma grande barriga”. (MARANHÃO, 2012, p. 189).

Para ratificar as informações supracitadas por Maranhão (2012) sobre este elemento e sua etimologia, inclusive no que concerne a sua herança tupi, Sampaio (1987, p. 315) nos mostra o seguinte conceito: “SAMAUMA corr. Çamayba, a árvore de corda, ou que tem fibras que dão corda. (Eriodendrum Samauma, Mart.). Alt. Samayba, Samauba, Samauva, Sumauma, Sibaua”, variações no vocábulo que foram sendo construídas nos primeiros tempos de contatos dos europeus com os nativos colonizados. Para Houaiss (2010, p.97): “bar,ri,gu.do (a). *adj. s.m.* que (m) tem barriga grande. Desembarrigado (a)”, neste caso observamos que no português moderno a variação barriguda está diretamente relacionada a forma e ao tamanho da árvore, como referência a uma característica física do corpo humano. Um outro recurso fundamental para se compreender o caráter físico da planta para nomear este topônimo pode ser contemplado na foto a seguir.

⁵² Há também um povoado no município de Coroatá nas margens do afluente do rio **Itapecuru**, o rio Pirapemas denominado de Barriguda.

Foto 36: árvore barriguda / barrigudeira / sumaúma.



Fonte: Acervo do Autor (2021).

Por meio dela, podemos contemplar todo o esplendor desta espécie em relação as demais árvores que a rodeiam. Já sobre os usos e as relações antropoculturais dos primeiros habitantes com a barrigudeira, sabemos que os nativos utilizavam a sua plumagem característica na fabricação de alguns de seus mais importantes utensílios domésticos, como redes, vestuários, arcos, e, por sua vez, os colonizadores, nos primeiros tempos de sua estada em terras maranhenses, se apropriaram destes costumes e conseqüentemente do vocábulo referente à planta, isto é, absorveram a sua relação de convivência e de dependência com esta espécie da flora maranhense. Para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em pesquisa publicada por Souza (2005, p. 11), a barriguda/sumaúma tem os seguintes usos:

MANDEIRA	PLUMA	SEMENTES
A sumaúma, por ser leve e macia, pode ser utilizada na construção de embarcações, caixas, brinquedos e barris.	A pluma que envolve as sementes é denominada “kapok” e é muito empregada na indústria para confecção de boias e salva-vidas, para enchimento de colchões e travesseiros e como isolante térmico.	Das sementes extrai-se um óleo comestível que também pode ser utilizado para iluminação e fabricação de sabão e lubrificantes, sendo eficaz contra ferrugens.

Nesta lógica, no pensamento de Dick (1990a, p. 145-196), podemos encontrar um excelente exemplo das marcas deixadas pelos fitotopônimos na denominação de povoados, sítios e cidades do país:

O estudo da vegetação terrestre constitui, para o leigo, uma das mais árduas tarefas que se lhe possa propor, pela variedade das espécies que se entrecruzam em porções delimitadas do espaço geográfico analisado. (DICK, 1990a, p. 145-196).

É interessante de notarmos como as relações de cada grupo social, com uma determinada espécie da flora, pode representar traços de sua língua por meio de uma resgate de como se deu a nomeação de um povoado, tendo como suporte o signo linguístico agregado àquela cultura, já que, ao se estudar a toponímia de um lugar, não se investiga só a língua de um determinado grupo de falantes, mas também aflora, pelo seu caráter interdisciplinar, a história social, as marcas distintivas dessa língua, as distinções entre o tempo presente e o passado, corroborando com a investigação lexical pelo olhar etnolinguístico deste ramo da linguística. Desta feita, percebemos que, para que haja uma nomeação por um fitotopônimo dentro de um grande nicho de possibilidades, é preciso que ocorra muita influência dele no lugar em que está inserido.

5.3.6 O Fitotopônimo Coqueiro

Há séculos que o Maranhão tem o seu nome ligado à palmeira do coco-babaçu/coqueiro por toda a importância que a espécie possuía para os aborígenes sul-americanos e por conseguinte aos colonizadores europeus, assim como para os povos vindos de África, que também se apropriaram de um verdadeiro arcabouço cultural. Curiosamente, dentro do *locus* desta pesquisa, só foram encontrados dois topônimos que remetem a este lexema, Palmeira Torta⁵³, rica e próspera fazenda agroexportadora do século XIX, que não existe, e o povoado Coqueiro, que pertence à microtoponímia de Itapecuru Mirim.

⁵³ Conforme nos informa autores da estirpe de Leal (1875) e Marques (2008) como sendo o refúgio de José Cândido de Moraes e Silva, jornalista fundador do jornal republicano, “O Farol”.

Contudo, no que concerne aos fatos que envolvem a nomeação deste topônimo, há vários questionamentos a serem feitos. (i) Qual fator foi determinante para os nomeadores escolherem o vocábulo Coqueiro em detrimento de Barriguda, povoado vizinho e mais antigo? (ii) Dentro de tantos conceitos da cultura alimentar e social que envolvem o coco-babaçu, por que escolheram apenas a lexia Coqueiro? (iii) Este vocábulo começou a ser utilizado como referente de um povoado há quantos séculos ou anos? Todos estes questionamentos ajudarão a esclarecer o que motivou a nomeação de um topônimo com a denominação de Coqueiro.

Ressaltamos, neste trabalho de pesquisa, que muitos habitantes itapecuruenses desconhecem que Coqueiro é um povoado a parte de Barriguda e que os seus habitantes fazem questão de manter a distinção. Quanto a sua localização, é um povoado ribeirinho do rio Itapecuru alocado na sua margem direita nas proximidades da foz do igarapé Itapecuruzinho, que fica a cerca de seis 6 km quilômetros da sede do município de Itapecuru Mirim, logo após o povoado Campestre, isto é, são as primeiras casas antes de se chegar à Barriguda, onde habitam mais de 20 famílias num total de 20 casas.

Foto 37: Início do povoado coqueiro



Fonte – Acervo do Autor (2023).

Sobre as questões de historicidade do povoado, os únicos documentos oficiais que tratam da existência deste lugar como designativo de uma povoação ribeirinha são os mapas do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia

e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico. Referência Itapecuru Mirim, nº MI 610, Ano de 1980, e o mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do município de Itapecuru Mirim de 2011. Mas, vale lembrar que a ocupação deste território surgiu em épocas remotas e provavelmente da mesma sesmaria que criou a vizinha povoação de Barriguda.

Por ser um povoado ribeirinho e ser localizado nas proximidades do que os habitantes do baixo Itapecuru chamam de poção⁵⁴ do coqueiro, acreditamos que as circunstâncias de nomeação deste topônimo ocorreram pela sua exímia aproximação com o acidente geográfico, visto que, apesar de o termo coqueiro se referir a uma palmeira da flora local, o babaçu, a sua escolha proveio de um espécime que estava a beira do rio, que batizou um poção, que por sua vez criou um referente como ponto de pesca aos pescadores da região, assim este lugar virou um ponto de referência como ocorre frequentemente na linguagem ribeirinha, não só para um ponto específico do leito do rio, mais também para todos os moradores que habitam a encosta/barreira a cima, como visto na imagem abaixo.

Foto 38: Poção do coqueiro



Fonte: Acervo do Autor (2020).

Sobre o complexo e íntimo mundo que envolve a relação dos maranhenses com o Coco-babaçu, sabemos que este é o segundo maior produto florestal não madeireiro mais vendido no Brasil e é encontrado, principalmente, em plantações conhecidas como babaçuais, concentradas nos estados do

⁵⁴ “**po.ção.** [pl: ões] s.m. B. lugar de maior profundidade em lago, rio etc; poço [origem: *poço* + *ão*]”. Houaiss, (2010, p. 607).

Maranhão⁵⁵, Pará, Tocantins e Piauí, havendo ainda presença de babaçuais na Bahia e no Ceará e, em menor expressão, em outros estados do país. A relação social que as populações tradicionais possuem com esta espécie vem sofrendo grandes transformações ao longo dos tempos, sendo as mais bruscas a partir dos anos dois mil.

No estado, ainda há costumes mantidos que foram herdados dos aborígenes que habitavam a região. Assim, os ribeirinhos utilizam a palmeira do babaçu ou o coqueiro basicamente para tirar o palmito⁵⁶ para a alimentação de pessoas e animais domésticos, utilizam as palhas para a cobertura de telhados, ornamentação de barracas para as festas juninas, fabricação de utensílios domésticos, como cofos, abanos, mensabas, talos para a sustentação das paredes de casas, feitiço de jequis e manzuás, sem contar o adubo de palmeira que é o melhor para as hortaliças, além disso a casca do coco serve para o carvão a amêndoa para alimentação e fabricação de azeite ou leites, que são associados a cozidos de peixes, caças do mato, molhos de pimenta. Neste último uso, cria-se uma relação de proteção da espécie, pois as famílias⁵⁷ tendem a proteger os coqueiros com boas amêndoas, pois são fáceis de quebrar e de bom tamanho.

Outro fato relevante e que se deve tomar nota é que nessa região do Maranhão os falantes usam geralmente o termo palmeira como sinônimo de coqueiro, mas fica perceptível na fala ou contexto, pela junção de um outro substantivo ou adjetivo, do que se trata realmente, ex.: palmeira de Coco-pirinã, palmeira de Coco-anajá, palmeira de Coco-pati, ou simplesmente, coco-babaçu ou coqueiro/babaçu, para se referir tanto à palmeira quanto ao coqueiro, como vemos em Cazaroto (2010, p. 269):

⁵⁵ O estado possui uma área delimitada de um bioma conhecido como Mata dos Cocais, que engloba grande parte da região centro-norte. Onde se encontram municípios do vale do **Itapecuru** como: Caxias, Codó, Coroatá, Cantanhede, Pirapemas e Itapecuru Mirim.

⁵⁶ “**Palmito** (pal.mi.to) s.m. (Bot.) 1. Substância tenra e esbranquiçada que constitui o miolo da extremidade superior das palmeiras. 2. O miolo comestível das palmeiras”. Bechara (2011, p. 941).

⁵⁷ A palmeira-de-babaçu ou coqueiro e os seus usos são tão enraizados na singular cultura maranhense, que a Portaria nº 16 de 03/02/2021 da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA – Publicada no Diário Oficial do Estado, em 09/02/2012 traz, no seu **Art. 2º**, as seguintes definições: II - Coco Babaçu: É um fruto drupáceo com sementes oleaginosas e comestíveis, produtos da Palmeira Babaçu, planta da família da palmeira *arecaceae*, denominada cientificamente de *Orbignya phalerata*, Mart que se agrupam em cachos.

[...] o povo distingue entre “palmeira” e “coqueiro”, segundo a planta produz frutos comestíveis ou utilizáveis industrialmente. Assim, a palmácea que produz o chamado “coco da Bahia”, ou a que produz “dendê”, o “babaçu”, etc. são chamados “coqueiro”, [...]. (CAZAROTO, 2010, p.269).

O relevante trabalho de Cazaroto (2010) corrobora com os argumentos deste texto. Como já fora supracitado durante as pesquisas sobre este termo, não encontramos nem em jornais antigos, mapas, livros ou mesmo na história oral ribeirinha outra povoação com essa denominação toponímica Coqueiro. Entretanto, retomamos este tema porque as matas ciliares da região pesquisada são ricas neste tipo de vegetação e os estudos toponímicos, quando tratam dos fitotopônimos, carecem de investigações da flora local para esclarecer e facilitar o entendimento da motivação por trás do ato de nomear. Neste contexto, Marques (2008, p. 171), ao se referir ao babaçu, relata que:

A mais antiga referência a esta palmeira cabe a Claude d’Abbeville na *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão [e terras cicurvizinhas]*, cap, XXXVIII. / Descreve-a muito bem neste trecho: “[...]a verdadeira palmeira, cujos ramos, chamados pelos índios pindoba, servem para cobrir casas. Dá frutos semelhantes a nozes compridas e grossas. [...] de casca muito dura, e dentro acharei quatro ou cinco nozes do tamanho de um dedo mínimo, e muito boa comida, delas fazem os índios azeite muito bom e doce. Dentro do tronco desta árvore está o âmago, muito alvo, da grossura de uma coxa [...]”.(MARQUES, 2008, p. 171).

Claude d’Abbeville, assim como tantos desbravadores que aportaram em terras maranhenses nos primeiros quartéis do século XVII, tinha a função de descrever a terra, os povos, a fauna, a flora e tudo quanto fosse possível de ser explorado, e desta forma ele fez com o babaçu. Marques (2008, p. 172) também contribuí para o entendimento quanto a etimologia da palavra Babaçu: “[...] porque a nossa população do interior quando diz palmeira, sem acrescentar especificação, quer se referir à do babaçu. / Babaçu é corruptela do tupi uáuáçu ou auáçu. [...]”. Desta feita, fica claro a relação direta que as informações apontadas acima possuem origem na língua dos que por aqui habitavam anterior a chegada dos europeus, cumprindo com um dos pilares dos estudos toponomásticos que consiste em resgatar as heranças lexicais das línguas originárias.

Para Bechara (2011, p. 363): “(co.quei.ro) *s.m.* (Bot.) Nome comum a todas as palmeiras que dão coco”, ou seja, o valor semântico já está enraizado não só na fala dos habitantes do Itapecuru como já faz parte do entendimento até mesmo dos estudiosos do léxico. Nesta mesma linha de pensamento, Houaiss (2010, p. 200) explica: “co.quei.ro *s.m.* palmeira tropical, litorânea, cujas folhas são us. como cobertura ou em cestaria, as fibras dos frutos como material para cordas, isolamento e estofamento, e os frutos (coco), como alimento [...]”, corroborando com todos os levantamentos já apresentados neste capítulo e enfatizando a importância de se fazer estudos nesta linha de raciocínio.

5.4 a particularidade de Bacabeira: descrição e análise

O *locus* desta pesquisa compreende uma extensão de aproximadamente 150 km, caso seja feito o percurso pelo leito do rio Itapecuru. Como já fora explicado em capítulos anteriores, ele se inicia no litotopônimo Cachoeira, município de Rosário, e tem como fim o hagiotopônimo Itapecuru Mirim. Logo há áreas ribeirinhas neste espaço geográfico que pertencem ao município de Bacabeira, que também é banhado pelo Itapecuru. Todavia, os povoados que compreendem o município aqui descrito não se enquadram nas outras categorias da dissertação, taxionomia e distância do rio, por exemplo.

A princípio acreditávamos que o hagiotopônimo Santa Luzia e o fitotopônimo Timbotiba pertenciam ao território de Bacabeira e por isso que estas informações foram citadas no pré-projeto utilizado para a seleção do mestrado. Porém, com o desenvolvimento das pesquisas e o confronto de mapas locais, visitas locais e outras informações, observamos que os topônimos supracitados pertencem respectivamente a Rosário e Santa Rita. Ainda assim, cabe neste texto um capítulo à parte como o que está sendo desenvolvido para pontuar alguns parâmetros toponímicos sobre Bacabeira.

Outrossim, é válido salientar a riqueza que ainda há na região aqui descrita para ser investigada. Desta forma, teceremos aqui algumas considerações sobre o topônimo, catalogado por Tibiriçá (1984, p. 160), da seguinte maneira: “bacaba é uma alteração do tupi *ybacaba*, palmeira comum em todo o Brasil, de cujo fruto se faz bebida refrescante muito saborosa”, sendo mais um lexema que remonta à língua e aos costumes dos povos nativos. No que se refere ao aspecto histórico da localidade, temos as seguintes informações destacadas no *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão - Marques* (2008 p. 176).

“Nesta localidade, situada à margem da estrada de rodagem ou carroçável de São Luís à Coroatá e pertencente ao município de Rosário, o departamento de Estradas e Rodagem tem um posto com depósito e casa de administração e morada e para funcionários. Pelas circunvizinhanças há pequenas lavouras e olarias para o fabrico principalmente de tijolos e telhas”. (MARQUES, 2008 p. 176).

Com o passar dos anos, os termos linguísticos evoluem juntamente com o desenvolvimento social e econômico da povoação. Quanto a citada estrada de

rodagem, atualmente é nomeada como BR 135 e figura como o principal ponto de acesso à capital do estado. Para corroborar com o que já apontamos sobre este município temos outra opinião de Marques (2008, p.176):

“Hoje município. Criado pela Lei Nº 6.187. de 10 de 1994, foi instalado em 1º de jan. 1997; desmembrado do município de Rosário. Localiza-se no norte maranhense e integra a micro região de Rosário. Tem área de 650 km² [...]”. (MARQUES, 2008, p.176):

Diante do exposto, apontamos que para fins de estudos em toponímia, o termo Bacabeira, como designativo de um município maranhense, já se encontra totalmente consolidado na língua e na cultura local. Ademais, para mais detalhes, vale consultar o trabalho de Curvelo (2009, p.65, 77, 99, 165 e 262), no qual será possível entender todos os meandros do processo de motivação e nomeação de Bacabeira.

6. Os dados extralinguísticos dos topônimos ribeirinhos de acordo com a sua motivação

Neste capítulo procuramos ressaltar a nomeação ribeirinha como espelho dos fatores linguísticos, históricos, geográficos, culturais, sociais e de flora marcada nos topônimos como reflexo discursivo dos seus falantes, ou seja, dos ribeirinhos atuais e dos diversos povos que a formaram ao longo dos séculos, durante as suas interações com o meio em que vivem.

Conforme Sapir (1929, p. 8), “A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem ideias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos”, conceito levado em consideração no momento de se investigar a origem de um topônimo, uma vez que é a partir destas inferências simbólicas que foram agregadas aos espaços geográficos uma estrutura linguística dotada de um discurso que os torna, a partir de uma gramática internalizada, o seu lugar de habitação e pertencimento.

O topônimo, como local de habitação humana, não surgiu do nada, sobretudo porque o homem conhece atualmente como sociedade moderna, ou mundo globalizado. Começou há muitos anos quando os humanos passaram a viver coletivamente, logo tais grupos se multiplicaram e os contatos tornaram-se mais corriqueiros. Concomitante a esse momento, os hominídeos começaram a fixar residências, para tanto foi necessário aprimorar a caça, a pesca, a agricultura etc., sendo inegável a necessidade de comunicação entre estes para repassar os ensinamentos dos temas supracitados da sociedade.

Desse instante marcante da evolução humana, surgiram os primeiros tipos de linguagens. Segundo os estudos, o primeiro ato racional do homem utilizando algum tipo de linguagem ou símbolo foi o culto aos mortos, com a intenção de demonstrar que poderia haver outra dimensão além da terrena, ou seja, que a vida terrena era apenas uma passagem e que o futuro humano era no paraíso.

Dentre os muitos pesquisadores da linha teórica da linguagem, tem-se o francês Ferdinand de Saussure, considerado um dos maiores nomes da linguística moderna, senão o maior, ao diferenciar língua, linguagem e fala. Nos seus ensinamentos, defendia a língua não apenas como o idioma de um país, região do globo ou tribo, mas sim como todo o conjunto da expressão comunicativa do homem. Já a linguagem, ele a prenunciava através de dois tipos

principais: a verbal e a não-verbal. A fala é o dom humano, propriamente dito, de utilizar os sons vocálicos para produzir uma comunicação com seu semelhante.

No campo dialógico, Saussure propôs que os tipos de linguagens diferem de acordo com o ambiente em que o homem está inserido, essa comunicação também vai depender das pessoas que ali estão, se elas são participantes de uma mesma aspiração de vida, tais como religião, esporte, grupo de trabalho, herança familiar etc. Cezário & Martelotta, (2009, p. 207) comentam sobre a aquisição da linguagem humana:

O estruturalismo americano buscou na psicologia behaviorista a explicação para a aprendizagem das línguas. Segundo essa corrente da psicologia, os conhecimentos são adquiridos através das experiências vividas. A aprendizagem dá-se através de respostas bem-sucedidas a determinados estímulos do meio, e a repetição das respostas associadas aos estímulos é fundamental para essa aprendizagem [...] (CEZÁRIO & MARTELOTTA, 2009, p. 207).

Dá premissa podemos inferir que as palavras não são nada sem o homem e muito menos sem o entendimento da situação usual em que estas se encontram, porque naquele momento o agente criador da mensagem é o senhor das informações transmitidas por ela.

O termo linguagem apresenta mais de um sentido, ele é mais comumente empregado para referir-se a qualquer processo de comunicação, como a linguagem dos animais, a corporal, a das artes, da sinalização, da escrita, entre outras, mas em todas essas manifestações, o mais importante é a comunicação, isto é, que ocorre num entendimento mútuo. Os idiomas português, espanhol e grego, por exemplo, são referências de linguagem. Assim:

[...] Muitos estudiosos já alertaram para essa inclinação a se atribuir um caráter natural à relação linguagem/mundo e para a conseqüente vinculação entre as palavras e as coisas. Ainda que esse alerta nos sugira, também, que o sentido não dependa de um código biológico, isto é, que a compreensão entre as pessoas não se dá de uma maneira automática, frequentemente praticamos a linguagem como se ela estivesse sujeita a um automatismo de natureza biológica (CORRÊA, 2002, p. 14).

Quando se fala, então, que os linguistas estudam a linguagem, nota-se que embora observem a estrutura das línguas naturais, eles não estão interessados apenas na estrutura particular dessas línguas, mas nos processos

que estão na sua base de utilização como instrumentos de comunicação, pois as línguas variam e mudam conforme os fenômenos de natureza sociocultural, que caracterizam a vida em sociedade, exemplifica-se isso com alguns fatos: as imigrações regionais no Brasil, manifestações populares, eventos esportivos, tais como: Olimpíadas, Copa do Mundo e outros. Sobre o processo de formação da língua portuguesa, é válido salientar, que:

A Língua Portuguesa é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano, no início do século III a.C., particularmente no processo de romanização dos povos do oeste e noroeste (lusitanos e galaicos), processo que encontrou tenaz resistência dos habitantes originários dessa região (BECHARA, 2007, p. 23).

Quando ela chegou ao Brasil com o processo histórico das grandes navegações, surgiu a chamada Língua Geral, que foi a integração do português falado pelos europeus com algumas palavras da matriz africana, e sem esquecer-se dos nativos/índios que, ao serem catequizados, aprendiam o português, mas, assim como os africanos, preservaram grande parte dos seus falares. Por muitos anos, essa mistura com uma diferenciação bem clara entre o Tupi (Caribe, Jê, Aruaque) e o Português conviveu lado a lado, servindo de objeto de comunicação entre os brasileiros, contudo, em 1757, o então Marquês de Pombal decretou, primeiramente para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que a língua oficial seria o Português. Já em 17 de agosto de 1758, esse mesmo decreto tornou-se obrigatório em toda a instância brasileira, Dietrich (1980). Para Bernstein (1971, p. 83):

Numa sociedade dividida em classes, pode-se identificar a existência de duas variedades linguísticas, dois “códigos”, determinados pela forma social: o “código elaborado” e o “código restrito”. Estes diferentes códigos resultariam da diferença entre os processos de socialização que ocorrem nas várias classes sociais (BERNSTEIN, 1971, p. 83).

Uma característica comum a todas as línguas é que elas não são unas, ou seja, não tem apenas uma forma usual por parte da comunidade que usufrui dessa expressão – seja oral ou escrita. Há várias maneiras de falar o mesmo idioma e essas diferenças são chamadas variações linguísticas, as principais são: diatópica, diafásica e diastrática.

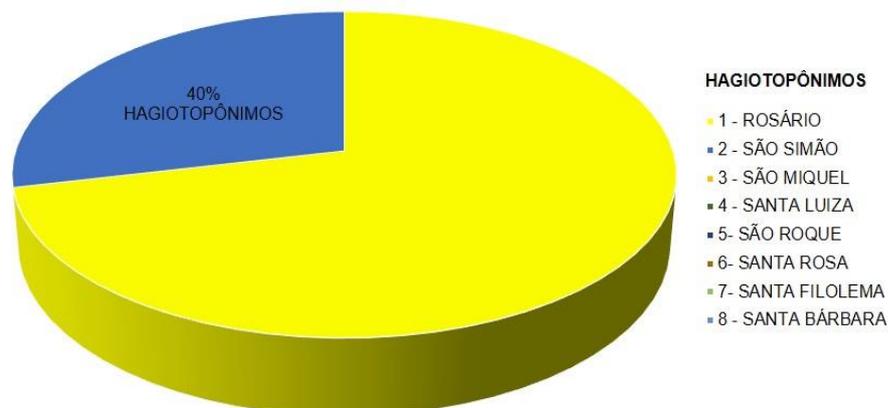
A diatópica é conhecida como a variante geográfica, ou seja, as mudanças encontradas nos falares de região para região. Já a diafásica trata da liberdade que cada falante tem de usar a sua língua, isto é, de maneira formal ou informal e, até mesmo, do livre arbítrio de criar vocábulos, que chamamos de neologismo, e há a diastrática que se refere ao modo de falar característico de cada classe social ou grupos de amigos, do trabalho, da escola etc.

Quanto à região foco da pesquisa, a outrora Ribeira do Itapecuru, divisão político-administrativa adotada pela coroa portuguesa após 1630, apresenta um número expressivo de possibilidades no campo da ciência da linguagem que estuda os nomes por se tratar de um ponto de encontro de várias etnias: nativos, africanos, franceses, portugueses, holandeses, espanhóis.

Devido a isso que, para um brasileiro ribeirinho do rio Itapecuru, todo nicho ecológico que ele pratica durante a sua atividade diária está diretamente ligado ao rio ou a todo o ecossistema que o margeia, por exemplo: a busca pela água para beber ou para dar aos animais, os banhos para refrescar o calor, as pescarias, as lavouras em suas encostas, as frutas típicas de sua mata ciliar, as cheias que transformam a paisagem local, os períodos de seca, as viagens de canoas ou em pequenos barcos, enfim para o habitante dessa região em torno de sua interação com os elementos que compõem a Bacia Hidrográfica do maior rio em extensão do Maranhão, o Itapecuru. Há vários fatores relacionados com a linguagem humana que podem ser analisados.

Os povoados pesquisados nesta dissertação de mestrado refletem em grande parte a linguagem dos ribeirinhos e as suas manifestações simbólicas a partir de suas experiências linguísticas, históricas, geográficas, culturais e sociais. A linguagem ribeirinha apresenta um corte ideológico entre o rio Itapecuru e os topônimos catequisados como recorte. No tocante aos hagiotopônimos, a linguagem catequética chegou sob o discurso da espada, das asas, da balança, da armadura, do manto vermelho, dos símbolos que nada tinham com a realidade e com a cultura indígena. O Gráfico 1 apresenta os estratos linguísticos da linguagem ribeirinha catequética.

Gráfico 1: Porcentagem de hagiopônimos encontrados nos 20 Povoados pesquisados



Em números reais foi essa linguagem que motivou o surgimento de tantos hagiopônimos em detrimento dos demais fatores investigados. No pensamento de Dick (1990, p. 311), esses topônimos:

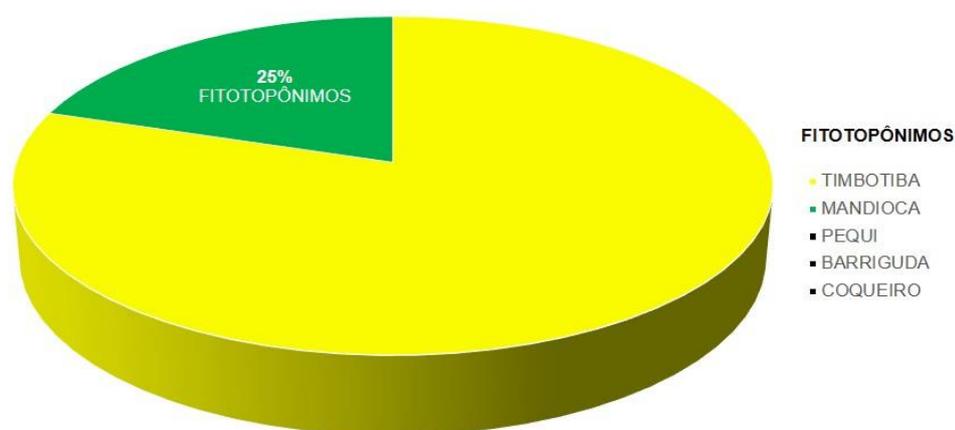
[...] liga-se a todo um processo subjetivo de reflexão, muito mais próximo, portanto, do inatingível, que das manifestações reais do mundo sensível, a cercar o ambiente natural onde o indivíduo se movimenta. (DICK, 1990, p. 311).

É um reflexo do desejo de alcançar uma proteção sobrenatural através da nomeação de sua morada. Na motivação toponímica há não só o fato de ser nome de santo, hagiopônimos, mas há um embate de uma linguagem ribeirinha que fica ali como bandeira que continua catequisando e expressando não só a religiosidade dos festejos, mas a história de dominação ideológica de um povo por meio de uma outra linguagem, outro discurso – índio, branco e outros povos, africanos, por exemplo. Dick (1990, p. 317) reforça os conceitos da mentalidade religiosa quando diz que o nosso país “nasceu sob o signo da Cruz e da Fé”. Portanto, “é nesses elementos que se devem buscar as raízes da toponímia religiosa brasileira”. Desta forma, as marcas da religiosidade, em sua maioria, ocorrem pelo corte cultural do processo de dominação, que é representada por dois discursos: o discurso dos índios e dos catequistas.

Quando o tema são os fitopônimos, percebemos pelo exame dos topônimos analisados que, ao escolher um nome para “batizar” um acidente físico e/ou humano, o ribeirinho procura retratar o que de mais valioso possui em sua localidade. É nesse momento que entra em cena a vegetação, pois é dela

que o homem extrai parte de seu alimento, consegue madeira resistente para a construção de casas e folhas que servem para a cobertura de casas ou espécies vegetais que servem de ornamentação. Desse modo, nomeando um acidente geográfico, físico ou humano, com o nome de um elemento vegetal, o homem estaria “rendendo sua homenagem” a algo que lhe é tão útil e necessário à vida. O Gráfico 2 apresenta os estratos linguísticos da linguagem ribeirinha refletida nos fitotopônimos.

Gráfico 2: Porcentagem de fitotopônimos encontrados nos 20 Povoados pesquisados

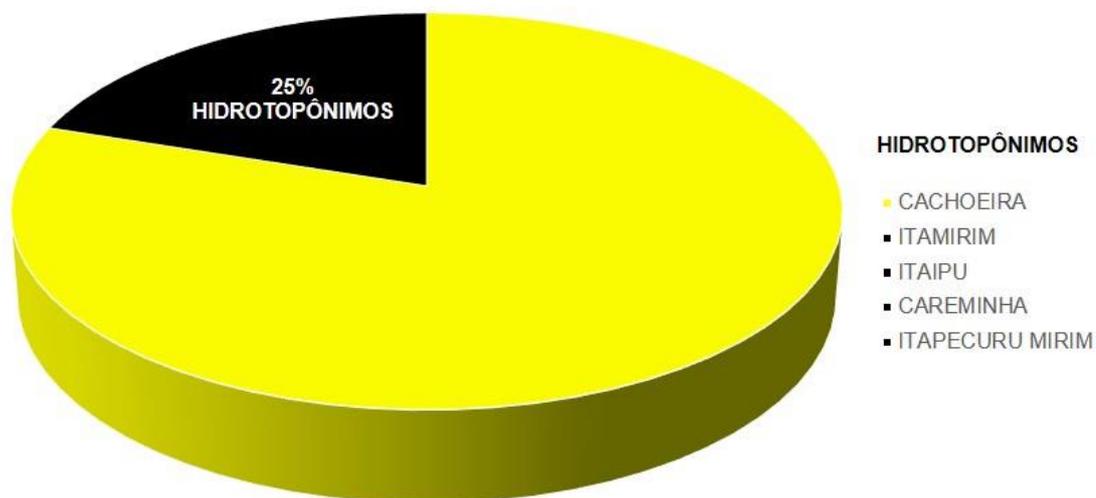


Em especial, os espécimes da flora local são encontrados como representação dos acidentes humanos, ou seja, os povoados verbalizam a interação social que o nomeador tinha com eles e, mais emblemático ainda, é observar que eles não foram suplantados por outros nomes, mesmo com tantas possibilidades. Em decorrência desse resultado, encontramos em Dick (1990a, p. 145) a observação de que: “O estudo da vegetação terrestre constitui, para o leigo, uma das mais árduas tarefas que se lhe possa propor, pela variedade das espécies que se entrecruzam em porções delimitadas do espaço geográfico analisado”, isto é, porque não foram postos outros nomes tão importantes quanto para a sociedade local, como bacuri, juçara, murici, sapucaia, cipó-de-fogo entre outros.

Para fins dos estudos da linguagem humana, de acordo com Dick (1990b, p. 18): “pode-se acatar, a princípio, a noção saussureana de arbitrariedade, já que, estruturalmente, o topônimo é, como uma forma de língua, um significante animado por uma substância de conteúdo” logo essa arbitrariedade é vista na

toponímia como a manifestação dos fatores sociais manifestados a partir da nomeação do topônimo.

Gráfico 3: Porcentagem de hidrotopônimos encontrados nos 20 Povoados pesquisados



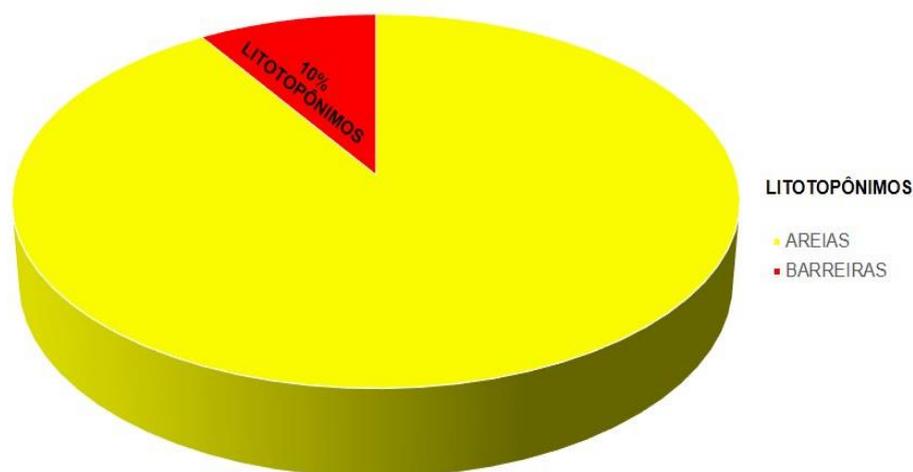
Para Saussure (1972, p. 81– 82), durante a motivação toponímica, o nome “assume uma correspondência analógica entre o significante e o significado”, como reflexo dessa afirmação, temos os resultados encontrados e apresentados no Gráfico 3 que apresenta os estratos linguísticos da linguagem ribeirinha refletida nos hidrotopônimos.

Com exceção do termo cachoeira, todos os demais resgatam a linguagem indígena e para Dick (1980, p. 288): “ainda que, na língua, o signo participe, genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-á uma diversidade de aspecto”, esses aspectos seriam, no caso específico dos hidrotopônimos, os fatores físicos que se sobressaíram aos demais no ato da nomeação e direcionaram os habitantes para aquela escolha. Dick (1987, p. 97) corrobora com essa sentença ao assinalar que:

[...] através da manifestação simbólica da linguagem; o “dar nomes” e o “conhecer os nomes dados”, para os primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque, pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público. (DICK, 1987, p. 97).

Desta feita, quando se estuda o léxico de uma determinada região pelo olhar da onomástica-toponímica, procura-se compreender o porquê de exatamente aquelas palavras terem sido escolhidas para expressar as sensações e o pensamento daquele grupo social. Por isso que os litotopônimos também podem ser vistos como o reflexo da experimentação do ribeirinho do Itapecuru, conforme ficou evidenciado no Gráfico 4, que apresenta os estratos linguísticos da linguagem refletida nos litotopônimos.

Gráfico 4: porcentagem de litotopônimos encontrados nos 20 povoados pesquisados



Outrossim, o léxico de qualquer língua é inerente à história cultural do grupo social, por esse motivo pode-se afirmar que o universo lexical é um organismo vivo, dinâmico, que acompanha o tempo, que se modela em várias formas conjunturais e vários significados. Quanto ao processo de designar um referente, um ambiente, Sapir (1969, p. 44) provoca a reflexão de que,

[...] tratando-se da língua que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo 'ambiente' tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos como a Topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte. (SAPIR, 1969, p. 44).

Sendo assim, ao se estudar uma região de uma plural linguagem, história, geografia, cultura e variedade étnico-racial, como a zona ribeirinha do Itapecuru, os valores toponímicos vão aflorar numa melhor compreensão de como a comunidade se sente pertencente àquela localidade através da inferência linguística. Em suma, ao considerarmos os resultados encontrados durante o desenvolvimento e conclusão da pesquisa, considerando apenas os 20 povoados analisados, tendo os hidrotopônimos: Itamirim, Itaipu, Careminha, Itapecuru Mirim; e os fitotopônimos: Timbotiba, Mandioca, Pequi como referência, eles correspondem ao estrato linguístico preservado e mantido dos nativos, representando 35% da linguagem ribeirinha refletida na motivação toponímica, mesmo tendo passado mais de 400 anos de presença europeia e africana na região. Enquanto os hagiopônimos: Rosário, São Simão, São Miguel, Santa Luzia, São Roque, Santa Rosa, Santa Filomena e Santa Bárbara; os litotopônimos: Areias e Barreiras; o hidrotopônimo: Cachoeira; e os fitotopônimos: Barriguda e Coqueiro correspondem a 65% dos 20 povoados analisados e refletem a suplantação da linguagem nativa pela europeia e africana, na manifestação simbólica dos ribeirinhos do rio Itapecuru.

7 Resultado da pesquisa: fichas léxico-toponímicas da Microtoponímia dos povoados ribeirinhos das margens do Rio Itapecuru

Neste espaço, o objetivo é demonstrar as especificidades deste tipo de trabalho acadêmico por meio das fichas taxionômicas, abordando principalmente como se deu o processo de nomeação, sua motivação e evolução histórica a partir da origem e etimologia das palavras. Observamos que apesar do corpus da pesquisa ser composto somente de 20 povoados, neste capítulo temos 23 fichas toponímicas, pois foi incluso o termo Itapecuru, referente ao rio, e os termos Santa Rita e Bacabeira referentes às cidades. Tais acréscimos são necessários à compreensão do trabalho.

Quadro 1 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do *locus* da pesquisa, rio Itapecuru

Topônimo	Rio Itapecuru
Localização/topônimo.	<p>IBGE (2002): O Rio Itapecuru, genuinamente maranhense, percorre cerca de 16% das terras do Maranhão, limitando-se ao sul e leste com a bacia do Parnaíba através da serra do Itapecuru, chapada do Azeitão e outras pequenas elevações; ao sudoeste e oeste com a Bacia do Mearim; e ao nordeste com a Bacia do Munim.</p> <p>Tem 897,24 km de extensão da nascente, nos contrafortes das Serras da Crueira, Itapecuru e Alpercatas, até a foz na Baía do Arraial, ao sul da Ilha de São Luís. Ele atinge sua foz ao chegar à baía do Arraial através de dois braços: Tucha, o principal, e Mojó, o secundário, após cumprir seu percurso deságua no Oceano Atlântico.</p> <p>Com uma superfície de 52.540 km² e um total de 55 municípios em sua Bacia Hidrográfica, a população chega a 1.622.875 habitantes. Desses municípios, 20 estão totalmente dentro da Bacia, e os demais 35 estão parcialmente inseridos no vale dos seus afluentes.</p> <p>Os principais rios: Alpercatas, Corrente, Pericumã, Santo Amaro, Itapecuruzinho, Peritoró, Tapuia, Pirapemas, Gameleira e Codozinho.</p>
Taxonomia	<p>AT: Tabucuru / Itapucuru / Itapucurú / Itapicirú / Itapecurú / Itapecuru.</p> <p>Classificação toponímica: hidrotopônimo.</p>

Nota linguística	Palavra de origem Tupi – guarani. Valor semântico, caminho de pedras, o púcaro de pedras. Para SAMPAIO (1902, p. 262), 'ITAPECURÚ e Itapé-curú, a laje formada de cascalhos ou seixos; a laje áspera, cheia de caroços ou protuberâncias; o conglomerado. Alt. Itapicurú, Tapecurú. Bahia, Maranhão”.
Nota histórica	Em OLIVEIRA (2017, p.18): “o padre francês Cláudio d’Abbeville, em seus relatos sobre a História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças (datado de 1612) traz a lume um dos primeiros registros sobre o rio: “O segundo, que está no centro, chama-se Tabucuru, tendo na sua foz meia légua, e de curso 400 a 500 léguas. (D’ABBEVILLE, 2002)”.
Nota enciclopédica	<p>De acordo com OLIVEIRA (2017, p. 21, 22): “o rio Itapecuru é o maior em extensão do Maranhão e o terceiro maior do Nordeste, atrás apenas do São Francisco e do Parnaíba. Inicialmente seu curso segue a direção oeste-leste, após uns 50 km de curso, segue na direção da confluência com o Alpercatas, no município de Colinas. Após receber as águas deste último, segue no sentido nordeste, mantendo este sentido até a confluência com o Correntes e, a partir deste lugar, muda o curso para noroeste, vagueando até Caxias, quando vai manter a direção sul-norte até a sua foz.</p> <p>Outra característica bem peculiar desta bacia é que ela está inserida bem no meio de duas grandes bacias hidrográficas do Maranhão, a do rio Munim e a do Mearim em alguns pontos se for tomada como referência a cidade de Itapecuru Mirim. Caso o leitor siga na direção leste seguindo a estrada do Tingidor, encontrará o rio Munim a menos de 50 km, já no município de Presidente Vargas; caso o sentido seja a direção Oeste, encontrará as águas da Bacia do Mearim já no município de Anajatuba, tendo basicamente a mesma distância do Munim.</p> <p>Por isso, muitos igarapés destas bacias são bem próximos, levando muitas espécies de árvores, peixes, aves, mamíferos, anfíbios e répteis a serem encontradas nestas bacias, diferindo geralmente os nomes populares. Vale ressaltar que apesar de tanta agressão que vem sofrendo, o Itapecuru ainda continua perene”.</p>
Localização dos topônimos via Google Maps.	1) Nascente: https://www.google.com/maps/@-6.4547542,-45.8094149,22988m/data=!3m1!1e3

	2)Foz: https://www.google.com/maps/@-2.7718432,-44.1388064,46215m/data=!3m1!1e3
--	--

Quadro 2 - Ficha Lexicográfica-toponímica da cidade de Rosário

Topônimo	Cidade de Rosário
Localização/topônimo	(IBGE, 2022): Mesorregião – Norte Maranhense. Microrregião de Rosário. Margem esquerda do Itapecuru.
Taxionomia	AT: Engenho do Itapecuru Grande / Arraial do Rosário do Itapecuru Grande / Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru Grande / Vila do Rosário / Cidade de Rosário. Classificação toponímica: hagiotopônimo.
Nota linguística	https://www.dicio.com.br/rosario/ : substantivo masculino. Devoção que consiste num colar de contas passadas pelos dedos para marcar as orações que se vão rezando; divide-se em três partes, cada uma delas composta por 50 ave-marias e 5 padre-nossos. Gentílico: rosariense.
Nota histórica	(IBGE, 2022): Formação Administrativa: Distrito criado com a denominação de Rosário, pela Provisão Régia de 25-09-1801, subordinado ao município de Itapecuru Mirim. Elevado à categoria de Vila com a denominação de Rosário, pela Resolução de 19-041833, confirmada pela lei provincial nº 7, de 29-04-1835, desmembrado de Itapecuru Mirim. Sede na antiga Vila de Rosário. Pela lei provincial nº 13, de 08-05-1835, é criado o distrito de São Miguel e anexado ao município de Rosário. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 3 distritos: Rosário, Mocambo e São Miguel. Elevado à condição de cidade com a denominação de Rosário, pela lei estadual nº 654, de 06-04-1915. Pelo decreto nº 539, de 16-12-1933, o município de Rosário adquiriu o extinto município de Anajatuba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 2 distritos: Rosário e Anajatuba. Pelo decreto estadual nº 870, de 05-07-1935, desmembra do município de Rosário o distrito de Anajatuba. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é

	extinto do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.
Nota enciclopédica	<p>(MEIRELES, 1994, p. 26): “[...] César Marques, no verbete “Rosário”, de seu “Dicionário”, registra que sobre a margem esquerda do rio Itapecurú, na lat. Merid. De 2°18’ e na long. Occ. de 45°45’ foi assentada a povoação chamada outrora de Itapecuru-Grande, onde havia uma igreja dedicada a N. S. do Rosário.</p> <p>No verbete ‘fortes ou Fortalezas’, disse também, que Bento Maciel, malgrado seu propósito de se apoderar do governo da Capitania Geral do Grão-Pará e Maranhão, se recolheu logo ao Maranhão, onde fundou um forte no rio Itapecurú, acrescentando que teve lugar a edificação em 1620”.</p> <p>A cidade de Rosário herdou o nome do culto a Nossa Senhora do Rosário, uma das santas católicas mais aclamadas do vale do rio Itapecuru, desde o princípio da Colonização Portuguesa no Maranhão.</p>
Localização dos topônimos via Google Maps.	https://www.google.com/maps/@-2.9400124,-44.243713,1444m/data=!3m1!1e3

Quadro 3 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Cachoeira

Topônimo	Povoado Cachoeira
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru/Abaixo da Ilha Ivar Saldanha /Município de Rosário.
Taxonomia	AT: Cachoeira/Miranda. Classificação toponímica: hidrotopônimo.
Nota linguística	https://www.dicio.com.br : subs. Feminino, queda volumosa de água da corrente de um rio; torrente de água que cai e corre velozmente. Ex.: a cachoeira era alta e perigosa para quem nadava.
Nota histórica	Antônio Muniz Barreiros se instalou na margem do Itapecuru logo após a construção do Forte do Calvário em 1620, no governo de Bento Maciel Parente. Suas terras seriam localizadas próximas da foz do rio, ou seja, um dos povoadores da região. Ele foi o responsável pela instalação dos primeiros engenhos de beneficiamento de açúcar, um deles batizado de Itapecuru Grande.

Nota enciclopédica	(MARQUES, 1870, p. 669): “O distinto engenheiro maranhense Dr. Miguel Vieira Ferreira, no nº 50, de 15 de janeiro de 1861, da Revista Popular, publicada no Rio de Janeiro, deu à luz a um artigo intitulado – a Cachoeira do Rio Itapecurú-, onde disse, “que se achava possível fazer a aplicação da luz elétrica ao estudo do fundo dos rios e em geral dos lugares de pouca profundidade, como d’esta Cachoeira, servindo também a própria eletricidade para produzir a explosão da pólvora, empregada para rebentar as pedras”. Nas margens d’este rio estão assentadas as cidades de Caxias e as Villas de Codó, Coroatá, Itapecuru Mirim, Rosário, a Villa do Mirador (de um e outro lado) e a dos Picos (à direita).
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com/maps/@-2.8848313,-44.2111825,181m/data=!3m1!1e3

Quadro 4 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Itamirim

Topônimo	Povoado Itamirim
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru, em frente a cidade de Rosário.
Taxonomia	AT: Itamirim de Baixo / Itamirim de Cima / Itamirim. Classificação toponímica: hidrotopônimo.
Nota linguística	(SAMPAIO, 1902, p. 95): “Itá, pedra / itamirim /itaim/itay, pedrinha”. De origem Tupi.
Nota histórica	Acredita-se que a população local, devido as suas características físicas, sejam descendentes dos holandeses que invadiram a região no século XVII.
Nota enciclopédica	Até os primeiros anos do século XX, os textos apresentam sempre dois povoados Itamirim de Baixo e Itamirim de Cima. Entretanto, com o crescimento populacional, os territórios aglutinaram-se e se transformaram em um só povoado, Itamirim.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com/maps/@-2.9207933,-44.2326066,361m/data=!3m1!1e3

Quadro 5 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado São Simão

Topônimo	Povoado São Simão
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. 2 km acima da cidade de Rosário.
Taxonomia	AT: Pai Simão da Boa Vida / São Simão. Classificação toponímica: Hagiotopônimo.
Nota linguística	https://www.dicio.com.br : “Subs. Masculino / Sep. silábica: simão / Plurais: simões, simãos, simães. Femininos: simoa, simona, simã”.
Nota histórica	O povoado é o único de todos os pesquisados que tem o nome e motivação ligado à presença africana, uma vez que o termo Simão remete a um ex-escravizado que fundou o povoado.
Nota enciclopédica	Povoado com mais de 300 anos, que guarda na sua origem o trabalho com a cerâmica, principalmente com a fabricação de potes, bias e vasos. Cabe destaque ainda o trabalho com o algodão na produção de redes e colchas de cama.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-2.9512195,-44.2174357,1589m/data=!3m1!1e3

Quadro 6 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do São Miguel

Topônimo	Povoado São Miguel
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. 18 km acima da cidade de Rosário.
Taxonomia	AT: Aldeia de Paz de São Miguel / Freguesia das Lapas e Pias de São Miguel / São Miguel. Classificação toponímica: hagiotopônimo.
Nota linguística	https://www.dicio.com.br : Subs. Masculino/origem hebraica, significado: aquele que parece ou é semelhante a Deus.
Nota histórica	Único povoado dos 20 pesquisados que surgiu a partir de uma Aldeia de Paz dos Jesuítas. De tão importante, foi visitada pelo Padre Antônio Vieira, considerado um dos maiores pregadores do catolicismo nas Américas.
Nota enciclopédica	A Terra de Índio de São Miguel foi reconhecida pelo Governo Colonial Português. O Povoado dado a sua importância foi
	Freguesia de Nossa Senhora das Lapas e Pias, assim como teve uma Câmara Municipal de Vereadores.

Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-2.9992199,-44.2345589,1589m/data=!3m1!1e3
---	---

Quadro 7 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Santa Luzia

Topônimo	Povoado Santa Luzia
Localização/topônimo	Margem esquerda do rio Itapecuru. 30 km acima da cidade de Rosário.
Taxonomia	AT: Sancta Luzia / Santa Luzia. Classificação toponímica: hagiotopônimo.
Nota linguística	https://www.dicio.com.br : Subs. Feminino / origem latina do verbo luzir. Significa: esplêndida, cintilante, brilhante, resplandecida.
Nota histórica	Hagiotopônimo dedicado ao culto a Santa Católica, Luzia. Povoado ribeirinho que remete ao século XVIII.
Nota enciclopédica	Local escolhido para a implantação da Estação de Tratamento de água que abastece a região metropolitana de São Luís do Maranhão, a partir da captação das águas do rio Itapecuru.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.0502394,-44.248206,1589m/data=!3m1!1e3

Quadro 8 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Itaipu

Topônimo	Povoado Itaipu
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. 35 km acima da cidade de Rosário.
Taxonomia	AT: Itaypu / Itaipú / Itaipu. Classificação toponímica: hidrotopônimo.
Nota linguística	Sampaio (1987, p. 260) "ITAIPÚ <i>corr.</i> Itá-ypú, a fonte das pedras; o manancial saído da pedra ou rochedo".
Nota histórica	Os engenheiros da hidrelétrica de Itaipu no estado do Paraná, sul do Brasil, utilizaram-se do valor semântico-toponímico da palavra para avaliar a construção da mesma, por acreditar que o leito do rio Iguazu, onde ela foi assentada, era constituído
	de uma grande pedra, reforçando o conhecimento passado pelos nativos através do termo.

Nota enciclopédica	O termo Itaipu é bem disseminado por todo o território nacional, prova disso é que batiza uma das maiores hidrelétricas do mundo, Itaipu, na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.1170368,-44.2225426,3178m/data=!3m1!1e3

Quadro 9 - Ficha Lexicográfica-Toponímica da cidade Santa Rita

Topônimo	Cidade de Santa Rita
Localização/topônimo	Mesorregião Norte Maranhense / Microrregião de Rosário / Baixo Itapecuru / Às margens da BR 135, a 70km da capital São Luís do Maranhão.
Taxonomia	AT: Santa Rita. Classificação toponímica: hagiotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: santa-ritense.
Nota histórica	Antigo povoado pertencente ao município de Rosário, que emancipou em 1961. A princípio o povoado originário era apenas uma rota de passagem entre os moradores das margens do Itapecuru, que precisavam ir aos campos do rio Mearim e vice-versa. Com a construção da ferrovia São Luís – Teresina e a BR 135, ele se expandiu.
Nota enciclopédica	Pela devoção a santa católica Rita do Capitão de Infantaria, Raimundo Henrique Viana de Carvalho criou a motivação necessária para o batismo do povoado que surgiu em 1890 e que, mais tarde, tornar-se-ia a sede de um novo município maranhense.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.121322,-44.2805642,12713m/data=!3m1!1e3

Quadro 10 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Timbotiba

Topônimo	Povoado Timbotiba
Localização/topônimo	Margem esquerda do rio Itapecuru. 20 km abaixo da cidade de Santa Rita.

Taxonomia	AT: Timbou / Timbotyba / Timbotiba. Classificação toponímica: fitotopônimo
Nota linguística	Palavra de origem Tupi. Formada por derivação sufixal do radical Timbó: cipó/planta mais yba: terra/lugar de. Conforme Sampaio (1987, p. 82): “O sufixo “iba” ou “yba” faz referência a terra ou lugar e é muito produtivo na gramática tupi”.
Nota histórica	O povoado descende de um local de pesca tradicional dos nativos americanos que foi passado de forma oral para os colonizadores. As terras que compõem o local posteriormente foram transformadas numa antiga fazenda do período colonial até se constituir num povoado ribeirinho.
Nota enciclopédica	A pesca com timbó era muito praticada pelos povos nativos americanos e fazia parte do seu modo de vida e da cultura social destes povos.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com/maps/@-3.0655586,-44.2551976,361m/data=!3m1!1e3

Quadro 11 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Careminha

Topônimo	Povoado Careminha
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. A 9 km da sede do município de Santa Rita.
Taxonomia	AT: Carema / Careminha. Classificação toponímica: hidrotopônimo
Nota linguística	De acordo com Sampaio (1987, p. 229): “ COREMAY corr. Curimã-y, o rio das curimãs. Pernambuco”. Conceito que mostra a vogal “o” substituindo a “a” e outra vogal “y”.
Nota histórica	O povoado surgiu a partir de um núcleo de pescadores e remanescentes de moradores de povoados vizinhos nos últimos anos do século XIX.
Nota enciclopédica	Povoado homônimo de Carema, porém acrescido do sufixo diminutivo: minha.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.1470628,-44.2646282,3178m/data=!3m1!1e3

Quadro 12 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado São Roque

Topônimo	Povoado São Roque
----------	--------------------------

Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. A 8 km da sede do município de Santa Rita.
Taxonomia	AT: São Roque. Classificação toponímica: hagiopônimo.
Nota linguística	https://cruzterrasanta.com.br : São Roque era de família nobre, distinta e abastada, nasceu no ano de 1295, provavelmente em Montpellier, na França. Seu nascimento foi uma grande benção de Deus e todos ficaram bastante surpresos por causa de uma marca em seu peito: uma cruz vermelha. Foi fruto e resultado de muita oração. Sua mãe, chamada Libéria, era muito devota da Nossa Senhora, por isso pedia insistentemente a Nossa Senhora a graça de poder ter um filho, mesmo já estando em idade avançada, como ela foi atendida, ficou imensamente grata a Deus e a Nossa Senhora, dedicou-se à educação de seu amado Roque.
Nota histórica	Povoado ribeirinho com o primeiro registro datado de 1754 na Carta Geral da Província do Maranhão.
Nota enciclopédica	São Roque, termo que batiza o povoado, é um dos mais cultuados santo católicos devido ao seu estigma se ligar as doenças infectocontagiosas, fazendo com que tenha muitos fiéis em busca de curas.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.1514657,-44.2682975,3178m/data=!3m1!1e3

Quadro 13 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Areias

Topônimo	Povoado Areias
Localização/topônimo	Margem esquerda do rio Itapecuru. A 7 km da cidade de Santa Rita
Taxonomia	AT: Areas / Zareas / Areias. Classificação toponímica: litotônimo.
Nota linguística	(HOUAISS, 2010, p. 63): "Areia – a.rei.a s.f. 1 conjunto de partículas granulosas de origem mineral que se encontra no leito dos rios, dos mares, nas praias e nos desertos 2 <i>p.ext.</i> praia 3 grão calcificado encontrado na urina X a.movediça <i>loc.</i> <i>Subst.</i> Atoleiro de areia, entrar a. em <i>fraseol infrm.</i> Surgir um imprevisto que dificulta ou impossibilita a realização de algo planejado".

Nota histórica	Apesar de não ter sido agraciada com o título de posse como São Miguel de Terra de Índios, o povoado Areias tem registros da presença dos Tapuyos desde o final do século XVII. Porém, o que deu o impulso necessário ao seu crescimento foi a fazenda agroexportadora da família do Português Henrique Guilhon, que entre os anos de 1819 e 1890 produziam arroz, algodão, mandioca e praticavam a pecuária com a força do trabalho escravo.
Nota enciclopédica	O povoado tem a sua nomeação ligada à exploração de areia do leito do rio Itapecuru, o seu ponto de referência. No povoado há a única ponte de concreto que atravessa o rio e que não fica numa cidade, além de ser o maior polo produtor de alevinos de peixes da bacia amazônica no Maranhão.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com/maps/@-3.1632071,-44.2876777,1444m/data=!3m1!1e3

Quadro 14 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Santa Rosa

Topônimo	Povoado Santa Rosa
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. A 12 km da cidade de Santa Rita, rio acima.
Taxonomia	AT: Sancta Rosa / Santa Rosa. Classificação toponímica: hagiotopônimo.
Nota linguística	(HOUAISS, 2010. p. 687): Rosa s.f. 1. A flor da roseira. 2 corde-rosa. 5. Alegria, felicidade.
Nota histórica	Povoado ribeirinho com mais de 200 anos de história. A sua nomeação foi motivada pela devoção a Santa Rosa, uma das mais aclamadas deidades do catolicismo nas américas.
Nota enciclopédica	O povoado foi por muitos anos um importante porto do rio Itapecuru, onde os comerciantes dos povoados São Tiago, Veneza, Campo do Mulato, São Raimundo da Felicidade e moradores até de povoados itapecuruenses, como Santo Antônio dos Gundes e Tingidor, traziam as mercadorias para serem transportadas de canoa até Areias e lá serem levadas para a estação ferroviária de Carema.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com/maps/@-3.187717,-44.2603406,361m/data=!3m1!1e3

Quadro 15 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Santa Filomena

Topônimo	Povoado Santa Filomena
Localização/topônimo	Margem esquerda do rio Itapecuru. A 14 km da cidade de Santa Rita, rio acima.
Taxonomia	AT: Sancta Filomena / Santa Filomena. Classificação toponímica: hagiotopônimo.
Nota linguística	https://www.dicio.com.br : s.f. mulher canonizada. Fig. Mulher de grandes virtudes, de bondade invulgar.
Nota histórica	Antiga fazenda de produção de gêneros derivados da cana-de-açúcar do final do século XIX, que era movida pela força do trabalho escravo. O culto a santa católica motivou a nomeação do povoado.
Nota enciclopédica	Além de nomear o povoado, o culto a Santa Filomena batizou uma antiga estação ferroviária que desapareceu em 1990. Os seus antigos moradores fundaram uma nova povoação, Morada Nova, e continuaram a cultuar a Santa Católica, pois levaram consigo um dos antigos quadros da santa da antiga povoação.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com/maps/@-3.1989942,-44.2855561,361m/data=!3m1!1e3

Quadro 16 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Santa Bárbara

Topônimo	Povoado Santa Bárbara
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. A 30 km da cidade de Santa Rita, rio acima.
Taxonomia	AT: Sancta Barbara / Santa Bárbara. Classificação toponímica: hagiotopônimo.
Nota linguística	https://www.dicio.com.br : Bárbaros, termo usado pelos romanos para se referir a todos os povos que não seguissem a sua cultura.
Nota histórica	Antiga possessão da família Belfort do século XVIII, que deu origem a um belo e encantador povoado ribeirinho.
Nota enciclopédica	Santa Bárbara é considerada a protetora contra raios e tempestades e, do seu culto, surgiu a motivação para a nomeação do povoado ribeirinho.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com/maps/@-3.2370537,-44.2846549,722m/data=!3m1!1e3

Quadro 17 - Ficha lexicográfica-Toponímica da cidade de Itapecuru Mirim

Topônimo	Cidade de Itapecuru Mirim
Localização/topônimo	Mesorregião Norte Maranhense / Microrregião de Itapecuru Mirim / Às margens da BR 222 / A 110 km de São do Maranhão / Baixo Itapecuru / Margem direita do rio Itapecuru.
Taxonomia	AT: Feira do Gado / Arraial da Feira do Gado do Itapecuru Mirim / Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim / Vila do Itapecuru Mirim / Itapecuru Mirim. Classificação toponímica: hidrotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: itapecuruense.
Nota histórica	O antigo porto de comércio dos gêneros do sertão maranhense, piauiense, pernambucano e baiano, com destaque para a venda de gado por volta de 1750, se transformou numa florescente povoação ribeirinha até conseguir sucessivas emancipações. Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru Mirim, em 1801; Vila do Itapecuru Mirim, em 1818; Comarca de Itapecuru Mirim, em 1835 e cidade de Itapecuru Mirim, em 1870.
Nota enciclopédica	O prefixo tupi Ita: pedra, é um dos mais produtivos da toponímia brasileira e, por isso, batiza outras cidades pelas mais diversas regiões do país, tais como: Itaú: pedra preta – MG; Itapemirim: pedra pequena – ES; Itaquí: o porto de pedras – RS; Itacotiara: pedra pintada – AM.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.3936206,-44.3529152,6355m/data=!3m1!1e3

Quadro 18 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Mandioca

Topônimo	Povoado Mandioca
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. A 12 km da cidade de Itapecuru Mirim, rio abaixo.
Taxonomia	AT: Manyoca / Mandioca. Classificação toponímica: fitotopônimo.
Nota linguística	Palavra de origem. (SAMPAIO, 1987, p. 277): “Tupi <i>Manyoga</i> , o que procede <i>manyba</i> ou <i>mandyba</i> . É a raiz tuberosa da planta; <i>Atropa manihof</i> ”. Valor semântico, a casa de many.

Nota histórica	Os relatos da cultura alimentar da mandioca, pelos povos nativos americanos, remontam há milênios. Especificamente em terras maranhenses, desde a chegada dos primeiros europeus, ainda no século XVI, existem textos descritivos sobre a mandioca e os seus subprodutos: farinha, beiju, tucupi. Sobre o povoado, foi justamente todo o enredo que envolve a cultura descrita que motivou a nomeação do povoado.
Nota enciclopédica	(COUTO MAGALHÃES, 1935, p. 167-168): “O nome comum mais conhecido é mandioca, que tem origem numa lenda tupi. Segundo conta a lenda, Mani era filha de uma índia com um guerreiro branco. A menina, muito branquinha, morreu de uma doença misteriosa, então de sua sepultura brotou uma planta de raízes grossas, tuberosas e com o interior branco como Mani. A planta, por ter surgido na casa (sepultura) de Mani, foi chamada de ‘Mani oka’, a casa de Mani”.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.2874088,-44.2911493,1589m/data=!3m1!1e3

Quadro 19 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Pequi

Topônimo	Povoado Pequi
Localização/município	Margem direita do rio Itapecuru. A 9 km da cidade de Itapecuru Mirim, rio abaixo.
Taxonomia	AT: Piqui / pequi / piquizeiro / pequizeiro. Classificação toponímica: fitotopônimo.
Nota linguística	Para os autores, Cruz (1985, p. 82): “py-qui” / Sampaio (1987, p. 289): “pequi. Cf. piqui” / Bechara (2011, p. 972): “pequi (pe.qui)”.
Nota histórica	Povoado de certificação quilombola, apesar de o seu étimo e motivação derivar dos povos nativos americanos que nomearam a região devido à grande ocorrência da árvore pequi e de toda a cultura alimentar que havia em torno da mesma.

Nota enciclopédica	<p>O fruto do pequi é certamente um dos mais apreciados na culinária brasileira, sendo conhecido em muitos estados do país: Maranhão, Tocantins, Piauí, Goiás, Minas Gerais, só para citar.</p> <p>O seu óleo e a sua madeira são outras particularidades desta árvore das florestas nacionais. O pé de pequi é um dos mais belos de nossa flora, pois é verde em todas as estações do ano e possui altura e espessura de destaque, entre as demais espécies que o circunda.</p>
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.2981842,-44.2973935,1589m/data=!3m1!1e3

Quadro 20 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Barreira

Topônimo	Povoado Barreira
Localização/município	Margem esquerda do rio Itapecuru. A 12 km da cidade de Itapecuru Mirim, rio abaixo.
Taxonomia	AT: Barreiras / Barreira. Classificação toponímica: litotopônimo.
Nota linguística	Em Houaiss (digital) podemos perceber também que a lexia barreira (<i>barra + eira</i>) se refere ao local de onde se extrai barro; argileira, barral, barreiro, que é um terreno rico em argila.
Nota histórica	Povoado que remete ao período das cartas de sesmarias e das pequenas fazendas que produziam cana-de-açúcar, mandioca e algodão. Seus primeiros habitantes chegaram à região nos primeiros anos do século XVIII.
Nota enciclopédica	O rio Itapecuru é um rio de planalto e possui muitas encostas, as quais os moradores ribeirinhos chamam de barreiras. A partir do município de Itapecuru Mirim, elas possuem altitude média de 20 m em relação ao nível do rio. Em alguns pontos essa altitude pode chegar aos 80 m como é o caso das que nomearam o povoado Barreira e das que ocorrem nos povoados: Kelruzinho, Areais e Itaipu.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.3008191,-4.3256747,1589m/data=!3m1!1e3

Quadro 21 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Barriguda

Topônimo	Povoado Barriguda
Localização/município	Margem direita do rio Itapecuru. A 7 km da cidade de Itapecuru Mirim, rio abaixo.
Taxonomia	AT: Sumaúma / Barriguda. Classificação toponímica: fitotopônimo.
Nota linguística	Para Houaiss (2010, p.97): “bar,ri,gu. do (a). <i>adj. s.m.</i> que (m) tem barriga grande”.
Nota histórica	Povoado caracterizado por remeter ao nome de uma árvore popularmente conhecida como barriguda/sumaúma. Suas origens remontam a uma fazenda agroexportadora do final do século XVIII.
Nota enciclopédica	A barriguda é uma das maiores árvores das florestas maranhenses, competindo em tamanho com o pequi, bacuri, sapucaia e andiroba. Sua copa é vista de longe por ser muito corpulenta, com galhos esparsos e muito frondosos. Os espinhos que ocorrem por todo o caule é outra característica marcante desta árvore.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.3247687,-44.3245374,1589m/data=!3m1!1e3

Quadro 22 - Ficha Lexicográfica-Toponímica do povoado Coqueiro

Topônimo	Povoado Coqueiro
Localização/topônimo	Margem direita do rio Itapecuru. A 6 km da cidade de Itapecuru Mirim, rio abaixo.
Taxonomia	AT: Poção do Coqueiro / Coqueiro. Classificação toponímica: fitotopônimo.
Nota linguística	Para Bechara (2011, p. 363): “(co.quei.ro) <i>s.m.</i> (Bot.) Nome comum a todas as palmeiras que dão coco”.
Nota histórica	Povoado ribeirinho com nomeação icônica, dado que, apesar de seu nome remeter à existência de uma palmeira de babaçu, ela marcava um ponto de pesca dos ribeirinhos, que, por conseguinte, criou um designativo aos moradores que habitavam a ribanceira do rio.

Nota enciclopédica	No Maranhão, o Coco-babaçu é comumente chamado de coco e, por sua vez, a palmeira do babaçu é chamada de coqueiro. Há ainda no estado outras belas palmeiras: marajá, anajá, pati/ariri, tucum, bacaba, juçara, carnaúba etc.
Localização dos topônimos via Google Maps	https://www.google.com.br/maps/@-3.3351206,-44.3243121,1589m/data=!3m1!1e3

Quadro 23 - Ficha Lexicográfica-Toponímica da cidade de Bacabeira

Topônimo	Cidade de Bacabeira
Localização/topônimo	Mesorregião Norte Maranhense / Microrregião de Rosário. Às margens da BR 135 / 50 km da capital do Estado São Luís do Maranhão.
Taxonomia.	AT: Bacaba / Bacabeira. Classificação toponímica: fitotopônimo.
Nota linguística	(SAMPAIO, 1902, p. 207.) BACABA corr. Ybá-caba, a fruta oleosa ou gorda (Enocarpus bacaba, Mart.). Pará, Amazonas, Maranhão. Gentílico: bacaberense.
Nota histórica	(IBGE, 2022): município criado pela Lei Nº 6.187, de 10 de novembro de 1994, com sede no povoado Bacabeira, a ser desmembrado de Rosário e subordinado à Comarca de Rosário. O município de Bacabeira limita-se ao norte com o município de São Luís; ao leste com o município de Rosário; a oeste com o município de Cajapió e ao Sul com o município de Santa Rita.
Nota enciclopédica	A bacaba é uma das palmeiras mais bela do Brasil. Sua palmeira chega fácil aos 30 m de altura e ocupa as zonas úmidas das florestas maranhenses, por isso são encontradas nos brejos ou satubas. O seu cacho se assemelha ao da juçara enquanto o seu vinho/suco é bem mais oleoso, de sabor mais forte e acinzentado. Infelizmente, por conta de sua altura e espessura do seu caule, por vezes a árvore é derrubada somente para cortar um único cacho.
Localização dos topônimos via Google Maps.	https://www.google.com.br/maps/@-2.9811878,-44.3417185,12714m/data=!3m1!1e3

Conclusão

A zona de consulta acadêmica que foi delimitada nesta pesquisa é uma das mais antigas áreas de ocupação humana do Brasil, visto que as primeiras povoações e lutas pela posse da terra começaram ainda no século XVI. Desta feita, após termos analisados os fatores linguísticos e extralinguísticos dentro de 4 taxés dos 27 propostos por Dick (1992), e a delimitação de outros parâmetros, como proximidade ao leito do rio, delimitação dos municípios, encontrou-se 20 povoados passíveis de serem pesquisados. Logo, a nossa concentração foi direcionada para os acidentes humanos, mais precisamente os povoados. Vale lembrar que os demais acidentes humanos citados, as cidades, e os físicos, como o rio Itapecuru, só foram explanados para complementar as respostas buscadas aos povoadores.

Outro ponto importante de se observar é que na mesma área ainda há muitos povoados e acidentes físicos relacionados aos outros taxés que merecem trabalhos futuros, a fim de complementar as pesquisas toponímicas no Maranhão.

A pesquisa encontrou uma relação direta entre o processo de motivação e nomeação dos povoados com o seguinte percurso linguístico: o contexto histórico, geográfico, social, cultural e até mesmo da fauna e flora, foram determinantes na constituição de uma linguagem ímpar dos ribeirinhos até a concepção da nomeação dos topônimos das margens do Itapecuru.

Para chegar ao objetivo norteador da pesquisa, tivemos de coletar, catalogar e analisar os topônimos presentes no *locus* delimitado entre os três municípios Rosário, Santa Rita e Itapecuru Mirim. Mas sempre cabe a ressalva para Bacabeira como já foi observado em capítulos anteriores. Os estratos linguísticos do colonizador português e dos nativos que foram encontrados só foram possíveis após o catálogo das informações que seguiram o modelo taxionômico organizado por Dick (1992).

Quanto ao resultado percentual dos topônimos, é uma evidência da cultura religiosa dos portugueses no processo de colonização do Maranhão e das heranças culturais dos indígenas, que ficaram registradas nos fitotopônimos e hidrotopônimos encontrados.

O catálogo das informações em fitotopônimos possibilitou, em sua maioria, o entendimento de como os povos originários se relacionavam com a flora local e como ocorre a assimilação pelos novos habitantes. O mesmo aconteceu com os hidrotopônimos que refletem o olhar desses povos sobre a natureza física das margens do rio Itapecuru. Os litotopônimos relacionam-se à exploração dos recursos naturais e à natureza física das margens do rio, os hagiotopônimos são os casos mais emblemáticos, uma vez que refletem o sobrenatural, o inexplicável pela ciência, pois são o reflexo da fé, do pensamento de salvação do colonizador imposto aos antigos e novos habitantes.

Deste modo, com a conclusão dos dados, a formulação do *corpus* da pesquisa e após termos alcançado os objetivos propostos, acreditamos que as informações produzidas por essa dissertação de natureza toponomástica podem contribuir na formulação de novos estudos acadêmicos sobre a toponímia ribeirinha do rio Itapecuru e, por conseguinte, da maranhense, assim como motiva os habitantes ribeirinhos a conhecerem as suas raízes linguísticas, tendo como parâmetro o resgate da linguagem dos topônimos, servindo de consulta para trabalhos escolares na Educação Básica do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio, principalmente das escolas localizadas nos topônimos investigados.

Referências

- ANDRADE, Maria Ribamar Lopes dos Santos. **COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE ANAJATUBA - MA: um estudo da microtoponímia**. São Luís – MA: UFMA, 2021. 56. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 2021.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Lexicologia, Terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais**. In: ISQUERDO, Aparecida Negri e OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires (orgs.). *As ciências do léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2ª ed. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2001. p. 191 – 200.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. ***De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800 – 1850*** / Mathias Röhrig Assunção. – São Paulo: Annablume, 2015.
- AZEREDO, José Carlos de. ***Fundamentos de gramática do português***/José Carlos de Azeredo. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.
- BECHARA, Ivanildo. ***Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa*** / Evanildo Bechara (organizador). – São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2011.
- BIDERMAN, M. T. C. **Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas**. PIRES DE OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. 2ª ed., Campo Grande/MS: UFMS, 2001, p. 131-151.
- BOCCHI, CAIO C. **Catálogo dos Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)** / Coordenação de Caio C. Bochi; editoração e revisão final de Jomar Moraes. – São Luís: Funcma / AMI, 2002.
- BERNSTEIN, Basil. **Comunicação verbal e socialização**. São Paulo: Nacional, 1971.
- BUZAR, Benedito. **No tempo de Abdala era assim / Benedito Buzar**. São Luís: Foto Edgar Rocha, 2011.
- CARVALHO, João Rênor Ferreira de. **A Jornada (João Velho do Vale - registros de 1685 – 1687)**. Teresina: Edufpi, 2015.
- CASTRO, Maria Célia Dias de. **ATLAS TOPONÍMICO DO ESTADO DO MARANHÃO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA MICROTAPONÍMIA**. São Luís – MA: UEMA, 2017. 217 p. Dissertação (Mestrado) Programa de PósGraduação – Mestrado em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís – MA, 2017.
- CAZAROTO, Suely Aparecida. **Glossário de Fitotopônimos Sulmatogrossenses: uma proposta**. Campo Grande – MS: UFMS, 2010. 319 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 2010.

CEZÁRIO, Maria Maura & MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

CORRÊA, Manuel Luiz Gonçalves. **Linguagem e comunicação social: visões da linguística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

COUTINHO, Mílson. **Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia lusomaranhense**/Mílson Coutinho; apresentação Sebastião Moreira Duarte. São Luís: Editora Instituto Geia, 2005.

CRUZ, G. L. **Dicionário das plantas úteis do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908; álbum fotográfico**/Gaudêncio Cunha – Apresentação de Lino Moreira. Texto introdutório de Jomar Moraes. 2. Ed. – São Luís: Edições AML, 2008.

CURVELO, Heloísa Reis. **TOPÔNIMOS MARANHENSES: testemunhos de um passado ainda presente**. Fortaleza – CE: UFC, 2009. 282 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2009.

DAUZAT, A. **Les noms de Lieux: origine et evolution**. 2ª ed., Paris: Librairie Delagrave, 1928, p. 1-20.

D'ABBEVILLE, Cláudio. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão** / Cláudio D'Abbeville. – São Paulo: Siciliano, 2002.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

_____. **Características do signo toponímico**. Separata da Revista Língua e Literatura, nº 9. São Paulo: FFLCH/USP, 1980. p. 287 -293.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

DIETRICH, Wolf. **Bibliografia da Língua Portuguesa do Brasil**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1980.

GÓMEZ PLATERO, Ana María Gómez; EHRICHS, Victoria Palma. **Leyendas de la Amazonia brasileña**. Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España/Secretaría General Técnica, 2011. (Colección Orellana, 76). Edición bilingüe: Português/Español.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa** / [Antônio Houaiss e Mauro Sales Villar; elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa]. – 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão**. Paris, 1843.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O fato linguístico como recorte da realidade sociocultural**. Araraquara: UNESP, 1996a. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de São Paulo - Câmpus de Araraquara, 1996.

ISQUERDO, M. A. N.; KRIEGER, M. da G. Apresentação. In: _____ (org.). **Ciências do Léxico 2: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2004. v. 2.

LEÃO, Marcelo Franco; TXICÃO, Kavisgo. **A PESCA COLETIVA COM TIMBÓ PRATICADA PELOS IKPENG: ENSINAMENTOS DESSA RELAÇÃO RESPEITOSA COM A NATUREZA**. REVISTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AMBIENTE & EDUCAÇÃO v. 24, n. 1, p.195 -222. 2019.

LIMA, Zelinda Machado de Castro e. **Pecados da gula: comeres e beberes das gentes do Maranhão**. São Luís: CBPC, 1998.

LYONS, John. **Língua(gem) e linguística: uma introdução** / John; tradução Marilda Winkler Averbug, Clarrisse Sieckenius de Souza. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro : LTC, 2009.

MARANHÃO, Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. **Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão** / Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão; apresentação Jomar Moraes. São Luís: AML, 2012.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. / César Augusto Marques; notas e apuração textual de Jomar Moraes. – 3ª ed. – São Luís: Edições, AML, 2008.

MATTOS, Bellarmino de. **Sessão Agricultores do Itapecurú Mirim**. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão*. Nº 3. 1869, São Luís-MA. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em 06 de jan. de 2023.

MEDEIROS, Raimundo. **Rio Itapecuru: águas que correm entre pedras** / Raimundo Medeiros. – São Luís, 2001.

MELLO, Luiz de. **Escorço da história do açúcar no Maranhão. No tempo das eleições a cacetes: dois estudos históricos**/Jerônimo de Viveiros. Org. de Luiz de Mello. São Luís: Ponto a Ponto Gráfica e Editora, 2016.

MENDONÇA, T. A.; ALVES, C. C. B. **MACAXEIRA, MANDIOCA MANSA OU AIPIM – o que dizem os maranhenses?** Estudos da Linguagem: a variação linguística em foco: Volume 1 / Organização: Cibelle Corrêa Béliche Alves [et al.]. — São Luís: EDUFMA, 2020.

MEIRELES, Mário M. **Rosário do Itapecuru-Grande** / São Luís: SIOGE, 1994.

MEY, Jacob L. **Etnia, identidade e língua**. In.: SIGNORINI, INÊS (Org.). *Língua e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

Mapa do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações - Diretoria de Serviço Geográfico. Referência Itapecuru Mirim, nº MI 610. Ano de 1980.

MOTA, Antônia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial** / Antônia da Silva Mota. – São Luís: Edufma, 2012.

NOGUEIRA, Guilhermina Augusta Barbosa. **Protesto: A Pacotilha**, “ItapecurúMirim, Nº. 194. 17 de agos. de 1910. Protesto, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_02&pasta=ano%20191&pesq=Barriguda&pagfis=864. Acesso em 05 de jan. de 2023.

NOLETO, Lauenice Alves. **LENDA DO PEQUI: O FRUTO DO AMOR DE TAINÁRACAN E MALUÁ**. Xapuri Socioambiental. P. Online, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://xapuri.info/lenda-do-pequi-o-fruto-do-amor-de-tainaracan-e-malua/>.

Acesso em: 03 de jan. de 2023.

OLIVEIRA, Tiago de. **Caminhos do Itapecuru: uma viagem pelo jardim do Maranhão**/Tiago de Oliveira. – São Luís: 360º Gráfica Editora, 2016.

PORTO, Leila Lopes Mota Alves; MOTTA, Eduardo Jorge de Oliveira e SOUZA, Camilo Cavalcante de. **Plano Nascente: Itapecuru plano de preservação e recuperação de nascentes da bacia hidrográfica do rio Itapecuru**/ Organizadores: Leila Lopes Mota Alves Porto, Eduardo Jorge de Oliveira Motta, Camilo Cavalcante de Souza. Brasília: Codevasf, 2019.

ROSA, Teodoro. **SERVIÇO TELEGRAPHICO. DIARIO DE S. LUIZ**, Maranhão, n. 9. 12 jan. 1922. Coisas da época, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

ROSA, Teodoro. **O JORNAL**, Maranhão, n. 8. 15 março. 1918. Coisas da época, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília – DF – INL, 1987.

SANTANA, Jucey. **Sinótese da História de Itapecuru Mirim**. Pesquisa histórica, autora: Jucey Santana. São Luís: AICLA, 2018.

SAPIR, Edward. **Língua e Ambiente**. In: *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica: 1969, p.43-62.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

SERRA, Claudio Candido Rôzo. **Aviso. Typographia LIBERAL, Maranhão**, n. ilegível na fonte. 02 jan. 1833. Avisos, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

SILVA, Raymundo Alves da. **Notícias do Interior. DIARIO DE S. LUIZ, Maranhão**, n. ilegível na fonte. 27 agos. 1918. Edital, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

SILVA, Raymundo Alves da. **Notícias do Interior. DIARIO DE S. LUIZ, Maranhão**, n. ilegível na fonte. 27 agos. 1918. Edital, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

SILVA, Raymundo Alves da. **Notícias do Interior. DIARIO DE S. LUIZ, Maranhão**, n. ilegível na fonte. 19 mar. 1921. Edital, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

SILVA, Raymundo Alves da. **Notícias do Interior. DIARIO DE S. LUIZ, Maranhão**, n. ilegível na fonte. 27 agos. 1922. Edital, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

SOUZA, Antônio Cândido. Informes. **Pacotilha, Maranhão**, n. ilegível na fonte. 14 març. 1901. Do Itapecurú, p. 3. <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

_____. **Informes. Pacotilha, Maranhão**, n. ilegível na fonte. 14 març. 1924. Do Itapecurú, p. 3. <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

SOUZA, Cintia Rodrigue de. **Sumaúma (Ceiba pentandra (L.) Gaerth) / [et al.] - Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2005. 22 p. - (Embrapa Amazônia Ocidental. Documentos; 41). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/678416/4/Doc41.pdf>. Acesso em 05 de jan. de 2023.**

TIBIRIÇA, Luiz Caldas. **Dicionário Tupi-Português: com esboço de gramática do Tupi Antigo**. 2ª ed. São Paulo: Traço Editora, 1984.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Opúsculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/santa-rita/historico>. Acesso em: 25 de dez. 2021.

Nº 16, 03/02/2012. **PORTARIA SEAMA**. Acesso em: 02 de out. de 2021.

SANTOS e Ícones Católicos. **Cruz, Terra Santa**, s/ano. Disponível em: <https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-santa-barbara/64/102/>. Acesso em: 24 de jun. 2021.

FILOMENA. **Dicionário de Nomes Próprios**, s/ano. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/filomena/>. Acesso: 18 de jun. 2021.